**POLÍTICAS TERRITORIAIS, REDES TÉCNICAS E POLÍTICAS NA
ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO EM MATO GROSSO**

FAU/USP
SÃO PAULO | 2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

DORIANE AZEVEDO

**Políticas Territoriais, Redes Técnicas e Políticas na
Estruturação do Espaço em Mato Grosso**

SÃO PAULO
2015

DORIANE AZEVEDO

**Políticas Territoriais, Redes Técnicas e Políticas na
Estruturação do Espaço em Mato Grosso**

Tese apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo para
obtenção ao título de Doutora em
Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração:
Planejamento Urbano e Regional

Orientador: **Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva**

**SÃO PAULO
2015**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DA AUTORA: dorazevedo@gmail.com

Azevedo, Doriane
A994p Políticas territoriais, redes técnicas e políticas na estruturação do
espaço em Mato Grosso / Doriane Azevedo. --São Paulo, 2015.
285 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e
Regional) – FAUUSP.
Orientador: Ricardo Toledo Silva

1.Planejamento territorial regional – Mato Grosso 2.Política territorial –
Mato Grosso I.Título

CDU 711.2(817.2)

AZEVEDO, Doriane. **Políticas Territoriais, Redes Técnicas e Políticas na Estruturação do Espaço de Mato Grosso.** Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Aos meus mestres,

À Vovó e Mamãe, mulheres da minha vida,

Maria Helena, pela acolhida em sua casa e coração;

Ao Prof. Ricardo Toledo Silva, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos de sempre, para todo o sempre, Carlinha, Carminha, Janete e Regina, Odetinha cada uma a seu modo, sempre presentes

Aos meus chefes ao longo do tempo, José Botura Portocarrero, Maurício Oliveira, Tales Lobosco, Karyna Rosseti e Luciana Mascaro, pelos pequenos (grandes) ajustes na organização semanal das aulas. Sem esse apoio logístico, seria impossível realizar o doutorado de forma multiescalar.

Aos entrevistados, José Meirelles (Fronteira Norte Engenharia - Matupá); Luís Otávio (Colonizadora Sinop, *in memorian*); Vicente da Riva (Indeco), Dep. Adilton Sachetti (Sapezal), pelas informações, e muito mais, por compartilharem histórias das suas vidas.

A todos os técnicos e gestores das prefeituras de Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop, representados por Trujillo (Secretário Municipal Alta Floresta) e Rute Lara (Eng^a Matupá).

Um especial agradecimento a Sérgio Nogueira, por compartilhar dados, do seu acervo, sobre Matupá, mas principalmente, por compartilhar um dia dos valores sua vida - generosidade e amor ao próximo.

Aos Técnicos do Incra/MT, em nome de Xisto Silva e Dario Venceslau.

A vocês, queridos alunos, meus amigos, extensões do meu corpo... meus braços. Frank, amigo estradeiro, as viagens não acabam por aqui; Camila, nas transcrições, e na constante renovação da minha fé; Elana, das muitas digitalizações, sua serenidade é um bálsamo para mim.

Andréa Arruda, Sr. Delmo, D. Cida, Cristina Campos, Felipe Miney, Ranniery Queiroz, Edvaldo Jr e Klaynner Queiroz, importantes na minha vida.

Às minhas Marias Josés – Prof^a Maria José, que sempre me acompanha, e apoia. A Maria José – bibliotecária FAU-Maranhã, pelo carinho e atenção com que sempre me atendeu. À Isa e a Cristina da Secretaria da FAU-Maranhão.

À família, Tio Gilson, Tio Toninho e Tia Marina, Dinho, Lelei, Ruthinha, em especial a Gilsinho, obrigada!!!!!! A todos que me ajudaram e me ajudam muito. Meu muito obrigada!!!!

AZEVEDO, Doriane. **Políticas Territoriais, Redes Técnicas e Políticas na Estruturação do Espaço de Mato Grosso**. 2015. 304 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A partir de 1970, o Estado (em maior grau, a instância Federal), até então, agente central na condução do processo de desenvolvimento territorial e urbano mato-grossense, inicia a ampliação das parcerias com os agentes privados neste processo. Ao longo das décadas seguintes, estes agentes privados passaram a assumir crescente protagonismo na articulação, formulação e condução das ações de planejamento em Mato Grosso – definindo uma rede de infraestrutura regional e urbana voltada, essencialmente, a produção e exportação de commodities. Nesta época, o Estado instituiu um conjunto de políticas territoriais que intensificaram o processo de urbanização, materializado, p.ex, nas quatro cidades planejadas que constituíram objeto inicial desta pesquisa - Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop-, polos urbanos dos microterritórios da atuação inicial dos agentes privados. O estudo das políticas territoriais, públicas e privadas implantadas em Mato Grosso, ao longo de quarenta anos, evidencia as principais transformações nas dimensões sociais, econômicas e ambientais. A metodologia de pesquisa utilizada privilegiou a análise do espaço por meio da articulação das suas diferentes escalas: regional, urbana e intraurbana. Foram examinados os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da organização e transformação do espaço mato-grossense voltadas ao desenvolvimento da agroindústria, que o integrou economicamente ao território brasileiro. A pesquisa também mostra que o processo de promoção do desenvolvimento pelo Estado teve como contrapartida indissociável uma atuação proeminente da parte de agentes privados que organizaram, consolidaram e expandiram seus microterritórios em Mato Grosso, ou a partir de Mato Grosso, em redes técnicas e políticas. Demonstra-se, dessa forma, a existência de uma justaposição entre políticas territoriais públicas e privadas. O trabalho conclui que as intensas transformações nas estruturas regionais e urbanas de Mato Grosso, iniciadas com o processo de intervencionismo estatal dos anos de 1970, são resultado, principalmente, da atuação dos agentes privados que promovem a agroindústria, suplantando o protagonismo tradicionalmente atribuído ao Estado desenvolvimentista. Por outro lado, a magnitude dos problemas sociais e ambientais gerados por esse processo deixa clara a necessidade de um novo patamar de eficácia da ação estatal, não na promoção direta, mas priorizando à articulação entre iniciativas públicas e privadas.

Palavras chave: Mato Grosso, Políticas Territoriais, Planejamento Urbano e Regional

AZEVEDO, Doriane. **Territorial policies, Technical and Political Networks in Mato Grosso State space structuring**. 2015. 304 p. Thesis (Ph.D.) - Faculty of Architecture and Urbanism, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

Since 1970, the State (to a greater extent, the federal level), until then the central agent in conducting the territorial and urban development process in Mato Grosso State, starts the expansion of partnerships with the private agents in this process. At that time, the State instituted a set of territorial policies that intensified the urbanization process, materialized, for example, in the four planned cities that constituted the initial object of this investigation - Alta Floresta, Matupá, Sapezal and Sinop - urban centers of microterritories where these private agents act at first. Over the following decades, these private agents have assumed growing importance in the join, formulation and conduct of planning actions in Mato Grosso State, defining a network of regional and urban infrastructure, focused mainly on the production and exportation of commodities. The study of territorial policies, both public and private, implemented in Mato Grosso State over forty years, highlights the major changes in social, economic and environmental dimensions. The research methodology privileged the analysis of space through the articulation of its different scales: regional, urban and intra-urban. The socioeconomic and environmental impacts of the organization and transformation of mato-grossense space due to the development of agribusiness, which economically integrated this State with the territory of Brazil, were examined. The survey also shows that the process of promoting development by the State had its inseparable counterpart in the outstanding performance of the private agents who organized, consolidated and expanded their microterritories in Mato Grosso State, or from Mato Grosso State, into technical and political networks. It is demonstrated, therefore, that there is an overlap between public and private territorial policies. The research implies that the profound transformations in regional and urban structures of Mato Grosso State, which began with the process of State interventionism of the 1970s, are mainly a result of the actions of private agents that promote agribusiness, supplanting the leading role traditionally assigned to the State developmental. On the other hand, the magnitude of the social and environmental problems generated by this process makes clear the need for a new level of effectiveness of State action, prioritizing a better coordination between public and private initiatives.

Keywords: Mato Grosso State, Territorial Policies, Urban and Regional Planning

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A polarização entre o Norte (Cuiabá) e o Sul (Campo Grande) Mato-grossense. Diagnóstico da SUDECO.....	34
Figura 2: Polos de Desenvolvimento: Áreas-programas do I PLADESCO, em vermelho, os Polos no atual estado de Mato Grosso..	40
Figura 5: Áreas – programa II PND.....	45
Figura 6: Área de Influência dos Eixos.	56
Figura 7: Programa Estradeiro.....	68
Figura 8: Usinas Família Ometto, em São Paulo.....	109
Figura 9: André Maggi – Estruturas Físicas e Interações Socioespaciais do Pioneiro nas décadas de 1950-60.	112
Figura 10: Síntese das Propostas da Associação dos Empresários da Amazônia. Apresentado em encontro, em 1977.....	119
Figura 11: Organograma INDECO na década de 1970. FONTE:.....	129
Figura 12: Registro Fotográfico Alta Floresta – da esquerda para à direita, mateiros, em 1975 e a abertura das vias. Foto maior, vôo sobre área de implantação da cidade. Em baixo, a cidade, abertura e as primeiras construções.	132
Figura 13: Gleba Alta Floresta – Ordenamento Territorial.....	138
Figura 14: Partido Urbanístico de Alta Floresta – síntese. A – Topografia, setores, sistema viário. B – Setores e ordem de abertura. C – Área ocupada até 1980 e D – Situação da cidade na gleba.....	142

Figura 15: Estrutura Organizacional do Grupo Sinop.	149
Figura 16: Na sequencia da esquerda para direita – Sinop, Santa Carmem e Vera.....	153
Figura 17: Organograma – responsáveis pelo Projeto de Colonização Agropecuária do Cachimbo.	157
Figura 18: Planejamento do Projeto Agropecuário do Cachimbo. Presença de Hermínio Ometto e Eng. Meirelles.....	158
Figura 19: Limites da Gleba do Cachimbo. Em Azul Rios Peixoto e Peixotinho. Em vermelho, Rodovias BR-163 e 0-80 (atual MT-322).....	161
Figura 20: Em laranja, polígono das áreas de Implantação dos Projetos de Colonização. O círculo preto demarca a área do núcleo urbano.....	164
Figura 21: Plano Urbanístico de Matupá.....	169
Figura 22: Estruturação Física da Gleba do Cachimbo e entorno. Nos polígonos demarcados, tempos PA Braço Sul (vermelho), PAs São João União e Padovani (vinho), PAs Cachimbo I (verde) e II (cinza). Em amarelo, área ocupada pelos posseiros.....	176
Figura 23: Cisão da Agropecuária do Cachimbo. Na sequência territórios da Nova Louzã (cinza claro), PSLM (cinza médio) e Monte Sereno (cinza escuro).	179
Figura 24: Estrutura Conglomerado André Maggi – década de 1980.....	184
Figura 25: André Maggi, Eraí Maggi Scheffer e Adilton Sachetti – a estaca marca a implantação de Sapezal.	189
Figura 26: Estrutura Grupo André Maggi – Anos 2000.	193

Figura 27: Organização Amaggi, 2015.....	193
Figura 28: Rota do Desenvolvimento – Encarte de comemoração dos 11 anos, em 2007.	196
Figura 29: Corredor Noroeste de Exportação. Sapezal – Porto Itacoatira – Europa e Asía.....	197
Figura 30: Esboço feito por Blairo Maggi – sonho (projeto) de infraestrutura., março/2014.....	205
Figura 31: Criação de Núcleos Urbanos em Mato Grosso: a esquerda, década de 1970, ao centro, 1980 a direita, 1990.....	209
Figura 32: Estruturação Física de Mato Grosso – Malha Municipal em 1970, 1980 e 1991.	211
Figura 33: Principais Produtos Importados, Valor US\$ FOB, MT/2003.....	267
Figura 34: Principais Produtos Importados, Valor US\$ FOB, MT/2012.....	268
Figura 35: Principais Produtos Importados, Valor US\$ FOB, MT/2003.....	268
Figura 36:: Principais Produtos Exportados, Valor US\$ FOB, MT/2012.	269
Figura 37: Importações por Blocos Econômicos de Origem, MT/2003.....	269
Figura 38: Contratações do FCO, Quantidade Contratado por Município, Mato Grosso - 2011.	273

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais Programas Na Amazônia (Governo Federal/ Sudam)	35
Quadro 2: Programação Rodoviária do PLADESCO	41
Quadro 3: POLAMAZONIA	75
Quadro 4: PRODEPAN - Sub-Programas do.....	85
Quadro 5: Investimentos do PROMAT.....	95
Quadro 6: Fazendas e Usinas - Irmãos Ometto Ltda/SP (1930-40)	109
Quadro 7 : Resultado da Licitação nº 03/1973.....	121
Quadro 8: Proposta de Organização Territorial – Gleba Alta Floresta, Indeco.....	135
Quadro 9: Grupo Sinop.....	148
Quadro 10: Projetos de Colonização Particular em Mato Grosso – Colonizadora Sinop S.A.....	150
Quadro 10: Composição Acionária da Agropecuária do Cachimbo S/A, em 1964.....	156
Quadro 11: Projetos de Colonização Particular em Mato Grosso – Agropecuária do Cachimbo	162
Quadro 12: Plano Diretor Urbano Matupá - Zoneamento Urbano.....	170
Quadro 13: Projetos de Assentamentos (Área e entorno Agropecuária do Cachimbo) – Situação Atual.....	173
Quadro 14: Parcerias Institucionais – Décadas 1980/90.....	185

Quadro 15: Distribuição dos Municípios da Amazônia Legal por Classes de Tamanho Populacional – 1970-2000.....	212
Quadro 16: Distribuição dos Municípios de Mato Grosso por Classes de Tamanho Populacional – 1970-2000.....	212
Quadro 17: Distribuição da população de Mato Grosso nos Municípios por Classes de Tamanho Populacional – 1970-2000	213
. Quadro 18: População Total e Taxas de Crescimento.....	215
Quadro 19: Caracterização das Propriedades Rurais nos Municípios do Norte de Mato Grosso.....	237
Quadro 20: Classificação dos Estabelecimentos Agrícola por Número e Área de Estabelecimentos – Alta Floresta, Matupá, Sinop e Sapezal	241

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População Residente, por Situação do Domicílio x Ano (Percentual)	219
Tabela 2: População Residente Urbana x Ano (Quantidade e Percentual)	220
Tabela 3: Domicílios Permanentes Ligados as Rede Geral de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (%)	235
Tabela 4: Número e Área dos estabelecimentos por Unidade da Federação e Município – 2006.....	239
Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por utilização das terras, condição do produtor em relação às terras, tempo em que o produtor dirige o estabelecimento, grupos de área total e associação à cooperativa e/ou à entidade de classe	243
Tabela 6: Lavoura Permanente – Produção, Área destinada à colheita e Quantidade Produzida. Anos (1990, 2000, 2010 e 2013).....	247
Tabela 7: Lavoura Temporária - Área Plantada, Quantidade Produzida e Valor da Produção (1990 a 2013).....	248
Tabela 8 - Produto interno bruto (Percentual)	270
Tabela 9:População Economicamente Ativa (PEA) - TOTAL	272
Tabela 10: População Ocupada Rural (POR -%)	272
Tabela 11população Ocupada Urbana (POU).....	272

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área de Abrangência do POLAMAZONIA.....	74
Mapa 2: Área de Abrangência - POLOCENTRO.....	81
Mapa 3: Área de Abrangência dos Programas SUDECO/SUDAM - POLONOROESTE..	89
Mapa 4: Área de Abrangência – PROMAT.....	93
Mapa 5: Áreas de Jurisdição – Governo Federal e Estadual, 1970	116
Mapa 6: Projeto de Colonização Indeco, área de abrangência	127
Mapa 7: Colonizadora Sinop – Gleba Celeste.....	152
Mapa 8: Agropecuária e Colonizadora do Cachimbo. Delimitação da Gleba.....	159
Mapa 9: Amaggi - Sede e Escritórios.....	198
Mapa 10: Amaggi – Fazendas.....	199
Mapa 11: Amaggi – Armazéns.....	200
Mapa 12: Amaggi – Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)	201
Mapa 13: Amaggi - Portos.....	202
Mapa 14: Sapezal – Imagem de Satélite, Estrutura Implantada e Uso do Solo Real...	223
Mapa 15: Matupá - Imagem de Satélite, Estrutura Implantada e Uso do Solo Real....	225
Mapa 16: Alta Floresta –Imagem de Satélite, Estrutura Implantada e Uso do Solo Real	229
Mapa 17: Sinop – Imagem de Satélite, Estrutura Implantada e Uso do Solo Real.....	231

LISTA DE CARTOGRAMAS

Cartograma 1: Rebanho Bovino – Série Histórica	246
Cartograma 2 – Produção de Mandioca, por Mesorregião e nos Municípios de Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop, de 1990 a 2013.....	255
Cartograma 3: Produção Girassol , por Mesorregião e nos Municípios de Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop, de 1990 a 2013.....	256
Cartograma 4: Produção de Sorgo , por Mesorregião e nos Municípios de Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop, de 1990 a 2013.....	257
Cartograma 5:: Produção de Arroz, por Mesorregião e nos Municípios de Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop, de 1990 a 2013.....	259
Cartograma 6: Produção de Algodão, por Mesorregião e nos Municípios de Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop, de 1990 a 2013.....	260
Cartograma 7: Produção de Feijão, por Mesorregião e nos Municípios de Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop, de 1990 a 2013.....	261
Cartograma 8: Produção de Milho por Mesorregião e nos Municípios de Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop, de 1990 a 2013.....	262
Cartograma 9: Produção de Soja, nos municípios de Mato Grosso 1990 a 2013.....	265
Cartograma 10: Produção de Soja, por Mesorregião e nos Municípios de Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop, de 1990 a 2013.....	266

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População Residente por Situação de Domicílio (%) – Série História (1970-2010): Brasil, Centro-Oeste, Mato Grosso e suas Mesorregiões.....216

Gráfico 2: População Residente por Situação de Domicílio (%) – Série Histórica (Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop217

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	25
PARTE 1	31
1. O Planejamento Governamental em Mato Grosso: uma síntese	33
1.1 Os Planos e os Programas Especiais	33
1.2 O II PND e as Políticas Regionais	43
1.3 O momento de crise e o III PND	46
1.4 O Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República	49
1.5 Mato Grosso pós- SUDECO: dos ENID à discussão sobre uma Política Regional	51
1.6 A Política de Ordenamento Territorial	64
2. Ações de Planejamento Regional em Mato Grosso	71
2.1 Os Planos e os Programas Especiais	72
2.1.1 POLAMAZÔNIA e suas áreas-programa	72
2.1.2 O POLOCENTRO	77
2.1.3 PRODEPAN	84
2.1.4 O POLONOROESTE	87
2.1.5 O Programa Mato Grosso PROMAT	92
3. Agentes Privados: Primeiras Trajetórias	101
3.1 Os Novos Bandeirantes Paulistas nas Novas Fronteiras: Ariosto da Riva e os sócios Ênio Pipino e João Carvalho	104
3.2 De “Família Formada” da Itália para Grupo Ometto em São Paulo	108
3.3 O Pioneiro Gaúcho na Fronteira do Noroeste do Paraná	110

4.	Grupos Econômicos, Ações e Estratégias na Construção de Territórios em Mato Grosso	115
4.1	A Criação da INDECO e a Proposta de Colonização	124
4.1.1	A proposta para uma Região	129
4.1.1.1	Tecnologias [da época], Infraestruturas regionais e as Atividades Econômicas	130
4.1.1.2	Colonização e Urbanismo – Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás	134
4.1.1.3	Os percalços no Planejado	144
4.2	De Terras SINOP para Colonizadora SINOP	147
4.2.1	A Organização Territorial da Gleba Celeste	150
4.3	Grupo Ometto e a Agropecuária [e Colonizadora] Cachimbo	155
4.3.1	Estratégias na Construção de um Modelo de Desenvolvimento Regional	156
4.3.1.1	O núcleo urbano – o Polo Regional	164
4.3.1.2	O Suporte das Infraestruturas Econômicas e Sociais	171
4.3.2	Questões Conjunturais: Projetos de Assentamentos, Garimpos, Ocupações de Terras e Desapropriações de Terras do Cachimbo	173
4.3.3	Cisão da Agropecuária do Cachimbo: antigos e novos proprietários	177
4.4	Corporação e Rede da AMAGGI	181
4.4.1	Viabilização [Econômica] de um Território	186
4.4.2	Gestão do Território e Logística do Grupo André Maggi/ Amaggi	192
5.	A Estruturação do Território	208
5.1	Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop: “Bases Logísticas de Gestão Territorial”	218
5.1.1	Cidades Planejadas, Suporte [Limitado] às Atividades Urbanas	221
5.1.1.1	A Estrutura Urbana	222
5.1.1.2	[Precária] Infraestrutura Regional e Urbana do Norte Mato-grossense	232
5.1.2	O Espaço Rural (ou Estruturação Fundiária Rural)	236

5.1.2.1	A Produção Agrícola	242
5.1.2.2	A Soja em Mato Grosso	263
5.2	Produção Econômica, PIBs e PEAs - Atividades [Econômicas] Urbanas e Rurais	267
5.3	Conflitos entre as Políticas Públicas e os Problemas Sociais e Ambientais	273
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
7.	REFERÊNCIAS	282

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A história de Mato Grosso foi marcada pelas intervenções políticas e econômicas desde o período do Brasil Colônia, quando Portugal imprimiu planejamento centralizador, com Política Urbanizadora. Surgiram as primeiras configurações espaciais a nível regional, uma rede de poucos núcleos urbanos, capitaneados por Cuiabá, que desempenhava importante papel no contexto da rede urbana internacional, situação preservada até os primeiros anos da república.

A intensificação da produção agropecuária, associada à implantação de infraestruturas de transporte, no período republicano, resultou na ocupação desigual das regiões de Mato Grosso. As primeiras configurações espaciais se mantiveram, mas foram acrescidas novas características: um adensamento populacional, com a criação de núcleos urbanos na porção sul e a nítida polarização do espaço mato-grossense entre Cuiabá (norte) e Campo Grande (Sul), configuração que se manteve até o final da década de 1960.

A partir deste período, o processo de urbanização foi intensificado na região Centro-Oeste, a partir das políticas desenvolvimentistas do Governo Federal, cujas ações de planejamento foram implementadas pelas Superintendências de Desenvolvimento Regional como a SUDAM (Amazônia Legal) e SUDECO (Região Centro-Oeste).

Inicia-se, então, questionamentos quanto ao alcance e limitações dessas ações planejadas e o impacto das políticas territoriais diante da intensificação do processo de urbanização em Mato Grosso.

A Parte I do trabalho revisa o conjunto das Políticas Territoriais implementadas fortemente em Mato Grosso a partir da década de 1970, e indicando, em linhas gerais, algumas das configurações espaciais apresentadas.

Como resultado, inúmeros núcleos urbanos foram criados em Mato Grosso, por iniciativas governamentais (as colônias no período pombalino, as agrovilas, na porção sul do estado, no período Vargas e a Fundação Brasil Central, entre outras), ao contrário do que ocorreu anteriormente em São Paulo, e no Paraná, com a maciça presença da iniciativa privada na criação de cidades.

No início das pesquisas, predominava o censo de que, as políticas territoriais de relevância eram as que resultavam da atividade planejadora do Estado, partiam de uma “concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e [...] mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas (COSTA, 2000:13-14).

Buscou-se, então, resgatar algumas das políticas territoriais – públicas (sejam de infraestruturas econômicas, sociais, subsídios) e privadas, realizadas no período compreendido entre 1970 e dias atuais, para compreender as principais ações que condicionaram a estruturação do espaço Mato-grossense, em análise que articula

diferentes escalas– a urbana, das cidades de apoio à colonização – Alta Floresta, Matupá, Sinop e Sapezal; a regional, primeiramente das grandes glebas das Colonizadoras, nos municípios criados, das meso e macrorregiões. Estruturava-se uma análise multiescalar na condução da pesquisa.

Novas questões surgiram das várias entrevistas realizadas, entre elas que, dos diferentes agentes privados que se destacaram na implantação de Núcleos Urbanos no Estado, atualmente, sede de municípios, diferentes estratégias de leitura e atuação do e sobre o território podem ser observadas.

Ester Limonad e Rogério Haesbaert(2007) indicam que pressupostos que devem conduzir o entendimento da noção de território, destacando sempre o território como espaço de “apropriação e dominação social é constituído ao mesmo tempo por pontos e linhas redes e superfícies ou áreas zonas. (HAESRBERT, LIMONAD, 2007:43; grifo nosso).

Assim, na Parte II, buscou-se aproximar da atuação desses agentes privados, verificando o conjunto de suas políticas territoriais, que podiam ser lidas em pontos, linhas, redes, superfícies – construindo seus territórios, seja enquanto indivíduos, como também estruturados em grupos econômicos. Era o caso, a INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização), organizada por Ariosto da Riva; a Agropecuária do Cachimbo (Grupo Ometto), Colonizadora SINOP (Sociedade

Imobiliária do Noroeste do Paraná), na pessoa de Ênio Pipino o Grupo AMAGGI (destacando a atuação de André Maggi e Blairo Maggi).

Uma leitura do percurso realizado por esses agentes (a maior parte com origem no interior de São Paulo), alguns com atuação no processo de colonização do Oeste do Paraná (SINOP/AMAGGI), passando por outras regiões de Mato Grosso (Ometto/Ariosto da Riva) até destino final – a fronteira agrícola no norte de Mato Grosso, hoje conhecida como Médio Norte. Entrevistas com representantes desses Grupos Econômicos, Técnicos do INCRA pontuaram o processo de aquisição de Glebas, atendendo um chamado do Estado, à produção dos microterritórios, de atuação inicial dos agentes privados que se organizaram, consolidaram e expandiram seus [micro] territórios em Mato Grosso, ou a partir de Mato Grosso. Passaram a assumir crescente protagonismo na articulação, formulação e condução das ações de planejamento em Mato Grosso – definindo uma rede de infraestrutura regional e urbana voltada essencialmente à produção e exportação de commodities e, ao mesmo tempo, suplantando o protagonismo tradicionalmente atribuído ao Estado desenvolvimentista.

A Parte III realiza uma análise da síntese das transformações do espaço mato-grossense ao longo de quarenta anos, considerando a região norte do estado, e os municípios criados a partir de núcleos urbanos implantados pelos agentes privados estudados, evidenciando os principais impactos nas dimensões sociais, econômicas

e ambientais., e que exige uma atuação no sentido da construção de políticas de compensação desses impactos.

1. O Planejamento Governamental em Mato Grosso: uma síntese

Se na pesquisa de mestrado a preocupação voltou-se para o estudo da estrutura institucional de planejamento territorial nas diferentes escalas, destacando as Superintendências de Desenvolvimento Regional e as limitações de suas ações, neste capítulo, interessa apresentar as políticas territoriais formuladas e implementadas, e sua materialização na configuração do espaço mato-grossense.

1.1 Os Planos e os Programas Especiais

Mato Grosso sempre foi alvo das ações políticas e econômicas do Poder Central. Das Políticas Pombalinas, no período colonial, a Marcha para o Oeste, e a Fundação Brasil Central, nos anos de 1950. Mas, a partir de 1960, em decorrência da estruturação institucional iniciada com Getúlio Vargas (COSTA, 2000), Mato Grosso também foi objeto das ações da Superintendência de Políticas de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), mais tarde SUDAM, por ser estado constituinte da Amazônia Legal. Mato Grosso, até o final de 1960, apresentava-se polarizado por dois centros urbanos (Figura 1): Cuiabá e Campo Grande, como indica os diagnósticos iniciais da própria Superintendência (BRASIL, 1976).

Figura 1: A polarização entre o Norte (Cuiabá) e o Sul (Campo Grande) Mato-grossense. Diagnóstico da SUDECO.
FONTE: Brasil (1976: 70)

Assim, o Governo Federal, por meio da SUDAM, promoveu, com a política de incentivos fiscais, a implantação e expansão de projetos agropecuários realizados por grupos econômicos nacionais (principalmente do Centro-Sul do País) e os

internacionais na Amazônia (OLIVEIRA, 1995:67, FERREIRA, 1999:284). A SPVEA, até o início dos anos 1970, posteriormente SUDAM, já havia incentivado a implantação de mais de quatro projetos agropecuários em Mato Grosso, quais sejam: Agropecuária Suiá-Missu S/A (distrito de São Félix do Araguaia /Barra do Garças); Arrossensal Agropecuária e Industrial S/A (Nortelândia – Camargo Corrêa como um dos componentes do grupo); Mutum Agropecuária S/A (Diamantino); Cia do Desenvolvimento do Araguaia – CODEARA (Luciara, com o desmembramento de distrito, pertence atualmente a Santa Terezinha) (OLIVEIRA ,1995:68).

No âmbito de um processo de amadurecimento do instrumental de planejamento, o Governo Central promoveu Planos Federais, que objetivavam promover a ocupação do território e receber as correntes migratórias das áreas do nordeste, na época, palco de conflitos sociais e pobreza generalizada. Valeu-se, inicialmente, da estrutura de Planejamento Regional, como a SUDAM e, mais tarde, a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste). Podemos verificar planos e projetos no quadro abaixo:

Quadro 1: Principais Programas Na Amazônia (Governo Federal/ Sudam)

PROGRAMAS / PROJETOS	ANO / PERÍODO DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS	OBSERVAÇÕES
Programas Federais			
PIN – política de integração nacional	1970	Integração da Amazônia ao Nordeste (Transamazônica) e Norte - Sul (Santarém/Cuiabá) através de	- facilitou o fluxo migratório originado do nordeste e centro-sul, alocados ao longo das rodovias.

Quadro 1: Principais Programas Na Amazônia (Governo Federal/ Sudam)

PROGRAMAS / PROJETOS	ANO / PERÍODO DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS	OBSERVAÇÕES
		financiamento e implantação de rodovias	- deslocou o eixo de penetração pelo interior do País, que passa a margear as rodovias; - deslocamento da fronteira agrícola.
PROTERRA – programa de redistribuição de terras	1971	Facilitar a aquisição de terras aos produtores que se dirigissem à Amazônia.	- experiências de colonização “planejada”; - recursos insuficientes para implantar a colonização por parte dos pequenos produtores rurais.
Programa da SUDAM			
POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia	1974	Desenvolvimento regional através dos Polos Agropecuários e Minerais.	- criação de <u>quinze polos</u> de crescimento, selecionados com base nas vantagens comparativas, sendo que, dos quinze, <u>três</u> se encontravam em terras mato-grossenses; - financiados pelos recursos do PIN e PROTERRA, entre outras fontes.

FONTE: FERREIRA (1999:294-295). ORGANIZAÇÃO: Doriane Azevedo.

Os objetivos destes planos estavam estreitamente ligados à política de desenvolvimento do Governo Federal que, especificamente em Mato Grosso, previa a programação de ações que realçassem a vocação econômica¹ determinada para a região - atividades agrícolas voltadas para a exportação -, e ainda, as políticas de

¹ Pelos estudos realizados, neste trabalho, vocação (econômica) é entendida como “a reunião de um conjunto de fatores que proporcionam o desenvolvimento de determinada atividade econômica em um determinado território. Os fatores podem ser físicos, tecnológicos, entre outros, todavia, entendemos que os fatores políticos podem suplantar quaisquer outros fatores considerados técnicos” (AZEVEDO, 2006).

colonização, fixando a população para povoar o espaço que era considerado vazio pelas instâncias Governamentais.

Foi premente a necessidade de se abrir novas fronteiras econômicas, proporcionar o acesso a estas áreas, e permitir a circulação dos migrantes e o escoamento da produção. Por isso, as primeiras ações da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste foram a incorporação do “PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL”, e a criação do PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) que objetivava integrar o Centro-Oeste aos sistemas de transporte do País. Deste modo, até 1973, as ações da SUDECO, baseadas nas diretrizes definidas no PRODOESTE resumiram-se a política rodoviária, que buscou a ligação com a Região Sudeste e possibilitar o escoamento da produção (ABREU, 2001:77).

No período seguinte, a SUDECO adequou suas ações aos objetivos do I PND - I Plano Nacional de Desenvolvimento, instituído pelo Governo Federal. O I PND foi elaborado em 1971 para o triênio 1972 a 1974, objetivava a ampliação do mercado nacional e delineava mais claramente o Projeto Nacional brasileiro iniciado após 1964. Desejava-se o fortalecimento do capital através da indústria multinacional, como também substituir a agricultura de subsistência e se voltar à produção agrícola para exportação.

O espaço Mato-grossense foi alvo dos planos e programas que seguiram as diretrizes do I PND: recursos e incentivos liberados pelo PIN², através das ações superpostas da SUDECO e da SUDAM, a implantação de polos agrícolas, e dos imprescindíveis eixos de integração. As políticas desenvolvidas e os recursos programados e investidos denotavam a busca pela modernização da produção agrícola voltada para a exportação, e a abertura e consolidação do mercado interno. Mato Grosso seria integrado ao território nacional já com a incorporação de novas técnicas e práticas de trabalho – tanto no campo, como na cidade.

Neste momento, para se adequar ao I PND, a SUDECO desenvolveu o I Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PLADESCO), o qual apoiava sua fundamentação teórica no conceito de região caracterizada como “vazio econômico e demográfico”³ – e do *aménagement du territoire* – desenvolvido na França pós-guerra, bem como em diagnósticos que levantavam as características locais e regionais, verificando as áreas estagnadas e também com potencial a ser explorado.

2 Era através de programas como o Plano de Integração Nacional (PIN), que se forneciam recursos e incentivos fiscais para a Amazônia legal – por meio da SUDAM, como promovia-se o desenvolvimento da região Nordeste pela SUDENE. Este mesmo programa foi o responsável pelos eixos de integração implantados – a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém (BR 163) (AZEVEDO, 2006).

3 “Vazio” era o termo utilizado nos discursos governamentais com forte apelo ideológico. Na verdade, a Região Centro-Oeste e Mato Grosso, em questão, possuíam uma economia pouco integrada ao circuito internacional, com destaque à produção de subsistência, além de abrigar uma grande variedade de etnias indígenas, entre outros povos que viviam na e da floresta.

Os estudos da SUDECO delimitavam os polos de desenvolvimento⁴, denominados de áreas-programa – espaços que concentravam os investimentos para, posteriormente, transformar-se em economias de aglomeração . Para o período compreendido pelo I PND, todos os diagnósticos e prognósticos realizados pela SUDECO para atingir as metas nacionais – como a integração nacional através da expansão do mercado e a ampliação da capacidade de produção agrícola para exportação -, nortearam a elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (I PLADESCO).

A escolha das áreas-programas onde se concentrariam, diretamente, os recursos e ações valeram-se dos mesmos critérios. Para Mato Grosso, que na época ainda contava com a porção sul, atual Mato Grosso do Sul, foram definidas treze áreas programas. Destas áreas programas, cabiam ao norte do estado, atual território de Mato Grosso, Aripuanã, Peixoto, Xingu, na porção mais ao norte do estado, Cáceres, Cuiabá/Rondonópolis, centro-sul, onde seriam concentrados os recursos, como vemos na Figura 2, delimitada em vermelho.

⁴ Em linhas gerais, o conceito de polos de desenvolvimento era entendido como um “centro”, um “organismo concreto” (podendo ser uma cidade, não necessariamente) que conforme as condições favoráveis, tornava-se uma região polarizadora. O conceito dos Polos integrava a Teoria dos Pólos de Desenvolvimento, de François Perroux e foi criado a fim de se obter a integração nacional, e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento de regiões estagnadas ou deprimidas. A teoria enfatizava a força dos recursos naturais, do mercado interno, da tecnologia, do empresariado e da própria estrutura industrial existente, e o crescimento seria difundido desses pólos para outras regiões, através de vetores de integração (meios de transporte e comunicações, matérias-primas, comércio de bens e serviços finais, mercado de insumos, tecnologia). Para o autor da Teoria, esta se adequava aos países subdesenvolvidos que precisaria combinar as forças privadas e públicas. O poder público desempenhava papel imprescindível ao investir em infraestrutura econômica e social, entre outros tipos de benefícios voltados para os “pólos de desenvolvimento”, através dos empréstimos concedidos pelos países economicamente dominantes. Sobre os Pólos de Desenvolvimento, ver CORAGGIO (1972), PERROUX *et al* (1975), OLIVEIRA, A. (1984) e SCHERER (1994).

Figura 2: Polos de Desenvolvimento: Áreas-programas do I PLADESCO, em vermelho, os Polos no atual estado de Mato Grosso. Fonte: BRASIL (1976:77).

A seleção das áreas-programas pretendeu ampliar o mercado nacional através da promoção de incentivos fiscais e os financiamentos a juros baixos, fornecidos pelo Governo Federal, proporcionando a certeza de crescimento sem risco, como a implantação de todo um conjunto de infraestrutura econômica e social, com destaque para uma rede rodoviária regional e nacional, pautada em três sistemas: PENETRAÇÃO no território; APOIO ao escoamento e fluxo da produção e de pessoas e ALIMENTADOR dos mercados internos e externos (ABREU, 2001:92), como sintetizado no quadro abaixo:

Quadro 2: Programação Rodoviária do PLADESCO

Sistema de penetração	Sistema de apoio	Sistema alimentador
Rodovias longitudinais: projetadas no sentido norte/sul	Rodovias transversais e diagonais: cortam a região no sentido dos paralelos e cruzam, muitas vezes com as de penetração.	Rodovias estaduais e vicinais: permitirão o fluxo de mercadorias das áreas produtoras ao mercado consumidor
BR 163 – Cuiabá/Santarém BR 363 – Cuiabá/Porto Velho Br 174 – Cáceres/mato grosso / vilhena / aripuanã / canumã	BR 070 – Cuiabá/Barra do Garças / Aragarças/ Brasília BR 080 – Brasília/Manaus (ligando-se a Belém/Brasília – BR 153 e depois à BR 163)	Em geral, tratava-se de picadas feitas pelos colonos, ou ainda pelo incra que haviam sido abertas para propiciar a circulação das famílias e das mercadorias até a estrada. Essas vias, que deveriam transformar-se em estradas, faziam parte do planejamento das uf's e municípios; nesse sentido demandavam programação nos vários níveis
Recursos: PIN, PRODOESTE, FDPI	Recurso: PIN, PRODOESTE, FDPI, FDAE	Recursos: estadual e municipal

FONTE: ABREU (2001:92).

Em Mato Grosso, na época ainda não dividido, este programa rodoviário complementar seria implantado conforme a necessidade das áreas-programas selecionadas e regionalizadas com os seguintes critérios econômicos: a) Noroeste mato-grossense: incentivos à exploração de alguns minérios; b) Norte de Mato Grosso: investimentos voltados à ampliação da exploração madeireira, atrelada a projetos de colonização e produção agropecuária; c) Nordeste do estado: investimentos à ampliação da produção de carne para exportação e, d) Centro-Sul de Mato Grosso: recursos à produção agropecuária voltada para exportação (ABREU, 2001:94; PIAIA,).

Deste modo, o I PLADESCO resumiu-se, basicamente, a um detalhamento do Programa Rodoviário Complementar iniciado anteriormente no PRODOESTE/PIN, baseado na implantação de rodovias de penetração e apoio (em um total de 1.800km) e por selecionar as áreas-programas que concentrariam a aplicação dos projetos no II PND.

1.20 II PND e as Políticas Regionais

É a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que o Governo Central investiu maciçamente nas políticas regionais. A história já registrou que, dos PND's implantados, foi o segundo PND que se destacou pela sua intensidade e alcance que agiu no conteúdo do projeto "Brasil-Potência" – a integração nacional, com a abertura de novas frentes concomitante a incorporação de divisas ao processo produtivo nacional (GREMAUD & PIRES: 1999b). Desenvolvido para o período de 1975 a 1979, o Governo Federal elaborou o II PND para enfrentar a crise internacional do petróleo (iniciada em 1973) que elevou os preços dos produtos importados, desequilibrando a balança comercial brasileira.

O que se materializou no II PND foi a intensificação da presença do Poder Público⁵ na condução do crescimento econômico interno, verificado no PIB. O Estado assumiu os setores de risco e a implantação de infraestrutura econômica e social necessária com os recursos dos empréstimos adquiridos no exterior. Era o Estado Desenvolvimentista em plena atuação.

Neste período, o planejamento foi utilizado como um instrumento de intervencionismo estatal que imprimiria benefícios para o País, mediará conflitos entre as classes, pois – em discurso – estava a serviço de todos (SCHERER, 1994,

⁵ Os argumentos utilizados nos discursos do Poder Público para justificar a ocupação do norte e centro-oeste brasileiros iam além da intenção de integração (econômica) nacional, pautava-se, também, nos interesses de segurança nacional, devido à grande extensão da linha fronteira com os países da América do Sul.

ABREU, 2001, MINDLIN, 2003). E foi este espírito que a SUDECO, através de seus técnicos, incorporou nos Programas Especiais que desenvolveu no II PND:

Para a expansão da fronteira econômica agrícola, as áreas-programadas do II PND/ II PLADESCO foram beneficiadas por Programas Especiais, que falaremos no Capítulo II -Ações de Planejamento.

As Classificadas conforme potencialidades efetivas, de importância regional e nacional, consideraram-se 13 áreas-programas definidas anteriormente no I PLADESCO, já que o enfoque adotado para esta escolha foi a necessidade de transformar as áreas selecionadas em “sistemas econômicos dinâmicos” (BRASIL, 1976:73).

A partir deste momento, as áreas-programas foram apresentadas e classificadas conforme os Programas Especiais concebidos para a Região Centro-Oeste. Em Mato Grosso aplicaram-se os seguintes Programas Especiais (

Figura 3):

a) POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (nos Polos Aripuanã, Juruena e Xingu-Araguaia);

b) POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - (Xavantina e Parecis) e;

c) PRODEPAN – Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (programa específico para o Pantanal mato-grossense), e contavam com os recursos liberados pelo Governo Federal os incentivos da SUDAM e seu banco financiador – o BASA.

Figura 3: Áreas – programa II PND. FONTE: ABREU (2001: 102)

A prioridade dada na programação desenvolvida foi à construção de rodovias. Alguns projetos não saíram do papel, no caso, a maioria das obras de infraestrutura e dos projetos de industrialização, fato atribuído, muitas vezes, aos cortes realizados nos recursos iniciais, e ao excesso de gastos ligados aos constantes reparos e reconstruções de trechos de rodovias devido à utilização de técnicas construtivas inadequadas à realidade da natureza pantaneira, além de não ter cooptado as oligarquias regionais “[...] São lacunas que demonstram o distanciamento do órgão de planejamento com a realidade em processo de intervenção” (Ibid.:127).

As ações de planejamento, que foram executadas através dos Programas Especiais do II PLADESCO/ II PND, implantaram a infraestrutura econômica. Os eixos de penetração e vias de circulação possibilitavam o escoamento da produção e contribuíam para dirigir o fluxo migratório para as áreas selecionadas, o que possibilitou um incremento populacional no espaço mato-grossense, e o surgimento de novos núcleos urbanos.

1.3 O momento de crise e o III PND

O início dos anos de 1980 foi marcado pela acentuação da crise internacional (princiada em 1973) e que afetou diretamente o Brasil através do impacto dos altos juros da dívida externa, ampliada com os empréstimos que financiaram os Programas Especiais no II PND. Foi indispensável que o planejamento se adaptasse a

essa nova conjuntura. Como consequência, o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) reviu a condução de suas diretrizes, evitando adquirir poupança externa e, propondo como prioridade absoluta a exportação dos produtos agrícolas para se retomar o equilíbrio da balança comercial (GREMAUD & PIRES, 1999b, *passim*).

A política de desenvolvimento nacional ainda deveria ser seguida, mas naquele momento iniciou-se uma reflexão sobre as fragilidades do modelo de planejamento adotado - centralizador e concentrador-, a partir dos resultados dos vários Programas Especiais implantados.

O planejamento regional continuou como a estratégia adotada para se atingir o desenvolvimento. Assim, a SUDECO foi fortalecida através de instrumentos de políticas econômica e financeira e de uma estrutura participativa voltada para as aspirações estaduais, municipais e dos empresários regionais. Continuou-se com o planejamento, seus planos, e programas especiais -, como indutores do crescimento econômico.

Para o espaço mato-grossense, objetivou-se a expansão da fronteira econômica voltada à produção para exportação, o norte de Mato Grosso teria a consolidação da infraestrutura econômica e social nas áreas que apresentassem potencial econômico. Isto foi importante para se verificar quais Programas Especiais permaneceriam e o que deveria ser criado.

Deste modo, continuou no III PND, o POLAMAZÔNIA, por se necessitar manter uma política de ocupação através da dinamização dos projetos de colonização particular induzida - que se realizava com a instalação das grandes propriedades rurais das empresas de exploração mineral e vegetal, e de Projetos de Assentamento, conduzidos pelo Incra; já o POLOCENTRO permaneceu por “[...] estar afinado com a vocação da região” – desenvolvimento agropecuário e agroindustrial, alargamento das fronteiras de atuação”. (ABREU, 2001.:207-208).

Na mesma direção, em contínuo diálogo com o Plano Nacional, o III PLADESCO (1980 – 1990) – foi elaborado a partir da avaliação dos resultados dos programas de desenvolvimentos implantados pela SUDECO durante II PND/II PLADESCO.

O III PLADESCO orientou a ampliação da produção de alimentos e matérias-primas para os mercados internos e externos, e efetivou os projetos que absorvessem os migrantes deslocados de outras partes do País, consolidou o espaço mato-grossense como via de penetração para a Amazônia brasileira e, ainda, promoveu as políticas de industrialização intrarregião, tudo isso ajudado pelas políticas de crédito agrícola e de preços mínimos do Banco Central.

Em 1982 criou-se um novo programa especial – o POLONOROESTE, cuja programação voltou-se para a pavimentação da BR-364, que ligaria Porto Velho a Cuiabá, com o financiamento do Banco Mundial. Esta instituição exigiu novos termos metodológicos da SUDECO (exigências internacionais que perpassavam pela

preocupação com a proteção da Amazônia e a defesa dos povos indígenas, questões incorporadas nos projetos que se seguiram).

1.40 Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República

Muitas críticas foram feitas à atuação da SUDECO durante o III PND/III PLADESCO, que definiram o destino da Superintendência no período da Nova República. O I Plano Nacional de Desenvolvimento, após a redemocratização do País (PND/NR), iniciou-se em um cenário de poucos recursos para investimentos (KON,1999), de descentralização das decisões políticas e, principalmente, das dívidas que estavam em pauta.

A SUDECO continuou a elaborar estudos para suas ações de planejamento regional. Optou-se, naquele momento, pela ocupação do posto de Superintendente por políticos e não mais por técnicos, na tentativa de administrar os interesses conflitantes e para “assumir o papel de representante dos anseios regionais”, que vinha ao encontro dos interesses das frações dominantes regionais, ao contrário do primeiro momento em que predominaram os interesses macroeconômicos nacionais. Desenvolveu-se o PDRCO – Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste: Região Solução (1986-89), baseado nas proposições da cooperação franco-brasileira (duas versões 1985/89 e 1987/89) e o Centro-Oeste 2000. (ABREU, 2001:265-6)

A SUDECO passou por um constante processo de crítica e avaliação, que ocorreu desde 1979 como registram as análises dos documentos oficiais sobre o desempenho dos Programas Especiais da Superintendência. O POLOCENTRO foi considerado o programa que menos contribuiu para a organização do espaço regional, pois favoreceu a agricultura moderna, com alto custo, inviabilizando a permanência do pequeno produtor, tornando Mato Grosso um exportador de migrantes para as novas áreas de fronteira agrícola da Região Norte, como Rondônia, ou mesmo para os centros urbanos regionais, como a capital Cuiabá.

Os problemas enfrentados pela SUDECO, e que explicam a sua extinção, estão ligados à crise do Estado financiador, na pouca prática na elaboração das ações de planejamento, pois estas sempre foram altamente centralizadas pela e na SEPLAN/PR; a avaliação negativa do Banco Mundial, instituição fomentadora dos Programas desenvolvidos pela SUDECO (ABREU, 2001: 280;281 –283).

Em Mato Grosso, a fronteira econômica avançou em direção ao norte do estado consolidando uma agricultura moderna baseada na monocultura. Somada à ausência de políticas continuadas e efetivas de reforma agrária e para o pequeno produtor, não proporcionou condições dos lotes de subsistência permanecer, que foram convertidos em culturas comerciais e ou pastagens, expulsando o homem do campo (desde o simples trabalhador até o pequeno proprietário) (DIAS & CASTRO, 1986:29).

Apesar dos problemas gerados pelos Programas Especiais, eles tiveram papel fundamental na realidade produzida. A modernização foi acompanhada tanto de riqueza quanto da pobreza, dos problemas socioambientais, da criação de um urbano e um rural com uma dinâmica diferenciada e que criaram uma espacialidade própria.

1.5 Mato Grosso pós- SUDECO: dos ENID à discussão sobre uma Política Regional

Poder-se-ia dizer que, após a redemocratização do País, ocorreu uma gradativa perda de capacidade de coordenação do Estado Nacional que, somada à abertura dos mercados locais e regionais, contribuiu para ampliar as disparidades regionais.

A partir deste momento, a federação sofreu muitas pressões: as internacionais, dos estados e municípios – neste caso, resultantes da autonomia concedida a estes últimos pela Constituição Federal de 1988 - da sociedade organizada, tornando-se imprescindível redefinir a posição do Governo Federal no cenário nacional e internacional, através da idealização de uma política territorial em novas bases (que incluiu aí, as questões ambientais). Já em 1990, viu-se o desenvolvimento de instrumentos de planejamento como o Zoneamento Econômico Ecológico⁶ (ZEE)

⁶ “[...]um instrumento para o desenvolvimento regional de dupla face, técnica e política. Técnica, referente à informação acurada sobre o território; política, porque essa informação é a base para negociação entre os atores envolvidos” (Becker, 1999: 34). Em Mato Grosso, uma primeira versão do ZEE (Zoneamento Sócio- Econômico- Ecológico) foi apresentada no início dos anos de 2000, na gestão do Governador Dante de Oliveira. Nos anos

para o território nacional, priorizado, inicialmente, na Amazônia Legal (BECKER, 1999; COSTA 2003).

Na esfera estadual, Mato Grosso concluía uma primeira versão de ZEE, realizado com recursos do POLONOROESTE em 1988. O documento apresentava diretrizes gerais de uso e conservação dos recursos naturais e priorizava programas como a implantação de unidades de conservação (UC's), recuperação de áreas degradadas, proteção de comunidades indígenas e o desenvolvimento agrícola e florestal.

A formulação do ZEE no estado foi uma das condições impostas pelos órgãos credores, entre eles, o BIRD, para se estudar novas solicitações de financiamentos dos projetos estaduais, que ocorreu após o atendimento de uma série de condições⁷ impostas pelo Banco (PIGNATTI, 2005:109-10). Em 1992, foi assinado o convênio PRODEAGRO, cujos recursos financiaram os estudos do Zoneamento Socioeconômico-ecológico e o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP), projetos formulados pela SUDECO, extinta em 1990.

seguintes, já no governo de Blairo Maggi, o estado entendeu que o ZSEE deveria ser revisto. Esta revisão contou com o apoio da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja) e, muitas críticas foram lançadas sobre a nova versão, principalmente pela redução das áreas de Conservação Ambiental e, também de prejuízos às Terras Indígenas. Até o momento, sabe-se que o ZSEE foi aprovado na Assembleia Legislativa, mas , não foi aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente, exatamente pelas contradições apresentadas.

⁷ Dentre as condições impostas pelo BIRD: "reformulação de sua legislação ambiental, definindo mecanismos de incentivo e penalidades para garantir as diretrizes emanadas do zoneamento; realização de uma reavaliação das políticas de incentivos e créditos visando ao estímulo conservacionista; implantação de um programa de desenvolvimento florestal; reforço de ações de preservação através do fortalecimento da fiscalização, da implantação de novas unidades de conservação e recuperação das áreas degradadas e desenvolvimento de ações de apoio à produção" Pignatti (2005:110).

Regionalmente, Mato Grosso também era privilegiado pelos recursos federais, pois, a Constituição Federal de 1988, baseando-se na experiência anterior de promoção de incentivos fiscais (FINOR, FINAN, PIN, PROTERRA), regionalizou os incentivos fiscais, instituindo o FNE (Nordeste), o FNO (Norte) e o FCO (Centro-Oeste), específicos para as regiões consideradas mais pobres do País. Foram esses incentivos que, ao longo de toda a década de 1990 e 2000, vem financiando um conjunto de empreendimentos privados, desarticulados de uma política de planejamento maior.

Todavia, o destaque em meados da década de 1990 foi para os PPA's que, a partir do primeiro governo FHC, ocuparam o lugar vazio dos Planos e foram transformados em referencial normativo de planejamento, e um dos componentes do arranjo programático-operacional⁸ que trabalha em conjunto com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Leis Orçamentárias Anuais) (BRANDÃO & GALVÃO, 2003:189). O que se nota foi que o PPA ganhou destaque ao incorporar, em 1996, a estratégia dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

A estratégia dos "eixos nacionais de desenvolvimento e integração", incorporada ao PPA de maneira tímida no início, respondeu, em grande medida, por esse sucesso inusitado. Claro que ele adveio ainda, (...), de

⁸ "(...) o arranjo programático-operacional proposto na Constituição de 1988, compreendendo os momentos relativos à elaboração e implementação da programação, dos orçamentos e da execução financeira (...) representou uma evolução sensível em relação ao anteriormente vigente. Não só se emprestou maior dimensão ao instrumento de programação plurianual por excelência, o PPA – substituto avantajado do antigo Orçamento Plurianual de Investimento (OPI), que agora incorporou outras categorias de dispêndios associados organicamente aos investimentos e ações permanentes, de caráter estrutural -, como também se procurou assegurar maior eficácia na articulação desses instrumentos entre si, a exemplo das funções imaginadas para a figura inovadora das Leis de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, responsável pelo acoplamento entre PPA (quadrienal) e Leis Orçamentárias (anuais), a cada ano" (BRANDÃO & GALVÃO, 2003: 190).

peculiar conjunção de elementos favoráveis. Mas os “eixos” catalisaram o essencial dos investimentos em grandes obras de infraestrutura atrasadas em face da penúria fiscal dos últimos anos, estimulando o imaginário das unidades federadas e respectivas forças políticas em direção a esperadas transformações. Em suma, os “eixos” constituíram o elemento inovador capaz de reiterar simbolicamente que se estava diante de mudanças tanto na forma de condução das ações de desenvolvimento pelo Estado, como nas condições gerais da economia (*Ibid.*, 192).

Entre a segunda metade dos anos 1990 e a década de 2000, o País tem participado dos mais diversos debates sobre os programas regionais que o Governo Federal propôs: a transposição das águas do rio São Francisco, a recuperação e promoção do desenvolvimento na BR-163 e até mesmo a implantação, em modelos revisados, das Superintendências de Desenvolvimento Regional (as novas SUDAM, SUDENE e SUDECO). Muitos dos projetos foram encabeçados pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e, o contraponto feito pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Foi assim que, em 1996, um momento histórico do País em que, ao menos três eventos destacados, induziram o Estado à redefinição do seu próprio papel na inserção competitiva dentro do cenário internacional: a eleição de novo presidente que criou expectativas favoráveis na população e instituições; a estabilidade monetária e a retomada dos fluxos de investimento direto estrangeiro no Brasil, que necessitariam ser conduzidos e regulados.

A busca da diminuição do “custo Brasil”, tentando reduzir as disparidades entre os estados que desde 1980, com a queda de investimentos teve esta política suspensa, aflorou a necessidade da “descentralização e de plena utilização sustentável do

território”, onde se destacou diretamente o programa dos ENID encontrados nos PPA’s⁹ de 1996-1999 e 2000-2003.

PPA de 1996-1999 (batizado como “Brasil em Ação”) – na ânsia de repensar o âmbito regional e territorial das ações – priorizando a integração das regiões brasileiras, via “consolidação da ocupação e abertura de novas fronteiras de desenvolvimento” (Galvão e Brandão, 2003:196)

Foi coordenado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, apresentando 42 projetos em seu escopo inicial, onde se destacaram os 16 projetos que se consolidavam nos Eixos de Integração e Desenvolvimento e que definiram os investimentos em obras infraestruturais financiadas com recursos públicos e privados (nacionais e internacionais). Os demais projetos foram de cunho social¹⁰. A proposta dos Eixos continuaria no PPA seguinte.

O projeto ‘Eixos’ refere-se ao grande inventário hierarquizado de projetos de investimento em eixos logísticos para o programa ‘Avança Brasil’ do Ministério do Planejamento, efetuado mediante contrato do BNDES a um consórcio [Consórcio

⁹ O Plano Plurianual (PPA) é uma exigência da Constituição Federal que, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual, fazem parte do conjunto de instrumentos básicos para o planejamento e orçamentos do país. “Por definição constitucional, seu papel é estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. (SANTOS *et al*, 2003: 31)

¹⁰ “Dentro de uma preocupação holística, deveriam ser identificados projetos complementares em informação e conhecimento, desenvolvimento social e meio ambiente, com vistas a uma proposição abrangente que teria por base o conceito de desenvolvimento sustentável” (ABLAS, 2003:175; grifo nosso).

Brasiliana] liderado pela empresa de consultoria Booz-Allen & Hamilton (COUTINHO, 2003:40).

Figura 4: Área de Influência dos Eixos. FONTE: Consórcio Brasiliana (1998)

Destaca-se que, apesar de contratação de um consórcio para realizar o estudo dos ENID, a delimitação dos mesmos e dos seus espaços produtivos obedeceram a critérios encontrados em estudos anteriormente desenvolvidos por instituições governamentais, entre 1995 e 1999, quais sejam: “Rede de Transportes Existentes e Carregamentos” do Geipot/DNER e Logit; “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”, ainda como relatório preliminar realizado pelo IPEA, IBGE e IE/UNICAMP; os mapeamentos das áreas com restrições e potencialidades, as

unidades de conservação e terras indígenas, feitos pelo IBGE E FUNAI's; destaque para os "Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores de Desenvolvimento", de autoria do MMA. (*Ibid.*:117).

Esta afirmativa evidencia que, em alguma medida, havia atividades de planejamento dentro das instituições governamentais, já se utilizando de novas bases, como indica a inserção da questão ambiental no novo modelo de planejamento que se delineava, mas que não se encontravam articulados.

Muitos temas foram discutidos no âmbito dos estudos sobre os ENID: a diferença com relação aos Polos de Desenvolvimento, uma revisão da divisão macrorregional brasileira, a posição do Estado e as questões ambientais, entre outros. O que se viu foi que, como os eixos consideraram o território brasileiro em sua totalidade, não se negou a sua "ampla escala de atuação", diferentemente dos "polos de desenvolvimento" – que apresentavam atuação em menor escala, com efeito concentrador e que serviram de suporte conceitual nos programas das antigas superintendências regionais (BECKER, 1999).

Nos grandes objetivos, percebe-se, pouco mudou. Pode-se observar; em termos de mudança, a metodologia através da ideia de eixos de desenvolvimento que pretende diferenciar-se dos polos de desenvolvimento, o que ocorre na forma. Em termos de conteúdo e objetivos, a serem alcançados permanece o ideário de desenvolvimento sustentável, voltado para o os investimentos privados de modo

que os eixos de desenvolvimento acabam por concentrar ainda mais os investimentos.

Outra diferenciação está na incorporação pela empresa privada de setores de infraestrutura até então concentrados nas mãos do capital estatal, o que tem servido para ampliar o leque de possibilidades de consolidação de conglomerados de capital nacional, mas principalmente estrangeiros, que têm investido maciçamente em setores como: financeiro, telecomunicações, rodovias, energia, exploração mineral, e outros (ABREU, 2001: 292).

No macro cenário nacional, o estudo dos eixos pautou-se em uma visão logística e infraestrutural necessária para o escoamento da produção nacional, utilizou-se de indicadores econômicos, sociais e (alguns) condicionantes ambientais para embasar suas propostas¹¹ e, exatamente nas regiões não consolidadas do Brasil - Amazônia e Centro-Oeste -, é que se observou o volume mais significativo de previsão recursos, representando conflitos entre políticas das várias instâncias governamentais e os impactos territoriais. Seus investimentos em infraestrutura seriam superiores aos das agendas sociais e de tecnologia, implantados com recursos oriundos da União e de financiamentos nacionais e internacionais.

11 Propostas consubstanciadas em agendas : 1) agenda dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento 2) agenda de Gestão do Estado 3) agenda ambiental 4) agenda de empregos e oportunidades de renda e 5) agenda de informação e conhecimento (MELLO, 2002).

Nessas regiões há o encontro de situações – desde os territoriais favoráveis até objetivos de integração que articulados consolidariam os acessos com o mercado internacional (MELLO, 2002; BECKER, 1999). Neli de Mello, a partir da constatação deste volume considerável dos recursos dos “Eixos” na região Amazônica, desenvolveu uma análise crítica, verificando os conflitos ocorridos entre as políticas e seus impactos territoriais, resultando em um exame prospectivo onde o:

Cenário que se depreende é o da incorporação progressiva de territórios da Amazônia Ocidental ao mercado nacional e à política externa brasileira de consolidação do Mercosul, quando se estrutura o território nacional visando conectá-lo às redes logísticas dos países vizinhos (MELLO, 2002: 418).

Ficou claro com os estímulos para o escoamento da soja do Centro-Oeste através da Amazônia – Eixos Madeira e Araguaia Tocantins. Em sua leitura, Mello verificou as modalidades de integração que aconteceriam entre as obras. As que visavam à integração terrestre (destacando a recuperação da BR-364 / 163, ligando Cuiabá a Rio Branco no Acre, ponto de acesso ao Pacífico devido ligações com a malha andina) e a integração hidroviária (viabilizaria a navegação do Rio Madeira e facilitaria o escoamento de grãos de Rondônia e Mato Grosso para o porto de Itacoatiara-AM, e daí para o Atlântico). A mesma integração poderia ser encontrada na possibilidade de abertura da hidrovia Tocantins-Araguaia para o transporte de grãos do Centro-Oeste para o porto de Itaqui (MA), com saída pelo Atlântico.

Contudo, todos esses projetos poderiam apresentar riscos, pois a não “execução rigorosa da estratégia principalmente considerando a variável ambiental” (BECKER,

1999) pode resultar em danos irreparáveis em estados como o de Mato Grosso, onde 17% de suas terras são Reservas Indígenas – como o Parque Xingu que sofre com a eliminação gradativa da sua área de entorno devido à contínua expansão da fronteira agrícola. Acrescentam-se, ainda, as Unidades de Conservação que intentam proteger os três ecossistemas existentes no estado, já muito danificados durante as políticas de expansão das fronteiras internas durante o projeto desenvolvimentista dos governos militares: o pantanal, o cerrado e a floresta amazônica, assim:

[...] quando se trata de obras concernentes à logística, são fatores de risco ao meio ambiente. Esse aspecto coloca em posições diametralmente opostas a política setorial de conservação e a política setorial de infra-estrutura (sic) para o desenvolvimento regional. A política setorial de infra-estrutura (sic) refere-se a um universo formado pelo Estado e grandes empresas da construção civil, onde as decisões de investimento são extremamente velozes e a gestão financeira cabe a um número restrito de pessoas, caracterizando-se portanto em processos rápidos (MELLO, 2002: 414).

Neli de Mello adiciona o fato do território amazônico já ter sofrido grandes impactos ambientais, devido a ações de reestruturação do território e à implantação de infraestrutura econômica que induziu a ação antrópica sobre os ecossistemas – como o vulnerável cerrado que “salta aos olhos que desde àquela época (projeto dos polos de desenvolvimento), a incorporação dos espaços e implantação das redes de infraestrutura não foram convergentes com a preocupação conservacionista ou de sustentabilidade ambiental” (MELLO, 2002:442).

Neste ponto, destaca-se o eixo conhecido como “Hidrovia Paraguai-Paraná”, cujo trecho inicial estabelecido em Cáceres/MT, está inserido na área do Pantanal Mato-

grossense e, neste, o rio abusa de sua sinuosidade, o que exigiria obras para correção de seu curso e mexeria no regime de inundações (SANTOS *et al*, 2003), ou ainda, a Hidrovia Araguaia-Tocantins que, segundo Mello (2002) privilegia o papel econômico e estratégico para o escoamento da produção de grãos para o Atlântico, mas seus EIAs/RIMAs, até aquele momento, relegavam as questões ambientais, como também as sociais. Sobre o Eixo Araguaia-Tocantins,

[...] é discutível a sua prioridade numa região ocupada majoritariamente por agricultura familiar, marcada pela pobreza e pelo acesso precário da população aos serviços sociais básicos. A ampliação da área de soja na região poderia provocar, na verdade, maior concentração de renda, acentuando a exclusão da população pobre a este modelo de desenvolvimento. (...) Além disso, a prioridade absoluta à produção extensiva de grãos é contraditória – ou não se integra com – em relação às ações estaduais integrantes do Programa Nacional de Agricultura familiar (Pronaf) (SANTOS *et al*, 2003: 33).

Assim, a opção pela produção econômica (agrícola mecanizada) mais uma vez expulsaria os pequenos produtores e as populações tradicionais. Mello (2002) acrescentou à análise do problema social a questão dos altos índices de analfabetismo destes trabalhadores (populações), que não teriam condições de acessar os novos postos de trabalho advindos dos investimentos e, conseqüentemente, refugiar-se-iam nas periferias urbanas. Por isso, diz Becker (1999) e Costa (2003), a necessidade de pensar um Ordenamento Territorial conjunto com as políticas ambientais – Unidades de Conservação, Terras Indígenas, já que estas incidem sobre o território, como também excluir a participação social no processo de

desenvolvimento, considerando os assentamentos rurais e dos sem terra. Haveria, ainda, a preocupação com as áreas internas aos eixos, que deveriam ser integradas. Na época, já se verificava uma lógica de acentuação do desenvolvimento desigual entre e intrarregional, como se pode apreender na citação abaixo:

[...] a lógica que subjaz ao programa governamental tende a reforçar a seletividade espacial, à medida que os projetos que o compõem buscam favorecer interesses privados localizados e específicos. Prevalece, portanto não mais a concepção de desenvolvimento regional, mas a idéia (sic) de 'eixos estruturantes' definidos pela nacionalidade do investimento, sem que sejam considerados suas articulações e desdobramentos intra-regionais. Daí seu caráter seletivo e a tendência a se concentrar em áreas mais dinâmicas e integradas. (...) Como os capitais privados investirão preferencialmente nas áreas em que as vantagens auferidas pelos investimentos em suporte de infra-estrutura propiciem redução dos custos de produção e comercialização, esse movimento acaba por exacerbar as desigualdades internas de cada espaço nacional (LEME *apud* ABREU, 2001:295).

No País, as obras dos eixos revalorizariam capitais estaduais, entre elas Cuiabá, por ser uma junção de acessos para a Amazônia e o Mercosul, ou somente o Cone Sul (MELLO, 2002). Se futuramente vingar a utilização intensa da Hidrovia Paraguai-Paraná, com os parceiros do Pacto Andino, por exemplo, alertam Becker, Costa e Mello, deve-se valorizar ainda mais os atores que surgem no cenário¹² brasileiro e mato-grossense – para que auxiliem nas discussões que visem minimizar estes riscos,

¹² MELLO (2002) em seu trabalho destaca pormenorizadamente os novos atores que surgiram durante esses anos de redemocratização. A União, dividindo o cenário com a esfera estadual e ou municipal (este devido a sua revalorização através da Constituição de 1988 - quando se encontram estruturados ou em processo de estruturação); os grupos organizados – MST, os indígenas e as populações tradicionais defendidos ou mesmo trabalhando em conjunto com as ONG's. Há ainda, os organismos internacionais que banhados pelos novos valores universais – de proteção e conservação dos recursos naturais, condicionam os investimentos àqueles que observam estes preceitos.

como também explicitar o papel atribuído à iniciativa privada – um dos desafios da estratégia escolhida pelo Governo Federal (BECKER, 1999). Os projetos previstos para Mato Grosso, reunidos em cinco agrupamentos que, segundo os dados coletados nos estudos do ZSEE/MT, totalizavam recursos da ordem de US\$ 3.225,5, concentrados, em sua maioria, no setor de infraestrutura multimodal (MATO GROSSO, 2000).

Quando se falou em imprimir – na proposta dos Eixos –, um novo instrumento de ordenação territorial (BECKER, 1999; COSTA, 2003), pensava-se não somente na valorização das áreas já dinâmicas, mas que se conseguisse integrar as áreas estagnadas e que, atualmente, encontram-se as margens das benesses socioeconômicas e ambientais decorrentes dos possíveis investimentos.

Inegável é que na atualidade coexistem na Amazônia Legal políticas diferenciadas de uso do território, sejam elas políticas nacionais, regionais ou locais. Após longos períodos em que o governo federal se ateve à elaboração de orçamentos nacionais foi, somente no decorrer do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso que se priorizou a retomada do planejamento nacional e da ação regulatória, sobretudo em fronteiras políticas, econômicas e sociais. O plano nacional de investimentos e de ampliação da densidade econômica na Região insere-se numa nova formulação para vislumbrar os distintos espaços brasileiros, concebidos como Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração (MELLO, 2002: 314).

1.6 A Política de Ordenamento Territorial

A retomada das discussões sobre a formulação de uma política nacional de desenvolvimento regional, a partir de 2004, destacava, novamente, como figura central, o Governo Federal, pois,

[...] ao observar o atual panorama internacional, é possível identificar políticas ativas em países como a Alemanha, França, Itália, Japão, entre outros. Mesmo em blocos supranacionais, como a União Européia, foram identificadas políticas claras de tratamento de áreas menos dinâmicas ou submetidas a processos intensos de reestruturação econômica, com uso de instrumentos financeiros específicos (a exemplo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDR) . Até os Estados Unidos, país continental mas sem grandes disparidades regionais (a região mais rica tem uma renda *per capita* apenas 17% maior que a média nacional, quando a do Sudeste brasileiro é cerca de 50% mais alta que a média do país), adotou programas regionais diferenciados, como o de construção de rodovias interestaduais, o programa espacial e o de despesas militares, todos voltados para obter efeitos localizados regionalmente. Mais recentemente, os Estados têm assumido iniciativa de promover atração de investimentos, colaborar com empresas na abertura de novos mercados e apoiar o desenvolvimento de produtos promissores (MAIA GOMES *apud* ARAÚJO, 1999:12, grifo nosso).

Em que pese a não execução da maior parte dos projetos do ENID, permaneceu a discussão de vários programas, bem como o detalhamento dos mesmos (Recuperação da BR 163; Transposição das Águas do Rio São Francisco, entre outros) e, principalmente, a retomada, pelo Estado, da formulação de uma política, não apenas de desenvolvimento regional, mas possivelmente, de ordenamento territorial. As discussões sobre este tema foram encabeçadas pelo atual Ministério da Integração, em projetos debatidos com agentes da sociedade desde 2003.

Dos debates, resultaram claros direcionamentos que deveriam estar nas propostas atuais de planejamento territorial no Brasil e que podem ser encontrados em dois documentos específicos: os Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, realizada em Brasília, em novembro de 2003¹³, e no Projeto *“Diretrizes para a formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial brasileiro”* (BRASIL, 2004a), elaborado em conjunto pelo Ministério de Integração Nacional (MI), a FUNDEP, e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), através do seu Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR).

Como o estudo do IPEA *et al.*(2001) a *“Caracterização da Rede Urbana...”* foi elemento constituinte dos diagnósticos sobre a realidade do País, e uma das principais considerações para a atuação das políticas públicas a serem formuladas: a diferença na densidade e na articulação da rede urbana e os sistemas urbanos regionais do Brasil, evidenciando os espaços não incorporados pela dinâmica capitalista (BRASIL, 2004a: 14).

¹³ “Esses Anais apontam exatamente para essa direção, ao compilar as ideias de especialistas brasileiros renomados em desenvolvimento regional, urbano e ambiental, reunidos em um estimulante seminário, ocorrido em (...) 2003, na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, em Brasília. O espírito aberto daquele debate, ainda no curso do primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alimentou parte dos esforços que culminaram na formação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e em outras iniciativas de cunho territorial, a exemplo do Plano Amazônia Sustentável - PAS e do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR – 163, a Cuiabá Santarém” (BRASIL, 2005:3-4).

A PNDR propôs resgatar a obrigação do Estado em orientar o seu desenvolvimento que, no Brasil, a ausência por mais de uma década, agudizou as diferenças regionais, prevalecendo a “guerra fiscal” entre os entes federados. Mas, inversamente, os estudos evidenciaram as experiências de cooperação sub-regional, muitas implantadas em nível estadual, que valorizavam a dimensão regional na estruturação de suas ações, como as experiências de consórcios entre municípios, ações que agora deveriam ser valorizadas pela União (BRASIL, 2004b: 11-12).

As características basais desta proposta para uma PNDR e que se diferenciam daquelas presentes nas experiências anteriores, era, assumidamente, o reconhecimento de diferentes agentes diretamente envolvidos, cujas iniciativas são primordiais para o sucesso das propostas, ser uma , ação do Ministério da Integração Nacional, no papel de coordenador do processo de formulação e implementação da Política, mas sua função seria compartilhada com outras áreas do Governo Federal¹⁴ e, trabalhar em instâncias de escalas múltiplas considerando então a complexidade da realidade regional brasileira. (BRASIL, 2004b: 15). (BRASIL, 2004b: 15-16).

Dentre as propostas de planejamento contidas na PNDR, à recriação das Superintendências de Desenvolvimento Regional (SUDENE, SUDAM E SUDECO), no

14 Como a Casa Civil da Presidência da República, a Secretaria Geral de Governo, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, e os ministérios responsáveis pela Infraestrutura, Promoção do Desenvolvimento Econômico e de Política de Emprego e o de Políticas Sociais e Assistenciais, Cultura, destacando os mais presentes nas ações.

que tange os principais pontos. Cabe frisar que, as Superintendências encaixam-se na escala de intervenção macrorregional.

Em Mato Grosso, percebemos que as últimas políticas públicas estaduais coadunavam-se com as de âmbito federal, como o projeto do governo estadual, intitulado “MT REGIONAL” que propõe o desenvolvimento dos arranjos produtivos existentes no estado. Estas propostas estavam intimamente ligadas aos programas desenvolvidos, desde meados da década de 1990, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, entre outras instituições envolvidas e que ganhavam novo fôlego no momento atual. A esta política somavam-se os financiamentos e programas estaduais desenvolvidos desde meados da década de 1990, quando o estado imprimiu um relativo saneamento nas contas públicas. São políticas que objetivam fortalecer a agroindústria estadual, reduzir as carências de infraestrutura econômica e buscavam valorizar o turismo.

Os programas de desenvolvimento industrial, a cargo do governo estadual, contavam com políticas de concessão de incentivo com renúncia fiscal, como o PROALMAT (Programa de Apoio ao Algodão de Mato Grosso); Programa Granja de Qualidade; Programa de Incentivo às Indústrias de Fiação, Tecelagem e Confecção (PROALMAT INDUSTRIAL), o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio da Madeira no Estado de Mato Grosso (PRO-Madeira), entre outros (PIGNATTI, 2005:92-3).

Todavia, ainda nos dias de hoje, o que tem causado discussões entre os diferentes agentes é a melhoria e pavimentação da BR-163, retomado no “Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163”, realizado em parceria entre o Ministério da Integração (MI) e do Meio Ambiente (MMA). O Plano se justificava pelo fato da área de influência da BR-163 passar por...

[...] um processo irreversível de ocupação deflagrada pela expectativa da pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém e pelas oportunidades econômicas que estão sendo e ainda serão geradas. O processo de ocupação em curso na área, mesmo anteriormente à pavimentação da rodovia, já tem gerado graves problemas sociais e ambientais. Com a pavimentação (não acompanhada de um plano de desenvolvimento regional), obviamente, a situação poderá se agravar ainda mais. A presença incipiente do Estado, a infra-estrutura precária e a escassez de áreas tituladas tem gerado uma grande corrida pela posse da terra e um aumento da violência no campo [...]. A necessidade de pavimentação e recuperação da Cuiabá-Santarém cria oportunidades de negociação e formação de um pacto entre os atores para o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento para a região. Esse modelo pressupõe o estabelecimento pleno do Estado de Direito, a conservação ampla de recursos naturais através da expansão de Unidades de Conservação e mesmo nas propriedades privadas, o respeito às populações tradicionais e os povos indígenas, e a edificação de uma economia diversificada incluindo o agronegócio, a agricultura familiar e o manejo florestal (BRASIL, 2004c:28).

Na atualidade, os Grandes Projetos definidos pelas Superintendências de Desenvolvimento Regional, retomados nos estudos dos ENID, integram a agenda do Governo Federal, financiados pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), desde 2007, em sua primeira versão.

As preocupações atuais residem no fato de que, sem as devidas considerações sobre os resultados dessas políticas, os reflexos dessas ações podem reaquecer os fluxos migratórios, produzir o surgimento de novos núcleos urbanos, o fortalecimento dos já existentes e mesmo o surgimento de novas áreas estagnadas. Podem se elevar ainda mais os índices de urbanização de Mato Grosso, como também toda ordem de problemas socioambientais.

2. Ações de Planejamento Regional em Mato Grosso

Em Mato Grosso, a partir de 1970, as ações de planejamento governamental foram implantadas pela SUDAM e, mais intensamente, pela SUDECO, embora, a história do planejamento regional brasileiro, alguns pesquisadores consideraram a atuação da SUDECO muito tímida, quase inexpressiva, já que apenas implementava as diretrizes e objetivos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (KON, 1999:36).

Outros, em seus trabalhos, enumeram os Programas implantados sob a égide da Superintendência, mas desconsiderando-a como a responsável pelas ações (SIQUEIRA, 2002; PIAIA, 2003). Mesmo na literatura regional mato-grossense, somente as produções da década de 1970 consideravam relevante à criação e a atuação da SUDECO (PÓVOAS, 1977).

Apesar das muitas críticas a atuação das Superintendências de Desenvolvimento Regional, especialmente à SUDECO (KON, 1999), não se nega que o crescimento da região Centro-Oeste e, especialmente, o do estado de Mato Grosso, estiveram ligados às ações implementadas pela SUDECO.

Especificamente na Região Centro-Oeste, e em Mato Grosso, podemos destacar a atuação da “SUDECO [que] tinha como obrigações: elaborar os Planos de Desenvolvimento Regional, os Planos Diretores Setoriais, os levantamentos e estudos necessários para a elaboração da programação de ações implantadas nos polos de

desenvolvimento escolhidos e que irradiariam para as outras áreas as benesses socioeconômicas” (AZEVEDO, 2006:72.).

Considera-se que foi decisivo o conjunto de ações realizadas sob a coordenação da SUDECO na estruturação física de Mato Grosso, seja como catalizador da criação dos inúmeros núcleos urbanos, das divisões territoriais internas, com a intensa emancipação de municípios.

2.1 Os Planos e os Programas Especiais

2.1.1 POLAMAZÔNIA e suas áreas-programa

O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia tinha como principal objetivo promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais nas áreas-programas selecionadas pelas duas superintendências – SUDAM e SUDECO. Na Região Centro-Oeste, de cinco áreas-programa estabelecidas, três estavam localizadas em Mato Grosso: Aripuanã, Juruena e Xingu/Araguaia.

Tinha como finalidade, a ocupação econômica do solo, o aproveitamento maximizado dos recursos naturais e o apoio ao empresário agrícola pioneiro, criando condições para o aproveitamento dos recursos e a exploração baseada na vocação e nas vantagens comparativas. As áreas-programas mato-grossenses do

POLAMAZONIA (Mapa 1) receberam investimentos em projetos de infraestrutura econômica e social (pré-requisito para o desenvolvimento regional pretendido).

MAPA 1 - Área de Abrangência dos Programas SUDECO/SUDAM - POLAMAZÔNIA

Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000
Fontes: Limites Políticos (Seplan/MT2006); Rodovias (DNIT2015)
Elaboração/Organização: Doriane Azevedo
Desenho: Leandro Teixeira

Os recursos foram provenientes dos repasses financeiros de programas, como o PIN, o PROTERRA e de fundos especiais, como o Fiset e o FDAE e favoreceram empreendimentos já existentes, que receberam mais recursos. Foi nítida a importância dada às rodovias de penetração e às pesquisas (ABREU, 2001:131-32; 134; BRASIL, 1976:81-96). Vejamos as áreas-programas no Quadro 3: POLAMAZONIAQuadro 3.

Quadro 3: POLAMAZONIA

ÁREAS PROGRAMAS	OBJETIVOS	OBSERVAÇÕES
ARIPUANÃ: localizado no extremo noroeste de Mato Grosso, fronteira com os estados do Amazonas e Rondônia	<p>- ser a base para o planejamento sistemático do Município, considerando zoneamento das atividades econômicas, delimitação das áreas das reservas indígenas, ecológicas, as áreas destinadas à pesquisa, à exploração madeireira, agrícola e mista (PÓVOAS, 1977:87-88; BRASIL, 1976:87)</p> <p>- objetivo geral – “criar oportunidades para provocar a oferta de 1,2 milhões de empregos” (BRASIL, 1976:87), apoiava-se, ainda, em três objetivos específicos:”</p> <p>1) desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a Amazônia e a construção de rodovias de penetração;</p> <p>2) a instalação de projetos agropecuários; e</p> <p>3) o aproveitamento dos recursos naturais, minerais e madeireiros pelo setor privado” (ABREU, 2001:132).</p>	<p>- dos seis projetos, um está no território do atual MT</p> <p>- Em 1978 – sofreu danos causados pelas chuvas (arrombamentos do leito da estrada / inundações e falta de material adequado de revestimento da pista de rolamento / longas distâncias entre as jazidas de cascalhos e os locais das obras).</p> <p>- como resultando do diagnóstico vislumbrou-se a construção do Núcleo Pioneiro Humboldt – que executaria os programas de pesquisas florestais, de solos e de recursos naturais.</p> <p>- as terras foram compradas a preços baixos e, a primeira exploração realizada foi da madeira, para abrir e limpar a área à implantação dos projetos agrícolas e dos núcleos urbanos, fatos ligados ao processo de desmatamento da Amazônia.</p> <p>- as áreas eram de difícil acesso, muitas vezes sendo possível apenas a utilização dos transportes aéreo e fluvial.</p> <p>- recursos tiveram que ser redimensionados e novos sub-programas implantados., como campanhas de vacinação, devido as doenças da floresta causadas pelos insetos e ainda, a implantação de leitos hospitalares, não considerados inicialmente.</p> <p>- o solo da Amazônia, com a derrubada da mata e a implantação das culturas, mostrou-se fraco e com baixa produtividade em curto espaço de tempo. Foi preciso considerar recursos para pesquisas, pois o desconhecimento também atingia os próprios</p>

Quadro 3: POLAMAZONIA

ÁREAS PROGRAMAS	OBJETIVOS	OBSERVAÇÕES
		técnicos quanto ao manejo correto, quanto à diversidade de espécies vegetais passíveis de serem exploradas, produzidas e reproduzidas (ABREU, 2001:137).
JURUENA Abrangência: municípios de Porto dos Gaúchos, Diamantino e Alta Floresta,	<p>- planejada para se tornar um pólo de produção agrícola, pela qualidade do solo, beneficiado por localizar-se entre os rios Teles Pires, Arinos e Juruena.</p> <p>- instalação de toda a infraestrutura básica nos novos projetos de colonização agrícola.</p> <p>Após a programação inicial dos sub-programas definidos para a área de Juruena, os que tiveram maior porcentagem de recursos alocados foram: a) Transporte, com 75,33% , que foram destinados à construção da Malha Viária Juruena –a J 1 (170km – extensão no trecho Rio Teles Pires/ rio Apiacá) e J3 (Porto dos Gaúchos até SINOP , Cuiabá/Santarém) e; b) Desenvolvimento Urbano, com 10,5%, destinados a “projetos de abastecimento de água, construção de pistas de pouso, construção de armazéns, projetos de melhoria urbana, (terminal rodoviário e praça pública, abertura e embelezamento de avenidas)” (ABREU,2001:141).</p>	<p>- a área-programa de Juruena atraiu grande volume migratório, induziu a concentração em novos núcleos urbanos que surgiram com características rurbanas (ABREU, 2001:140-141) ou fortaleceram as cidades próximas à rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163) e das rodovias J-1 E J-3 (SINOP e Juína), quais sejam: Sinop, Colíder, Alta Floresta, Bandeirantes, Juruena, Canarana, Novo Paraná (BRASIL, 1976:91).</p> <p>- poços idealizados pela SUDECO e projetados pelo DNOS – beneficiar aglomerados rurais do Pantanal (74 previstos / 31 foram construídos em fazendas e no campo experimental da EMBRAPA - feita perfuração sem instalação de compressores).</p> <p>SUDECO adquiriu 6000 hectare / realizou trabalhos de topografia e se iniciou a construção de um dique - recursos programados/liberados Cr\$3.767.000,00 / US\$267 mil – executados Cr\$ 656.000,00/US\$ 46,5MIL) / Custos previstos insuficientes – mudança de estratégia – opção pela construção de Dique-Estrada com início apenas 1978 – previsto 10km de dique / construído 03km dique + 10km estrada de acesso) – esta obra alterou o sistema de escoamento natural das águas.</p> <p>Planejaram-se 16 plataformas de embarque nos rios Paraguai e Cuiabá – construídas em 1977 (oito) e 1978 (nove) – total 17. Ultrapassou montante previsto e foram abandonadas pela falta de uso.</p> <p>Conforme ABREU (2001) “Dos CR\$2.544.000,00 (US\$141 mil) programados, todo o recurso foi liberado e consumido na elaboração dos estudos e do projeto da barragem, mas ela não foi construída” (a construção da barragem de Manso veio a ser concluída no final da década de 1990).</p>

Quadro 3: POLAMAZONIA

ÁREAS PROGRAMAS	OBJETIVOS	OBSERVAÇÕES
XINGU-ARAGUAIA localizou-se no Nordeste de Mato Grosso, fronteira com Goiás, entre os rios Araguaia e Xingu.	A área-programa do Xingu-Araguaia - 85,3% dos recursos orçamentários voltados para o subprograma de Transportes – construção de rodovias e vias vicinais, melhoramentos de trechos existentes -, 14,7% para o sub-programa de Desenvolvimento Urbano, que previa investimentos em saneamento e saúde, educação e cultura, demarcação de áreas indígenas, programas de migrações internas (ABREU, 2001:143).	- Projetado a Usina Hidrelétrica de Couto Magalhães, reincorporada mais tarde no PROMAT cujos recursos previstos foram desviados para as obras da Usina de Itaipu. (SIQUEIRA,2002:244). - Com vegetação tipicamente de cerrado, e predominância dos campos, a este pólo imprimiu-se a vocação econômica natural à pecuária. - Foi área de intervenções governamentais desde a década de 1950, inclusive abrigando a sede da Fundação Brasil Central. Recebeu ações da CODEMAT, do PRODOESTE, e mais intensamente, do PROTERRA e o PIN, programas ligados diretamente a SEPLAN/PR. Evidenciamos a presença do grupo italiano Liquifarm, proprietários da Fazenda Suiá-Miçu - fator determinante para a classificação da área-programa como pólo agroindustrial, o que possibilitou, inclusive, a retomada de projetos concebidos durante o I PLADESCO. Destes, destacamos a BR-158 e as vicinais que propiciariam a ligação das zonas produtoras e áreas de influência da Suiá-Miçu (ABREU, 2001:143) e a BR 0-80 que “atravessava o Parque Nacional do Xingu para atingir Cuiabá” (PÓVOAS, 1977:81).

FONTE: ABREU (2001:112 - 120); SUDECO (1976:101-103); PÓVOAS,(1977:91-94); SIQUEIRA (2002:244) / Organização: Doriane Azevedo

2.1.2 O POLOCENTRO

Das quatro áreas-programas definidas pelo Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), criado em 29.01.1975, três se localizavam no atual MT – Xavantina, Parecis e, Cuiabá-Rondonópolis, áreas localizadas até 40km ao longo dos eixos de estradas e consideradas estratégicas, já que possuíam disponibilidade de manejo, a presença do empresariado rural e a existência de malha rodoviária que

propiciava a “*integração*” com os mercados consumidores brasileiros e acesso aos portos para a exportação dos produtos (ABREU, 2001:148).

Na época da formulação do POLOCENTRO, discutiram-se as dificuldades para explorar a agricultura em solos com condições inóspitas como a dos Cerrados¹⁵, inviável para “o emprego de sistemas de manejo primitivos, obstáculo comprovadamente superável para grande variedade de culturas, pela utilização de insumos modernos (calcário, fertilizantes, mecanização, etc.) em sistemas de manejo mais intensamente capitalizados” (PÓVOAS, 1977:85-6), todavia, o Governo Federal e Estadual promoveu pesquisas e proporcionou subsídios para o desenvolvimento do programa (ABREU, 2001:149).

Para racionalizar os recursos, as áreas-programas foram divididas¹⁶ em prioritárias – municípios beneficiados com até 60% dos créditos para investimentos em projetos agropecuários e beneficiadas com a implantação de infraestrutura de apoio, melhoramento e implantação de estradas rurais e projetos de energia e eletrificação, contíguas às usinas de exploração de calcário; e secundárias – os municípios que receberiam os 40% restante dos recursos creditícios e não seriam contemplados com a implantação de infraestrutura que, se mostrasse necessária, seria de responsabilidade dos governos estadual e municipais (*Ibid.*:149).

15 Os estudos para a nova SUDECO (BRASIL, 2003: 27) alertam que existe uma diferença conceitual entre as palavras Cerrados e cerrado. A primeira indica uma região natural, mas também um espaço econômico e, a segunda está diretamente associada a um dos ecossistemas que compõem a Região Centro-Oeste.

16 Independia da proximidade com os eixos rodoviários do País.

Através do POLOCENTRO – com recursos originados do próprio programa, e também dos fundos FND e FDPI, possibilitou-se a produção, o armazenamento, o transporte, garantia de venda para o Governo e, se preciso fosse, o preço subsidiado. O programa conjugava subprogramas como: (1) pesquisa e experimentação agropecuária (através da EMBRAPA e das universidades); 2) promoção e extensão agropecuária; 3) estímulo aos projetos de florestamento-reflorestamento beneficiários dos incentivos fiscais (FISSET); 4) estradas vicinais; 5) eletrificação rural; 6) implantação de sistemas de beneficiamento, armazenagem e transporte de produtos agrícolas; 7) estímulos à produção e comercialização regional de calcário e outros insumos agrícolas” (ABREU,2001: 150-151; PÓVOAS,1977:86; BRASIL,1976:98). Apresentamos, abaixo, algumas informações sobre as áreas-programas que foram escolhidas à época. A área de abrangência do Programa pode ser observada no Mapa 2.

a) Xavantina

Na área-programa de Xavantina, previram-se investimentos para o município de Barra do Garças. Contudo, devido às forças políticas municipais e regionais, ampliou-se a área de abrangência para 14 municípios (Barra do Garças, Canarana, Água Boa, Alto do Araguaia, Alto Garças, Araguainha, General Carneiro, Guiratinga, Ponte Branca, Poxoréo, São Félix do Araguaia, Tesouro, Torixoréo e Nova Xavantina) [as grifados foram áreas prioritárias] (ABREU,2001:159), com o objetivo de introduzir a

cultura irrigada do arroz, que atenderia a política governamental de produção de alimentos e previa a incorporação de 75.000 hectares ao sistema de produção (PÓVOAS,1977:86).

Foi uma área que, por causa do não abastecimento de energia elétrica, pelas estradas precárias, que dificultava o acesso, até mesmo às jazidas de calcário¹⁷, incitou a SUDECO a realizar a programação de melhores condições de tráfego entre os 86km de Aruanã a Cocalinho¹⁸. Novamente o predomínio em obras infraestruturais de transporte, seguidas pelo sub-programa de energia.

17 Utilizado para a correção do solo do cerrado, notoriamente conhecido pela sua acidez.

18 Estas obras consistiram em: implantação - Canarana (BR 158)/jazida de calcário (Água Boa) – 27km; br-158(km 240)/núcleo urbano Canarana – 38km; BR-158(km 240)/Rio das Mortes (Nova Xavantina) – 50 km; entroncamento BR-158(água boa)/planalto/entroncamento MT 110 (Nova Xavantina); melhorados - Barra do Garças e Xavantina – 30km; Cocalinho/jazida de calcário de águas negras (Barra do Garças); BR-158 (Xavantina e Alô Brasil) – 51km; BR-158/projeto Novo Planalto (Água Boa) – 45km trecho BR-158/Rio das Mortes/Cocalinho – incluindo construção de pontes (ABREU, 2001:161).

Sistema de Coordenadas Geográficas : SIRGAS 2000
Fontes: Limites Políticos (Seplan/MT, 2006); Rodovias (DNIT, 2015)
Elaboração/Organização: Doriane Azevedo

b) Parecis

Abrangeu seis municípios da Chapada dos Parecis e ao longo da BR-364 (Alto Paraguai, Diamantino, Nobres, Rio Claro, Rosário d'Oeste e Sinop). Foi considerada pela SUDECO como fronteira agrícola de baixa densidade demográfica, apesar de que já existiam assentamentos de colônias e os projetos agrícolas particulares que foram implantados com os incentivos da SUDAM no Programa Especial do POLAMAZÔNIA.

Previu-se a instalação de armazéns e silos graneleiros para a estocagem reguladora da produção em Diamantino, Tangará da Serra e Parecis – programação urgente -, e instalação de armazéns e silos graneleiros para estocagem, com os incentivos do POLOCENTRO e de infraestrutura – estradas e energia -, pelos órgãos setoriais de planejamento de Mato Grosso (ABREU,2001:163). O projeto previa a incorporação de 275.000 hectares ao sistema de produção (PÓVOAS, 1977:86).

Foi considerada a pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém), no trecho que faz conexão com a BR-364 - ligando Diamantino à BR-163 - que, pelo estado precário, limitava o fluxo da produção, prejudicando tanto a expansão da produção como a ocupação do cerrado. Ainda foram implantados, entre 1975 a 1981, 174 km de

estradas vicinais e melhorados 42 km trechos da MT 114 (Diamantino/Porto do Gaúchos/BR-163)¹⁹.

c) Cuiabá-Rondonópolis

A área-programa Cuiabá-Rondonópolis foi considerada uma área especial, incluída a partir de 1979, no contexto do processo de divisão de Mato Grosso, iniciado em 1977. Abrigava dez municípios que desenvolviam a agricultura, eram eles: Acorizal, Barão de Melgaço, Cuiabá, Dom Aquino, Jaciara, Juscimeira, Nossa Senhora do Livramento, Rondonópolis, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande.

As culturas tradicionais passaram a ser produzidas pelas grandes empresas agrícolas e, a pecuária voltou-se à criação de bovinos para corte e leite que se beneficiavam da malha rodoviária promovida pelo PRODESTE, PIN, POLAMAZONIA (BR-364 e BR-163) e das estradas rurais construídas ou reparadas pelo POLOCENTRO. Ademais, a programação infraestrutural previu a programação de uma unidade de armazenamento em Cuiabá e gastos com estudos e instalações de postes para transmissão. Apesar do POLOCENTRO ter sido criado para proporcionar mecanismos de apoio aos projetos, como pesquisa, assistência técnica e crédito rural - estes foram iniciados apenas após a divisão do estado em 1977 -, e o que prevaleceu, mais uma vez, foram os investimentos na ampliação e melhoramento das vias de transporte e

19 Foram 35km de estradas vicinais em Parecis, no Alto Paraguai; - 15km no trecho MT-358/jazida de calcário em Tangará da Serra; - trecho de 28km (Tira Sentido e Mamoeiro - Alto Paraguai); - 25km Currupira/Tira Sentido (Alto Paraguai); -71km do trecho Tangará da Serra/BR-364; melhorados trechos da MT-114 (Diamantino, liga Porto dos Gaúchos/BR-163) - 42km; trecho Currupira/Tira Sentido/Mamoeiro (Alto Paraguai) (ABREU, 2001:165)

na implantação e melhoramento do sistema energético, necessária para a exploração do calcário e para o processo de agroindústria a ser implantado (ABREU, 2001:169).

Como programa, efetivou, nas áreas selecionadas, uma agricultura empresarial integrada ao mercado e que se utilizava das práticas modernas, contando tanto com assistência técnica, infraestrutura e apoio financeiro que, se não executados pelo governo, no mínimo eram subsidiados. Mas uma vez, outro programa com ausência de política de manutenção do homem no campo, beneficiando os grandes proprietários de terra e as monoculturas.

2.1.3 PRODEPAN

O Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, pensado para o triênio 1974-76, foi prorrogado até 1978, consistiu em um “conjunto de medidas destinadas a dotar o Pantanal Mato-grossense de condições para melhor utilização de seus amplos recursos, visando a sua definitiva integração ao desenvolvimento nacional” (MINTER *apud* ABREU:2001:107

Abrangeu 26 municípios, 47,2% da população total e 59% da população urbana do espaço mato-grossense, já que compreendeu os municípios mais populosos do estado: Cuiabá, Corumbá e Campo Grande. Originou-se das reivindicações do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal, que se pautava nas reclamações dos municípios pantaneiros. Estas reivindicações transformaram-se na

programação do PRODEPAN, que contemplava cinco linhas SETORIAIS DE AÇÃO, executados pelos respectivos órgãos competentes (ABREU, 2001:108).

Cada Sub-programa foi dividido em projetos, conforme a necessidade. Na porção norte de Mato Grosso (uno) recebeu os projetos de transporte e saneamento ambiental. Ver Quadro 4, seguinte:

Quadro 4: PRODEPAN - Sub-Programas do

SUB-PROGRAMA	PROJETO	OBSERVAÇÕES
TRANSPORTES	Projeto 1 – Trecho Poconé/Porto Jofre – 140km concluído / parte Transpantaneira (corta o Pantanal no sentido norte-sul / rios Cuiabá e Paraguai e término Porto Jofre – concluído em 77 / não asfaltado).	- dos seis projetos 20, um está no território do atual MT. Em 1978 – sofreu danos causados pelas chuvas (arrombamentos do leito da estrada / inundações e falta de material adequado de revestimento da pista de rolamento / longas distancias entre as jazidas de cascalhos e os locais das obras).
SANEAMENTO AMBIENTAL	Projeto 2 – perfuração de poços – para “serventia pública”, sanando o problema da seca, inclusive com falta de água para o gado (PÓVOAS, 1977:94).	- poços idealizados pela SUDECO e projetados pelo DNOS – beneficiar aglomerados rurais do Pantanal (74 previstos / 31 foram construídos em fazendas e no campo experimental da EMBRAPA - feita perfuração sem instalação de compressores).
	PROJETO 3 – Pôlder experimental de Corumbá/Ladário – alternativa para saída da rodovia Transpantaneira com destino a Cuiabá, visando o aproveitamento das terras baixas do Pantanal.	SUDECO adquiriu 6000 hectare / realizou trabalhos de topografia e se iniciou a construção de um dique - recursos programados/liberados Cr\$3.767.000,00 / US\$267 mil – executados Cr\$ 656.000,00/US\$ 46,5MIL) / Custos previstos insuficientes – mudança de estratégia – opção pela construção de Dique-Estrada – custo aproximado – Cr\$ 80 milhões – obrigação DERMAT (início apenas 1978 – previsto 10km de dique / construído 03km dique + 10km estrada de acesso) – esta obra alterou o sistema de escoamento natural das águas.
	PROJETO 4- Plataformas de	Planejaram-se 16 plataformas de embarque nos rios

20 São os outros projetos – PROJETO 02 – Trecho Corumbá/Morro do Azeite / PROJETO 03 – Trecho Morro do Azeite / Fazenda Jatobá (BR 262 / FAZ. Jatobá) / PROJETO 04 – Trecho Fazenda Firme/Fazenda Imaculada / PROJETO 05 – Trecho BR 163/Fazenda Imaculada/Paiaguás / PROJETO 06 – Trecho Corumbá/Paiaguás.

Quadro 4: PRODEPAN - Sub-Programas do

SUB-PROGRAMA	PROJETO	OBSERVAÇÕES
	embarque – proporcionariam condições de transporte ao gado bovino .	Paraguai e Cuiabá – construídas em 1977 (oito) e 1978 (nove) – total 17. Ultrapassou montante previsto e foram abandonadas pela falta de uso.
	PROJETO 5 – Barragem do Rio Manso – objetivo de gerar energia (100mw) para Cuiabá e para o Norte de MT, tornar o rio Cuiabá navegável durante todo o ano e controlar as enchentes que assolavam Cuiabá e o Pantanal (PÓVOAS, 1977:94)	Conforme ABREU (2001) “Dos CR\$2.544.000,00 (US\$141 mil) programados, todo o recurso foi liberado e consumido na elaboração dos estudos e do projeto da barragem, mas ela não foi construída” (a construção da barragem de Manso veio a ser concluída no final da década de 1990).
ENERGIA	Ampliação da rede energética do Pantanal / aproveitamento industrial das matérias-primas locais (SUDECO – PRODEPAN / apoio ao Governo do Estado – CEMAT) = ampliação da geração de redes de transmissão e distribuição de energia / substituição de sistemas de geração operados a diesel para atrair empreendimentos rurais e agroindustriais para os pólos regionais em questão (destaque Cuiabá).	Projetado a Usina Hidrelétrica de Couto Magalhães, reincorporada mais tarde no PROMAT cujos recursos previstos foram desviados para as obras da Usina de Itaipu. (SIQUEIRA,2002:244).
DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA	Melhoramento do rebanho – introdução de pastagens plantadas e assistência técnica ao criador, que eliminaria a criação extensiva pela intensiva.	“Programa de Assistência Técnica” - sofreu dificuldades e obstáculos devido a estrutura fundiária – grandes extensões das propriedades prejudicavam a introdução de novas tecnologias (vacinação, vermifugação e mineralização do rebanho). Devido aos custos, não houve muito interesse dos produtores da região.

Quadro 4: PRODEPAN - Sub-Programas do

SUB-PROGRAMA	PROJETO	OBSERVAÇÕES
INDUSTRIALIZAÇÃO	Estudos para exploração de recursos minerais (Minério de Ferro) industrialização da carne (produto de excelência regional / estudos para abertura de um frigorífico no pólo Corumbá-Ladário) e a implantação de distritos industriais na área do programa PRODEPAN (pretendia instalar distritos em Cuiabá e Campo Grande.	A SUDECO adquiriu, em Cuiabá, uma área para a implantação do Distrito Industrial, além de propiciar a implantação de infraestrutura física: 45km de vias de circulação abertas, cercamento de área, limpeza e perfuração de três poços artesianos e montagem de 9km de rede de energia elétrica de alta tensão.

FONTE: ABREU (2001:112 - 120); SUDECO (1976:101-103); PÓVOAS (1977:91-94); SIQUEIRA (2002:244).
ORGANIZAÇÃO: Doriane Azevedo.

2.1.4 O POLONOROESTE

Com os recursos do Banco Mundial e do PIN (Programa de Integração Nacional), foi considerado o maior programa de desenvolvimento regional implementado durante o III PND. Compreendeu todo o estado de Rondônia e o noroeste de Mato Grosso, com o objetivo de reconstruir e pavimentar a BR-364 para integrar a Região-programa social e economicamente.

Em Mato Grosso, o programa envolvia os municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Barra do Bugres, Cáceres, Vila Bela, Mirassol D'Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Jauru, Quatro Marcos, Araputanga, Rio Branco, Salto do Céu, Poconé, Tangará da Serra e parte do Município de Araputanga (ABREU,2001: 239). Nas terras mato-grossenses, o POLONOROESTE substituiu o PRODEPAN, passando a atender o Pantanal, para que

esta área entrasse no mercado nacional pelo circuito da ligação Porto Velho/Cuiabá/São Paulo (*Ibid.*: 242-245).

Devido às exigências dos credores internacionais, o POLONOROESTE (foi um programa que incorporou novos conceitos em seus discursos: qualificação profissional, qualidade de vida, preservação do sistema ecológico e proteção das comunidades indígenas. Mas, a programação²¹ de reconstrução e pavimentação de uma rodovia como a BR-364 foi altamente predatória.

21 A Programação do POLONOROESTE previu – para toda a área de abrangência do programa - a recuperação da BR-364, com incorporação de estradas vicinais, a construção de 118 unidades escolares, equipagem de 33 postos e 9 centros de saúde, implantação de 35 sistemas de água potável e 14,5 mil sanitários, ampliação do Hospital Bom Samaritano (Cáceres/MT), implantação de campos de experimentação, unidade de pesquisa agrícola, construção e equipagem de 6 armazéns para capacidade de 6 mil toneladas cada, implantação de 20 unidades para prestação de serviços de secagem de grãos a granel e crédito de custeio agrícola ao pequeno produtor (ABREU, 2001:242).

As questões de depredação ambiental; a questão dos indígenas que deveriam ter suas terras demarcadas; a questão fundiária, que consolidava a grande propriedade e não possibilitava a manutenção do homem no campo, apresentavam-se como distorções que precisavam ser corrigidas, se necessário, por Reforma Agrária. Apresentamos, abaixo, uma síntese destes conflitos por setor, conforme análise apresentada no Relatório ZSEE (MATO GROSSO, 2000)

Quanto aos problemas decorrentes do setor viário, pode-se apontar:

- a) As estradas municipais: manutenção regular, traçados viários mal planejados/implantados, configurando uma rede viária desarticulada, e com um número reduzido de vias prejudicavam o escoamento da produção de áreas agrícolas marginais e atendia, em sua maioria, as grandes propriedades; de modo geral;
- b) A BR-364: com a pavimentação da rodovia, houve uma intensa valorização fundiária, sem quaisquer medidas de acompanhamento voltadas aos pequenos produtores nos seus lotes (crédito, assistência técnica e comercialização). Ao final, essas pequenas propriedades, foram adquiridas por alguns poucos proprietários;
- c) Fluxos migratórios: embora precária, a malha viária possibilitou os fluxos migratórios em toda a região. Aqueles não beneficiados pelos projetos agrícolas, engrossavam o excedente de posseiros em áreas privadas, de

reservas florestais e indígenas, que ainda sofriam com os atrasos nos processos de regularização fundiária ou, ainda, como exército de reserva nas cidades;

- d) Com relação aos Equipamentos Sociais, constatou-se o fechamento de escolas por falta de alunos por causa da redução de mão-de-obra utilizada pelas produções de soja e cana-de-açúcar, como ocorreu em Tangará da Serra e Barra do Bugres. Em Cáceres, registou-se obras de escolas e postos de saúde não concluídas. Podemos destacar também o caso do armazenamento de grãos. Os silos, devido à má localização, mudanças de perfil produtivo das regiões, manteve a capacidade ociosa.
- e) Sobre o Saneamento (abastecimento de Água, esgotamento e drenagem) foram comuns, nos programas de instalação de torneiras comunitárias de água potável e fabricação de difusão de privadas higiênicas, equívocos na concepção, como também os atrasos na entrega dos equipamentos e obras.

Até início dos anos 2000, a eletrificação rural apresentava uma média de ligações muito baixa por quilômetro. Normalmente, a energia era utilizada apenas para o uso doméstico (iluminação), e não como insumo produtivo (irrigação, movimentação de máquinas). Basicamente, tanto as áreas rurais, como também alguns núcleos urbanos eram abastecidos por geradores de energia acionados por óleo diesel, que funcionavam apenas uma parte do dia e da noite.

2.1.5 O Programa Mato Grosso PROMAT

Em 1977, a divisão do estado veio ao encontro das novas diretrizes de descentralização e especialização espacial traçados no III PND, mas também somada aos interesses e reivindicações políticas dos fazendeiros do Sul do estado que, há quase um século, vinham se consolidando enquanto grupo com força política e econômica (SIQUEIRA, 2002; PIAIA, 2003).

A Mato Grosso foram garantidos os incentivos fiscais do PIN, PROTERRA e FINAM – via SUDAM, além dos incentivos fiscais e investimentos advindos do POLAMAZÔNIA e POLONOROESTE (1982) já que, após a divisão político-administrativa, toda a área de Mato Grosso ficou dentro da delimitação da Amazônia Legal.

Como era o estado menos povoado, menos produtivo e mais pobre, o III PLADESCO orientou um Programa que incentivasse os investimentos para Mato Grosso, os prometidos e os incentivos fiscais para empresários que se dispusessem a investir, nos moldes do realizado no Nordeste e Norte do País – o PROMAT (Mapa 4).

O Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso não foi criado por uma lei específica, apenas previsto na lei complementar nº 31 de 11.10.1977, que estabeleceu a divisão do estado de Mato Grosso e que, durante 10 anos deveria:

garantir o desenvolvimento auto-sustentado aliado à promoção de um processo de desenvolvimento econômico-social, o desenvolvimento do setor agropecuário como principal variável dinâmica do Estado através de política de investimentos concentrados e de apoio financeiro às despesas correntes do Estado (MINTER/SUDECO *apud* ABREU, 2001:227-8).

MAPA 4 - Áreas de Abrangência do Programa PROMAT

Como a divisão do estado baseou-se nas ideias de consolidação da especialização regional, a parte de Mato Grosso (remanescente) - o espaço considerado vazio -, deveria ser desenvolvida através de programação que vislumbresse a necessária expansão agrícola, auxiliada pela revisão da política estadual de colonização.

Apesar de Mato Grosso sofrer a influência de programas como o POLAMAZÔNIA, nos pólos de Aripuanã e Juruena, de projetos implantados através dos incentivos da SUDAM, com os recursos do PIN, PROTERRA, (FDAE e FINAM).

O PROMAT, além dos altos investimentos em transporte para facilitar o escoamento da produção e dos fluxos migratórios, também incorporou outras melhorias, como a implantação de cursos universitários, hospitais, agências bancárias, comércio variado nas áreas de ocupação consolidadas e incorporadas ao mercado nacional. Além de se concentrar as ações nos chamados pólos, somente seriam considerados aqueles próximos às rodovias de penetração e, portanto, capazes de gerar vantagens comparativas “do ponto de vista do ordenamento territorial das atividades, no plano estadual, a médio e longo prazo” (ABREU, 2001:236).

Assim, os recursos liberados para o PROMAT foram investidos nos setores de transportes (implantação, melhoria e pavimentação); em Energia, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Urbano (com pavimentação de ruas, rede de esgoto e água), Telecomunicações (inclusive instalação de postos telefônicos, Desenvolvimento

Social, com ampliação e construção de escolas e de unidades de saúde), construção de Edificações Públicas e Desenvolvimento Industrial.

Estes investimentos foram realizados a partir da organização de cinco áreas-programas, todos vinculados a municípios organizados, como vemos no Quadro 5.

Quadro 5: Investimentos do PROMAT

SUB-ÁREA	MUNICÍPIOS VINCULADOS	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS
Sub-área Cuiabá	Poconé, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Chapada dos Guimarães e Rosário d'Oeste	Pecuária
Sub-área Rondonópolis	Rondonópolis, Jaciara, Alto Araguaia, Dom Aquino, Poxoréu, Guiratinga, Itiquira	produção agrícola
Sub-área de Cáceres	Cáceres, Mirassol d'Oeste, Rio Branco, Quatro Marcos, Araputanga, Salto do Céu, Rio Branco, Jauru, Pontes e Lacerda, Vila Bela	atração populacional – atividades agropecuárias
Sub-área do Alto Paraguai	Tangará da Serra, Barra do Bugres, Arenápolis, Nortelândia e Alto Paraguai	produção agropecuária
Sub-área de Barra do Garças	Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa, Canarana, São Félix, Luciara, Santa Terezinha, Paranatinga, Nova Brasilândia, SINOP, Colíder, Nobres, Chapada dos Guimarães, Nobres, Diamantino, Rio Claro, Porto dos Gaúchos, Alta Floresta, Aripuanã, Juína. Proximidade mercados Centro-Sul/rodovias	pecuária bovina de corte / produção de arroz

FONTE: ABREU (2001:229-236). ORGANIZAÇÃO: Doriane Azevedo.

Contudo, os acordos realizados não foram cumpridos²² – os valores combinados e que seriam liberados pelo Governo Federal ficaram muito abaixo do que se precisava

22 Para se concretizar a divisão do estado, foram feitas promessas para área remanescente: a União assumiria as dívidas de Mato Grosso, custearia os gastos governamentais durante dez anos, medidas que compensariam a queda na receita que, majoritariamente, vinha da porção Sul. Por último, a sede SUDECO seria transferida para Cuiabá-MT e seriam asfaltadas as rodovias Barra do Garças/Cuiabá/Cáceres/Porto Velho / Hidrelétrica Couto Magalhães através do PRODEPAN.

para custear as ações do estado de Mato Grosso, os contratos assumidos, folha de pagamento ficavam sempre em atraso.

Apesar do não cumprimento dos acordos firmados pré-divisão, Mato Grosso alcançou o aumento da produção de alguns produtos agrícolas, e a expansão da área produtiva aliada, ainda, a incorporação de novas tecnologias. Tudo isto, somado à sobreposição dos vários programas e investimentos em Mato Grosso, promoveu a desigualdade intrarregional, inclusive com o fortalecimento de cidades (Cuiabá, Barra das Garças, Rondonópolis, Cáceres) e o surgimento de novos pólos regionais (Sinop, Sorriso, Alta Floresta) (BRASIL, 2003b).

Ainda no contexto do PROMAT, e inserida a ideia de racionalização dos poucos recursos que foram direcionados para as secretarias de planejamento estaduais, resultaram programações resgatadas nos anos de 1990²³ (ABREU, 2001: 214).

Com relação ao POLAMAZÔNIA, por causa dos investimentos liberados para os grandes projetos de colonização, agropecuários e de exploração mineral e florestal, reforçaram-se os processos de concentração fundiária e proletarização do trabalhador rural atraído por este programa. Os anos oitenta foram palco dos conflitos socioambientais e das constantes pressões internacionais decorrente dos mesmos. No PND/NR foram incorporadas as reivindicações dos movimentos sociais

23 - Hidrovia Araguaia-Tocantins – reduzir 5.000km a distancia para os mercados americanos e europeus através porto de Belém; - Hidrovia Paraguai – melhorias no percurso; Pavimentação de rodovias (BR-364, 163, 158 próximo Barra do Garças - BR 070 e 080); Plano de energia para Mato Grosso – Hidrelétrica Couto Magalhães.

(sem-terra, pequeno agricultor), todavia, os programas desenvolvidos ainda favoreciam o êxodo rural e a migração. Neste período, o POLOCENTRO foi o programa que mais recursos obteve para implantar seus projetos.

Dentre os Programas Especiais criados neste período, o PROCENTRO, apresentou-se como um conjunto de propostas que intentavam o aumento da produção alimentar, a melhoria das condições de vida da população, o fomento da agroindústria e a racionalização da ocupação do espaço e dos recursos naturais. A Criação do PROCENTRO “[...] deu-se após um amplo processo de debates e discussões com 1.200 representantes dos governos estaduais e de diversas entidades de classes representativas dos interesses da população regional. (*ibid.*:270).

O PROCENTRO foi criado no mesmo decreto que extinguiu o POLOCENTRO. Teve realizada a alocação dos recursos, mas, efetivamente, não os recebeu. No cenário brasileiro, notou-se que os orçamentos sofriam atrasos na aprovação dos seus recursos e passaram apenas a ser reprogramados por causa da inflação, mas não de fato liberados e executados.

No período de atuação da SUDECO, vimos que um dos resultados de sua atuação no território mato-grossense foi a intensificação do processo de urbanização materializado na intensa estruturação física e institucional do território mato-grossense.

3. Agentes Privados: Primeiras Trajetórias

No Brasil, desde o final da década de 1920, as preocupações da política nacional giravam em torno da questão regional, que remontava ao Segundo Império. A preocupação, inicialmente, era com as regiões-problema, uma maneira de “atualização do pensamento sobre o conjunto e sobre suas contradições” (PEDRÃO, 2003:159).

Toda e qualquer proposta de reforma do sistema federativo brasileiro, até o final da década de 1920, era analisada a partir da visão de “arquipélago econômico”, independentemente dos interesses políticos que viessem a atender e, conseqüentemente, com muito respeito às forças políticas regionalistas que permaneceram, tanto durante a Primeira República – tida como descentralizadora –, como durante a centralização promovida por Getúlio Vargas, a partir de 1930 (DINIZ FILHO & BESSA, 2004:3).

Foi com o aumento da capacidade de intervenção do Estado, voltado também para auxiliar no processo de avanço da industrialização e de unificação do mercado interno, chamado de “complementaridade econômica entre as regiões” que:

A crise de 1929 e sua recuperação provocariam o deslocamento do eixo dinâmico da acumulação, do setor agro-exportador para o industrial. Desarticulado o comércio exterior, isto causaria forte reversão no abastecimento interno: as restrições às importações forçariam a periferia nacional a importar, agora, produtos manufaturados de São Paulo; este, por sua vez, deveria, crescentemente, importar

mais matérias-primas e alimentos de outros estados. Passava-se, portanto, a integrar o mercado nacional sob o predomínio de São Paulo (CANO apud DINIZ FILHO & BESSA, 2004:4).

Umbelino Oliveira (1984) indica que, o processo de substituição de economias regionais (que eram, em sua maioria, determinadas pelas relações com o mercado exterior) também foi beneficiado pela extinção das barreiras alfandegárias entre estados da federação e a competência que cada uma das unidades federativas possuía para controlar o comércio exterior. Assim, o desenvolvimento industrial do Centro-Sul (que solicitava uma nova divisão regional do trabalho) e a substituição dos enclaves econômicos – os arquipélagos de economias regionais -, pela unificação do mercado nacional, foram alcançados com a Revolução de 1930:

[...] um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica; voltada agora para uma produção do valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado (Oliveira, F. *apud* Oliveira. A., 1984:22-3).

Contudo, o desenvolvimento regional desigual que ocorria no território brasileiro pesava, inclusive, nas relações mantidas entre as regiões mais consolidadas e com peso demográfico e econômico no contexto do País, como o Centro-Sul e o Nordeste, pois, como esclarece Diniz Filho & Bessa (2004:4), as outras regiões brasileiras eram vistas como fronteiras a serem exploradas. Complementa OLIVEIRA.

As disparidades são, concretamente, o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre os 'Nordestes' e o Centro-Sul, e assiste-se à

destruição ou fechamento de fábricas, à invasão de produtos agrícolas do Centro-Sul, a ritmos de acumulação diferenciais que implicavam, no final, no predomínio das mercadorias do Centro-Sul sobre as dos 'Nordestes', em todos os setores. [...] Não se nota o mesmo efeito em relação a uma região como o Centro-Oeste: aqui [Centro-Oeste], a redivisão regional do trabalho comandada pela expansão capitalista do Centro-Sul tomou claramente as formas de 'criação' e não de 'destruição': é a expansão pecuária em direção a Minas e Goiás, a do café e da pecuária em direção a Mato Grosso; é a expansão do café sobre o Paraná (OLIVEIRA, F, 1981: 76-77; grifo nosso).

Este era o cenário entre as décadas de 1930 e 1960. Nas observações de Ariovaldo Umbelino (OLIVEIRA, 2005:34), foram significativas as realizações governamentais no período, destacando o aparelhamento do estado promovido por Vargas no setor Industrial (Companhia Siderúrgica Nacional -1941; Vale do Rio Doce – 1942; Petrobrás – 1953) e algumas ações de “afirmação da soberania nacional”, tendo como estratégia à exploração dos recursos naturais da Amazônia, com a venda de terras devolutas, a expansão agropecuária, a formação de colônias nacionais, como Dourados (antigo sul de MT), facilidades que possibilitaram as ações de colonização privada. É o contexto da formação e surgimento dos principais agentes privados que se estruturarão para atuarem em Mato Grosso, fortemente a partir da década de 1970.

3.1 Os Novos Bandeirantes Paulistas nas Novas Fronteiras: Ariosto da Riva e os sócios Ênio Pipino e João Carvalho

Ariosto da Riva, nascido em Agudos/SP, mudando-se com a família para Marília/SP nos anos de 1930. Há relatos que a partir dos 18 anos, buscou formas de ajudar a família, de pouco recursos com as experiências em garimpo de diamantes, principalmente no Estado das Minas Gerais, obtendo algum êxito quando voltou-se à compra e venda de diamantes e, posteriormente, à lapidação de pedras em Belo Horizonte.

Em mais de uma década Uma das primeiras maneiras de acumulação, retornou a Marília, em 1949, após um infortúnio familiar. Atuou como corretor de imóveis, até receber o convite²⁴ para realizar experiências de colonização na porção sul do estado de Mato Grosso.

Gressler e Swensson (1988) esclarecem que, nas primeiras décadas do século XX, a porção sul do Mato Grosso uno (ou seja, antes da divisão do estado, em 1977) e tomada por uma “corrente povoadora” de origem paulista e paranaense e que passam a “comportar-se como uma frente pioneira”. Não aleatória ocorre essa atração, mas políticas territoriais realizadas pelo Governo Federal e Estadual resultaram em um conjunto de elementos que contribuíram para intensificar essa atração de imigrantes, como “o desenvolvimento do sistema viário; fortalecimento

²⁴ O convite em questão era de Geremia Girardelli, conhecido, na época, como o “Rei do Gado”.

de um mercado consumidor na região sudeste; extravasamento da lavoura cafeeira de São Paulo; valorização crescente das terras rurais de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul; adoção de uma política de colonização por parte do governo ou ainda de iniciativa particular” (GRESSLER E SWENSSON, 1988:31).

A colonização [do sul do antigo Mato Grosso] consistiu na distribuição ou venda de terras localizadas, em sua maior parte, na zona da Mata, por parte do governo federal, estadual, municipal ou grupos particulares, cujos lotes mediam, de uma maneira geral, entre cinco e trinta alqueires (Pebayle e Koechlin, 1981).

O início da colonização deu-se com o advento do Decreto-lei nº 5.491, de 28 de outubro de 1943, que criou a Colônia Agrícola de Dourados, mais tarde denominada Núcleo Colonial de Dourados, o qual distribuiu 8.800 lotes, totalizando 187.113 hectares dos 300.00 há previstos, em terras ocupadas, hoje, pelos municípios de Dourados, Fátima do Sul, Jateí, Glória de Dourados e Deadópolis. Os lotes tinham em média 30 hectares e foram distribuídos gratuitamente para os agricultores vindos principalmente do nordeste (INCRA, 1982).

O exemplo foi logo seguido por inúmeras companhias de colonização privadas, inspiradas em modelos recentes de colonização paulista e paranaense, que compravam extensas áreas de florestas do estado ou de particulares e as subdividiam em lotes de 30 hectares em média.

Assim surgiram, nos anos 50, os centros de colonização da [...] Companhia Vera Cruz, instalada em 1953 no município de Naviraí, a qual vendeu grande número de lotes para a implantação de novos cafezais [atraindo os cafeicultores paulistas](GRESSLER& SWENSSON ,1988: 32-33;95).

Relatos de Ariosto da Riva revelam-nos um pouco mais dessa fase, e suas impressões:

[...] quando comprei uma fazenda de Marília. E fiz uma sociedade para construir uma cidade, **Naviraí**. Sempre achei que é o desafio que aprimora o homem. Aceitei o desafio. Ninguém acreditava, ou tinha coragem. Mas os

resultados não foram bons. Para colonizar, requer-se muito desprendimento. E não só isto: não se pode esquecer da parte humana, social. [...] Aqui, aprendi [...] Participei também de **Dourados**, hoje uma grande cidade. Eu sempre gostei de colonizar. Posso até dizer que foi este o meu destino. - Depois, sim. Aí eu parti para ver o que seria a Amazônia Legal, uma periferia da grande Amazônia. Estive no Vale do Araguaia. E ali comprei uma grande área para uma colonização de grande porte. Perto da Ilha do Bananal. Chegando lá, depois de pesquisar durante quase um ano, verifiquei que a terra não dava uma resposta favorável ao pequeno colono, daquele que realmente ocupa a terra. Com essa constatação, parti para a pecuária, para o colônião [tipo de capim]. Tive dificuldade, porque o investimento era muito grande. Então procurei um grupo de São Paulo, que foi o Ometto, e nos associamos. Juntos, fizemos a famosa Suiá-Missú, a maior fazenda do País, na época. (INDECO, 2015; grifo nosso).

Paralela aos primeiros passos de Ariosto da Riva, acontecia a história de dois outros paulistas – Ênio Pipino, penapolense e, João Carvalho, de Bebedouros que, em 1948, com sede em Presidente Venceslau, fundam a Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná. Nasce a empresa SINOP Terras Ltda. (REVISTA SINOP, 2013:10; CARVALHO, 2014).

Posteriormente conforme alteração da razão social, passou a denominar-se Sinop Terras LTDA, com sede na cidade Maringá, PR, com objetivo de colonização e implantação de cidades na fronteira agrícola do noroeste do Paraná. Em cada uma dessas glebas foram criados Núcleos Rurais, com os respectivos cinturões verdes, denominados de “chácaras”, com lotes cortados, demarcados e com estradas vicinais, transitáveis o ano todo. Adquiriram as áreas de terras necessárias e deram início aos seus trabalhos de colonização:

SINOP Terras Ltda., que passa a ter sede em Maringá/PR, adquiriu glebas no noroeste do Paraná, parceladas com a criação de uma rede de estradas vicinais que acessavam lotes, as chácaras (cinturões verdes) que orbitavam em torno dos Núcleos Rurais. Podemos observar a síntese das ações da SINOP Terras Ltda. no Quadro 6.:

Quadro 6:: Atuação da SINOP Terras no Noroeste do Paraná

ANO FUNDAÇÃO	GLEBA	NÚCLEO URBANO (1)	DISTRITOS
1948	Gleba Sinop	Terra Rica	Adhemar de Barros
1951	Gleba Atlântica	Iporã	Nilza ; Vila Iverã
1951	Gleba Rio Verde-1	Ubiratã	Yolanda
1958	Gleba Rio Verde-2	Formosa do Oeste	-
		Jesuítas	Marajó; Carajá

Nota1: Todos os referidos núcleos urbanos tornaram-se, posteriormente, sedes de municípios. Fonte: Revista SINOP (2013); CARVALHO (2014). Org.: Azevedo, 2015.

A SINOP Terras Ltda. foi uma das muitas empresas colonizadoras que atuaram na região, “loteando áreas rurais e criando assentamentos que, em poucos anos, tornaram-se municípios” e que, rapidamente perceberam as vantagens de “realizar empreendimentos imobiliários”, ao invés de investirem na produção agrícola (ENDLICH,2007). No caso da empresa de paulistas, provável que herdaram a “mentalidade do fazendeiro paulista [...] menos um agricultor que um capitalista” (SCHERER,1991:47), adquirindo capital para empreitadas maiores, como no norte de Mato Grosso.

3.2 De “Família Formada” da Itália para Grupo Ometto em São Paulo

A reestruturação do modo de produção capitalista na Europa no final do século XIX, acompanhada por um quadro crônico de problemas socioeconômicos, como alto contingente populacional, no campo e na cidade, empregados mas remunerados com baixos salários, ou compondo o “exército de reserva”, elevando o número de desempregados, obrigados a conviver com altas nos preços dos alimentos e dos aluguéis nas cidades, mesmo que fossem moradias em condições precárias, esse era o quadro na Europa do século XIX (HOBBSBAWN, 1977; BENÉVOLO, 1994).

A Família Ometto chega ao Brasil em 1887. Famílias formadas eram a preferência de fazendeiros paulistas que montavam escritórios em cidades italianas, com o intuito de contratar mão de obra para as fazendas de café. Alguns migrantes ainda conseguiam trazer algum dinheiro que, somada com o que recebiam do governo brasileiro, no caso dos núcleos familiares dos dois irmãos – Girolamo e Antônio Ometto, permitiram que adquirissem terras em Piracicaba em 1889 e, em 1932, oficializava a empresa Irmãos Ometto&Cia. (TAFNER&SILVA, 2012:5,6,7).

Investindo em fazendas para plantação de cana-de-açúcar e usinas para produção de açúcar e álcool, como podemos acompanhar pelo Quadro 7.

Quadro 7: Fazendas e Usinas - Irmãos Ometto Ltda/SP (1930-40)²⁵

ANO	FAZENDA/USINA	LOCALIZADE	ADMINISTRAÇÃO
1932	Fazenda Boa Vista	Piracicaba	Pedro Ometto
1932	Fazenda Bela Vista/ 1ª Usina de Açúcar	Limeira	Pedro Ometto
1935	Fazenda São João	Araras	José Ometto (pai) e Hermínio Ometto (filho)
1937	Fazenda Iracema/Usina Iracema	Iracemápolis (Limeira)	Luís Ometto
1935	Fazenda Costa Pinto / Usina Costa Pinto	Piracicaba	Pedro Ometto
1943	Fazenda Pau D'algo/ Usina da Barra	Jaú	Orlando Ometto
1943	Usina Santa Cruz	Américo Brasiliense	Luís Ometto
1950	Usina Santa Lúcia	Limeira	Jerônimo Ometto
1950	Usina São Martinho	Pradópolis	Luís Ometto

FONTE: GORDINHO (1988, 2001); <http://www.usinasantacruz.com.br/> Org. AZEVEDO, 2015.

Figura 6: Usinas Família Ometto, em São Paulo. Fonte: GORDINHO, 1988.

As ações da Companhia Irmãos Ometto Ltda. coadunavam com as políticas de federais, de diversificação de culturas, tornando o Estado de São Paulo um dos maiores produtores do País, bem como se tornou uma das famílias com maior

²⁵ Na atualidade, a Família Ometto se estrutura em vários grupos, como veremos à frente.

prestígio, devido ao patrimônio fundiário e industrial (TAFNER&SILVA, 2012), o que possibilitaria diversificar, inclusive, seus investimentos. Mais um depoimento de Ariosto da Riva explica a vinda do Grupo Ometto para Mato Grosso:

[...] Aí eu parti para ver o que seria a Amazônia Legal, uma periferia da grande Amazônia. Estive no Vale do Araguaia. E ali comprei uma grande área para uma colonização de grande porte. [...] Tive dificuldade, porque o investimento era muito grande. Então procurei um grupo de São Paulo, que foi o Ometto, gente fora de série, e nos associamos. Juntos, fizemos a famosa Suiá-Missú, a maior fazenda do País, na época. INDECO, 2015.

3.3 O Pioneiro Gaúcho na Fronteira do Noroeste do Paraná

Vender os seus poucos hectares do sítio²⁶ em Torres, no Rio Grande do Sul, para adquirir terras na então fronteira agrícola do Paraná, em São Miguel do Iguaçu, foi a estratégia que André Maggi entendeu ser a melhor para alterar as condições de vida da família.

Pelo registro de sua trajetória e as estratégias definidas por André Maggi, o Paraná não significava uma frente de expansão, onde este seria um simples colono, mas uma frente pioneira capitalista, e ele, um pioneiro (SILVA, 2003:43), explorando todas as possibilidades para reprodução do capital.

Após trabalhar algum tempo carregando madeira para a Serraria denominada São Pedro. Algum tempo depois, foi convidado a assumir a gerência da serraria, com

²⁶ Consta que era herança da esposa – Lúcia Borges -, 11ha, que na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, correspondia a uma média propriedade. Na época, a diferença do preço da terra em Torres e no vilarejo de Gaúcha era, de aproximadamente 1ha:5ha (SILVA, 2003:43;45)

direito à participação nos lucros e, aproveitando o fato que na região, o que realmente tinha valor era a madeira pois,

[...] terras ainda valendo pouco, investiu seu salário e algumas economias na compra de terras, preparando, assim, sua volta à atividade de origem, a agricultura. Assim, depois de 2 anos e meio, André Maggi saiu da Serraria São Pedro. [...] É nesse momento que ocorre a compra da fazenda São Vicente que pertencia a uma firma de São Paulo, a Serraria Cacique.” SILVA, 2003:47

Foi período que, explorando madeira em suas terras, e em outras que adquiriu ao longo do tempo – sempre atento à proximidade que essas terras deveriam ter de seu ponto de apoio, a Fazenda São Vicente, para não onerar os custos com combustível, na exploração da madeira.

Mas as origens, envolvido com a agricultura permaneceram presentes e dividiam áreas nas propriedades. Exploração da madeira, mas também o cultivo de milho, usado na alimentação da criação de porcos, p.ex, soja, feijão e trigo, “uma forma de diversificação e integração de sua estrutura produtiva, bem como parte integrante de sua estrutura produtiva [...] características de um pioneiro” (SILVA, 2003:51).

Mais tarde, a aquisição da Fazenda Índio, implantando a mesma dinâmica econômica. Destaca-se toda uma organização territorial das fazendas, com relação a áreas delimitadas para cada uma das atividades, como os setores onde se implantavam as edificações de apoio (a sede, a serraria, casa de peões, entre outros),

foram o suporte para um conjunto de interações que extrapolavam o território São Miguel do Iguaçu, como podemos observar na Figura 7.

Figura 7: André Maggi – Estruturas Físicas e Interações Socioespaciais do Pioneiro nas décadas de 1950-60.
FONTE: SILVA, 2003. ORG. AZEVEDO, 2015.

Com a diminuição das áreas de matas para exploração da madeira, entre outros fatores que reduziram a demanda por madeira industrializada, a Serraria São Vicente é vendida e a Família Maggi volta-se, integralmente à agricultura, mas em novas bases: mecanizada e valendo-se de armazém próprio para estocagem da produção e financiamento da produção de terceiros. Insere-se no “circuito mercantil da soja, através da comercialização da semente e armazenamento da produção dos agricultores da região” (SILVA, 2003:56). Assim,

Ao produzir sementes e abrir seus armazéns, André Maggi adquiriu confiabilidade junto aos produtores de soja. Havia na cidade a Comercial São Miguel Ltda., maior compradora de soja do município, mas a empresa não financiava a produção. Neste circuito inseriu-se André Maggi, **fornecendo sementes e/ou adiantando dinheiro para que outros agricultores produzissem grãos**. A cada saca de sementes fornecida, o produtor devia pagar com duas sacas de grãos de soja, que eram, por sua vez, comercializados com grandes grupos do setor alimentício brasileiro, tais como a SANBRA. **Emergia, portanto, um mercado futuro para a produção de grãos que teve a figura do André Maggi como um dos pioneiros no país**. Os agricultores que se voltavam para a lavoura de soja necessitavam de adubos, sementes e maquinários. André Maggi antecipava o financiamento à produção, captando recursos junto às indústrias, como a CARGILL, e os repassava aos produtores, recebendo em troca o pagamento em grãos que eram enviados às grandes empresas do setor de alimentos da época: SANBRA, CARGIL, ANDERSON CLAYTON, entre outras. Na realidade, **André Maggi aproveitou as oportunidades de negócios e financiamentos gerados pelo processo de abertura da fronteira agrícola do oeste paranaense, com a lavoura de grãos, para estender e consolidar sua escala de atuação e implantar um novo sistema de ações e de objetos envolvidos com a produção e comercialização da soja**. [...]

Desse modo, com a expansão da lavoura de soja no país, e sobretudo, no oeste paranaense, André Maggi, além de construir armazéns para comercialização de grãos e produção de sementes, fundou, em 1976, a empresa **Sementes Maggi**, com capital originário do Banco do Brasil S/A, instalando, na época, a maior unidade de produção de sementes do Estado Paraná. Nesse momento, estava nascendo o **Grupo André Maggi**, que vai se consolidar à medida que conquista o cerrado brasileiro.[...]

As interações espaciais promovidas pela comercialização de soja implicaram um novo ordenamento territorial, agora capitaneado pela Empresa Sementes Maggi. **O sistema de objetos e ações representativo da organização espacial da corporação envolvia rede de controle político, técnico, financeiro e mercantil**. A escala de atuação era nitidamente regional, mas já anunciava a expansão dos interesses do grupo, ao se articular com as multinacionais do setor de alimentos (SILVA, 2003:58-59; grifo nosso).

Era criada a Sementes Maggi, que na década de 1970 abria filiar no sul de Mato Grosso, adquirindo fazenda e construindo escritórios de representação na cidade de Rondonópolis.

4. Grupos Econômicos, Ações e Estratégias na Construção de Territórios em Mato Grosso

A estrutura institucional montada nas esferas federal e estadual voltava-se para atender a “Colonização na Amazônia Brasileira”, conforme definido nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II).

Até antes das Políticas de Integração Nacional, embora governos anteriores tenham principiado a modernização do Estado, “e o início de um parque industrial poderoso, não conseguiu transformar fundamentalmente a paisagem amazônica” (OLIVEIRA, 2005: 34).

Assim, a Amazônia continuava como um “vazio” a ser “rapidamente ocupado”, esta era a o entendimento do Governo Federal desde muito tempo, que no período dos Governos Militares, norteou um conjunto de ações de planejamento desde o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). O “vazio” configurava-se, agora, por porções de terra devoluta, que estaria sob a responsabilidade do Governo Federal (todas as terras em uma faixa de 100km no entorno das rodovias federais) e do Governo do Estado, às restantes, na promoção de políticas territoriais (ver Mapa 5).

Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000
 Fontes: Limites Políticos (Seplan/MT/2006); Rodovias (DNIT/2015)
 Elaboração/Organização: Doriane Azevedo
 Desenho: Leandro Teixeira

Ao mesmo tempo em que o Nordeste era entendido como uma região mergulhada em problemas de toda ordem – “[...] para eliminar essas disparidades econômicas e injustiças sociais, teremos de desenvolver a Amazônia solidária ao Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o Brasil”, era o discurso do então Presidente Médici, em outubro de 1970 (Ministério da Agricultura, 1973). Naquela época, somavam-se a esse entendimento, aspectos muito particulares da Amazônia: uma área de reserva, enquanto vazio demográfico, frente ao “fenômeno da explosão populacional”; área de fronteira com cinco países estrangeiros e ainda, embora com todo um potencial, o predomínio do extrativismo vegetal enquanto atividade econômica (OLIVEIRA, 2005:69).

Ações promovidas no âmbito do Governo Federal reestruturaram todo um conjunto de instituições que se voltariam a promover o processo de colonização na Amazônia. Em novembro de 1964, o Estatuto da Terra é regulamentado pela Lei 4.504, e com a Lei 1.190/1970, duas autarquias, criadas anteriormente pelo Estatuto da Terra, foram extintas, criando-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que absorveria “atribuições e competências daqueles órgãos” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1973:5). Caberia ao INCRA o acompanhamento e fiscalização dos projetos de colonização privada, colonização essa prevista no Estatuto da Terra, nas diretrizes do Plano de Integração Nacional.

No âmbito do Estado de Mato Grosso, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – CODEMAT, criada na década de 1960, continuou como órgão gestor e executor da colonização, e foi fortalecida pela Lei 3.307, de 18.12.1972, (MATO GROSSO, LEGISLAÇÃO, 1972), transferindo uma reserva de 2.000.000ha de terras devolutas existente no município de Aripuanã, para fins de promover “fundação de colônias agrícolas estaduais; alienação para Companhias de Colonização, para fins exclusivos de colonização; e alienação para implantação de projetos agropecuários ou industriais aprovados pela SUDAM e financiados pelos programas de incentivos fiscais” (MORENO, 2007:141).

Em paralelo, agentes privados se estruturavam no cenário nacional, e suas reflexões impactaram consideravelmente as políticas territoriais em curso, onde destacamos a Associação dos Empresários da Amazônia (AEA), que registrou a posição da AEA sobre a Colonização na Amazônia (Figura 8), assim

[...] uma proposta alternativa de ocupação, consolidada no documento “Modelo de Ocupação Integrada da Amazônia”. Essa proposta, segundo os empresários, resultou de uma reflexão e análise dos erros cometidos e de uma diagnóstico da sociedade brasileira, no qual ganharam ênfase a crise do balanço de pagamento, a inflação e o acirramento da questão agrária (JATENE, 1983:23).

Figura 8: Síntese das Propostas da Associação dos Empresários da Amazônia. Apresentado em encontro, em 1977. Fonte: MEIRELLES, 1977.

Era o governo de José Manoel Fontanilhas Fragelli, e “com autorização do Senado Federal, através da Resolução nº 3, de 03.04.1973 (Mato Grosso, Legislação, 1973), transferiu a maior reserva de terras devolutas [...] à empresa, para que ela promovesse o desenvolvimento daquela região” (*Idem*). Como registou o Engº João Meirelles em entrevista:

[...] José Fragelli era governador do Mato Grosso e eu era então, o presidente da Associação de Empresários da Amazônia, porque nessa década de [19]70 o Governo Federal dizia “precisamos ocupar a Amazônia” [...]

Fizeram um monte de erros, política equivocada, que nós criticamos duramente como empresários, mas levavam para lá, mega empresas, que abriam propriedades agropecuárias, totalmente isoladas, portanto sem nenhum contexto de criação de núcleos urbanos de amparo. Eram fatos isolados; se um trabalhador nosso tivesse um acidente qualquer, quebrasse um braço, =precisava pegar um táxi aéreo e levar para Goiânia, porque era mais próximo de Goiânia do que de Cuiabá e não tinha nenhum núcleo urbano em que você tivesse qualquer tipo de apoio, e isso na década de [19]70. Então, o que é que precisava?, Precisava de uma forma inteligente e racional, de promover essa ocupação. O José Fragelli era governador e eu estava presidente da Associação de Empresários da Amazônia. Juntamos todos os grandes empresários, e eu incorporei um tipo de empresário que não estava incorporado - quando só se pensava na ocupação agropecuária – que era o empresário industrial. Já havia a zona franca de Manaus, desde a década de, início de [19]70. O Fragelli pediu: Meirelles, eu tenho um município no Mato Grosso chamado Aripuanã, (este município naquela época tinha área igual à metade do estado de São Paulo) e eu tenho apenas uma prefeitura burocrática, que eu nomeio o prefeito, só que a sede da prefeitura é aqui, no Palácio Paiaguás [...]

Ele disse: o que vocês podem fazer, vocês empresários da Amazônia? Já havia uma certa intimidade [dos empresários] muito mais na vertente Araguaia do Mato Grosso do que em outros lugares, de Barra do Garças no norte, assim como havia no Pará e em outros lugares. Convidei uma porção

de gente que já entendia disso que já estava fazendo em outros lugares, como Ênio Pipino que fez Sinop, Ariosto da Riva, que fez Alta Floresta, Apiacás e Paranaíta, para entender como é que faz isso. **Depois de algumas reuniões nossas, e uns meses de discussões, chegamos a conclusão de que, [...], em primeiro lugar, tem que viabilizar financeiramente, [...], não tinha nada, absolutamente nada naquele lugar, naquela região, e nós chegamos ao resumo seguinte: uma licitação de 10 lotes de 200 mil hectares, (200 mil hectares é uma área razoável para se construir um núcleo urbano, que poderia virar uma cidade), ou que fosse pelo menos um núcleo urbano, para poder, trazer gente do Sul., A gente chamava de colonos do sul, gente mais qualificada, que tem necessidade de uma fronteira agrícola, e que sobretudo possa incorporar na área urbana, alguma coisa, e assim foi feito** (MEIRELLES, 2014; grifo nosso).

A história registra que esses conselhos na época, do Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia tiveram ressonância na administração de José Fragelli. Coordenado pela CODEMAT, o processo licitatório nº 03/1973 foi realizado com o objetivo de alienar as terras devolutas em Mato Grosso. Possibilitaram a promoção da colonização empresarial na região, voltada à “colonização agroindustrial, agropecuária, industrialização de celulose, mineração e cooperativa mistas de produção e consumo”, como também captar recursos às contas do Estado para execução de planos de obras de infraestrutura, na construção do Centro Político Administrativo (CPA), entre outras ações, com um valor arrecadado na ordem de Cr\$ 102.000.000,00 (MORENO, 2007:142). Empresas, áreas adquiridas e valores pagos podem ser observados no Quadro 8.

Quadro 8 : Resultado da Licitação nº 03/1973.

EMPRESAS	ÁREA(ha)	VALOR (Cr\$)
Colniza S.A	4000.000	22.000.000,00
Rendanyl S.A	1.000.000	50.000.000,00

Quadro 8 : Resultado da Licitação nº 03/1973.

EMPRESAS	ÁREA(ha)	VALOR (Cr\$)
Indeco S.A	400.000	20.000.000,00
Juruena S.A	200.00	10.000.000,00
TOTAL	2.000.000*10.000.000,00	102.000.000,00

FONTE: DIÁRIO OFICIAL , 1973; MORENO, 2007. ORG. AZEVEDO, 2015.

O prazo estipulado para cumprir as obrigações contratuais era de cinco anos. Registra-se nem todas cumpriram as obrigações contratuais, a Rendanyl S.A foi substituída pela Contriguaçu²⁷. Destaca-se que, das Empresas licitantes, os empreendimentos dirigidos pela Juruena S.A e pela INDECO S.A., na época, empresas de São Paulo/SP.

Cabe ressaltar que nem todas as grandes áreas voltadas à projetos de colonização foram adquiridas junto ao Governo do Estado, (ver Mapa 5: Áreas de Jurisdição – Governo Federal e Estadual, 1970), e sim por meio do INCRA/ Governo Federal, que estavam dentro da área de abrangência das rodovias federais (100km, de ambos os lados do eixo das BRs), como ilustrado no Mapa 5: Áreas de Jurisdição – Governo Federal e Estadual, 1970.

Dados do INCRA/MT indicavam que a aprovação, acompanhamento e fiscalização dos três “Projetos de Colonização Particular” (entre muitos outros) que foram aprovados em Mato Grosso - INDECO S.A, Colonizadora SINOP S.A. e Agropecuária do

27 O Eng. José Meirelles destaca sua participação na colonização desta área. Esteve a frente da Colonização de Juruena, com 200.000ha, e de Cotriguaçu, mais 400.000ha, assumindo uma parte da área da Empresa inadimplente, e que tinha participado da licitação. Nos 600.000ha, ainda teve a construção das cidades de Juruena e Cotriguaçu. (Entrevista Meirelles, abril.2014).

Cachimbo. Conforme relatos dos técnicos do INCRA/MT²⁸, um dos poucos exemplos que cumpriram, quanto à prazos e demais exigências, os ditames contratuais.

Destacamos que, o AMAGGI não promoveu projeto de Colonização, as terras na região da BR-364 já estavam parceladas, mas promoveram a aquisição de fazendas e levou a cabo a implantação de Núcleo Urbano.

Muitos eram os critérios para que o INCRA realizasse uma das suas atribuições, que era a “Fiscalização de Empresas Colonizadoras Particulares” -, com início na aprovação das propostas apresentadas e após, acompanhamento e fiscalização da execução.

A apresentação de um Plano de Colonização Particular era o ponto de partida às Empresas, no qual eram obrigados a evidenciar a real viabilidade econômica e social da proposta, inclusive demonstrando fisicamente, obrigações como: a abertura de estradas de acesso às glebas e lotes; parcelamento da área rural e urbana, com demarcação dos lotes individuais, quadras e arruamentos, atendendo as legislações vigentes (6.766/1979 e Código Florestal), quando coubesse; construir a infraestrutura social (armazéns, escolas e postos de saúde), além, claro, de fornecer assistência técnica e creditícia.

28 Entrevista concedida pelo técnico do INCRA/MT à 38 anos, Xisto Silva, que integrava a equipe da Divisão Técnica de Colonização Particular.

Assim, ao revermos o conjunto de ações planejadas pelo Governo Federal, entendemos que uma das principais estratégias para viabilizar a Colonização da Amazônia Legal, com destaque em Mato Grosso, era a aliança com agentes privados.

Diante das exigências legais previstas, e dos desafios na região a ser implantada toda infraestrutura econômica e social exigiria a atuação diferenciada desses agentes, quanto à capacidade técnica e financeira.

Essa atuação diferenciada, em nosso entendimento, pode ser entendida pela leitura das estruturas institucionais estruturadas, da formulação de suas ações de planejamento, bem como das estratégias variadas que esses grupos – que já surgem como agentes multiescalares -, desenvolveram e aplicaram ao longo do processo. Provável que a diferença nas estruturas e estratégias permitiu que alguns Grupos se consolidassem, restringindo sua atuação em uma “escala local”²⁹, mas que viabilizaram e deram suporte para que outros tivessem projeção nacional e internacional. É o que será apresentado nos itens seguintes.

4.1 A Criação da INDECO e a Proposta de Colonização

Está registrada nos depoimentos de diferentes entrevistados, a viagem aérea promovida pelo Governo Federal, no início da década de 1970, com alguns

²⁹ Vainer (2001) discute as escalas de poder como escalas de ações políticas e, que uma escala local, não necessariamente é restrita, reduzida, mas pode se referir a um recorte regional. Escolher uma escala de análise implica, muitas vezes, em escolher um agente para se analisar

empresários do País. Era muito mais uma viagem de (re)conhecimento da grande área que era a Amazônia Legal, apresentando o grande potencial para investimentos voltados aos projetos de colonização e agropecuários. Os pontos de apoio foram Cuiabá, Porto Velho, Manaus, Santarém, Belém, um giro, pela Amazônia na companhia do então Presidente da República (DA RIVA, 2014; MEIRELLES, 2014, SANTOS, 2010). Entre os convidados, Ariosto da Riva que, embora não fosse um industrial, “era uma pessoa experiente, ele foi convidado, é que a maioria dos empresários confiava [nele]...” (DA RIVA, 2014).

A proposta da Indeco S.A. para a área adquirida da CODEMAT – conhecida agora como Gleba Alta Floresta – na licitação ,em 1973, que teve a Proposta aprovada pelo INCRA em 25.04.1974³⁰, exigia o início dos trabalhos de forma imediata, a fim de cumprir as obrigações contratuais. Rebatendo as críticas quanto ao baixo preço pago pelo hectare, Vicente da Riva (2015) pontua que “pagando por volta de \$50 dólares o ha, hoje pode ser ridículo, não é, não era uma compra livre, era uma compra com o compromisso de fazer infraestrutura urbana e rural, e essa infraestrutura foi feita [...]”. E prossegue sobre os desafios e as ações iniciais:

³⁰ Podemos constatar pelo Quadro 1, que a mesma portaria – 611, de 25.04.1975, também foi aprovada a Proposta de Colonização para à Gleba Paranaíta, também em um total de 400.000ha, provavelmente, a área adquirida da Empresa Índia S.A, antiga Gleba Raposo Tavares (OLIVEIRA, 2005:112; Jatene (1983:31) esclarece que essa área adquirida de particulares em 1971 levou Ariosto da Riva a iniciar uma “ fase de estudos de solo para testar sua qualidade, tendo em vista a locação de pequenos proprietários. Muito embora o solo não fosse dos melhores da Amazônia, estes estudos apontaram a área propícia para o cultivo do café, cacau, guaraná de maués e hortelã. Em julho de 1973, adquiriu mais 400.000ha da CODEMAT, contíguas a adquirida anteriormente.

A data que é comemorada a fundação de Alta Floresta, que é 19 de maio de [19]76, na realidade nós havíamos em [19]74, saído da Cuiabá-Santarém, chegando ao Rio Teles Pires – 81km, em [19]75 nós fizemos uma [fábrica de] cerâmica na beira do Rio Teles Pires e prosseguimos a estrada, chegando aqui na área da cidade em outubro, novembro de 1975. Abrimos o aeroporto, a pista de pouso, que nós precisávamos desse apoio, o local que nós iríamos fazer uma caldeira, que iria fornecer luz, energia aqui, as duas primeiras unidade de serraria, uma marcenaria [...] então em final de 75 fizemos isso e iniciamos a derrubada do que seria o núcleo de Alta Floresta, 1.000 x 1.000, 100ha, 1km², enquanto isso fabricávamos tijolos (DA RIVA, 2014).

A INDECO S.A. – Integração, Desenvolvimento e Colonização -, foi criada especificamente para participar da licitação e, posteriormente, cuidar da colonização da gleba adquirida, e outras compradas anteriormente. .

MAPA 6 - PROJETO DE COLONIZAÇÃO INDECO

Uma empresa familiar. Se em oportunidades anteriores Ariosto da Riva se associava a outras pessoas (Girardelli) ou grupos (Ometto), sempre era um compromisso seu. Desta vez, com os filhos crescidos, formados e casados, tornou-se um investimento da família, uma empresa familiar³¹, que estava inteiramente envolvida (Figura 9).

Nós éramos em 4 - meu pai, meu irmão (que tratava de toda parte de produção), meu cunhado Sidney e eu, que cuidava da parte de infraestrutura. Infelizmente sobrou só eu³². E existe um cunhado, da parte do Hotel da Floresta Amazônia [...] (DA RIVA, 2014).

Mas pessoas de todos os cantos eram convidadas para participar deste projeto. O depoimento de Natalício Cerpa (INDECO, 2015), que conhecia a família Da Riva de Naviraí, e atraído pelo entusiasmo da família, terminou migrando para Alta Floresta, e trabalhando na administração do setor urbano, na cessão de terrenos. As equipes foram se formando aos poucos.³³ Hoje, a Indeco se resume a um Conselho de Administração, que se reúne uma ou duas vezes no mês, e mantém a atividades

31 Isabel Eiras de Oliveira também chamou a atenção para esta empresa familiar: "Outro lado importante, e ao mesmo tempo curioso, relativo à empresa colonizadora era o seu caráter familiar. Filhos, noras, genros e cunhados do grande empresário colonizador trabalhavam na INDECO, espalhados pelas 'filiais' – postos de venda – existentes. Alguns permaneciam na sede da empresa em São Paulo – capital -, outros em Alta Floresta, em Maringá, nas capitais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nesse emaranhado familiar, encontrava-se o arquiteto que projeto a[s] cidade[s]" (OLIVEIRA, 1992:205).

32 Ludovico da Riva formou-se em Agronomia na turma de 1974, da USP, campus de Piracicaba. Vicente da Riva, Engenheiro Civil pelo Mackenzie em 1969, e pós graduação na FGV, em Administração. O irmão Ludovico da Riva, considerado o sucessor natural de Ariosto da Riva, morreu em acidente aéreo em 1990. Seis anos depois, falece Ariosto.

33 Conforme Natalício Cerpa, nos anos iniciais, "a diretoria da Indeco passava meses e meses sem vir aqui, as vezes passava até um ano. Ludovico vinha com mais frequência, mas o Sr. Ariosto sempre ficava cuidando lá de São Paulo os aspectos sociais e políticos da colonizadora. E nós cuidávamos da administração da cidade, então a gentes se fazia as vezes de prefeito, de padre, de política. Quando acontecia algum crime aqui, tínhamos que passar um rádio para Cuiabá e aí nosso escritório lá providenciava tudo. A comunicação no início era só por rádio, e era utilizado mais para fazer pedidos, de ferramentas, de peças, de medicamentos e outros mantimentos" (Depoimentos, Natalício Cerpa. INDECO, 2015)

naquilo que ela tem responsabilidade, nas palavras de um dos seus sócios-proprietários (DA RIVA, 2014), (documentação sobre as áreas, além da comercialização de lotes urbanos e rurais, e prestação de serviços com máquinas pesadas) (DA RIVA, 2014; INDECO, 2015).

Figura 9: Organograma INDECO na década de 1970. FONTE: Entrevista Vicente da Riva, 2014. ORG.: AZEVEDO, 2015

4.1.1 A proposta para uma Região

A proposta da Indeco, de acordo com as obrigações contratuais que deveria atender, e constante do seu “Projeto de Colonização, Gleba Alta Floresta e Paranaíta – 1975” do seu era desenvolver economicamente uma porção do território de Mato Grosso, aplicando recursos em diferentes setores, através de um “Programa Micro-regional de Desenvolvimento” (JATENE, 1983:30).

O Programa Micro-regional da empresa previa, para a extensão de 1.100.000ha, a instalação de projetos de colonização, projetos agropecuários, projetos agro-florestais, projetos agro-industriais, projetos de

desenvolvimento urbano integrados e a construção de uma rodovia de acesso à área, a partir da Cuiabá-Santarém. Entretanto, dado o compromisso assumido de colonizar os 400.000ha, comprados da CODEMAT, foi inicialmente deslanchado o programa de colonização (JATENE, 1983:32).

E para viabilizar esse “Programa Micro-regional”, prospecções anteriores sobre a área e outros novos estudos promovidos pela empresa foram realizados, com a indicação de diferentes potencialidades encontradas nas glebas adquiridas: exploração de jazidas de calcário, a navegação do Teles Pires, juntamente com o potencial hidrelétrico, ou seja, “a gente tinha previsão que pudesse acontecer, e [es]tá acontecendo. Não tem dedo nosso em nada do processo, nos só dissemos, aqui tem um potencial pra isso. A gente mencionava nos projetos (DA RIVA, 2014).

4.1.1.1 *Tecnologias [da época], Infraestruturas regionais e as Atividades Econômicas*

Muita madeira, a floresta era alta. Uma das primeiras providencia foi à construção da serraria e a marcenaria. Por aquelas bandas, seria imprescindível a oficina mecânica e o armazém para tratamento dos cereais. Assim, a Indeco cuidava de fazer a infraestrutura. Era o campo, uma pista não pavimentada, mas suficiente para atender as aeronaves, a estrada de acesso até a Cuiabá-Santarém³⁴.

A gleba da Indeco integrava a área-programa XIII Juruena, do Programa Poloamazônia (, o que possibilitou à empresa acesso à recursos federais à construção

³⁴ Vicente da Riva destaca que, mesmo a via não ser pavimentada, pelo grau de conservação chegava a fazer 120km/h.

da “estrutura viária capaz de dar sustentação ao seu projeto de colonização” (GUIMARÃES NETO, 2002:70), anunciava a Folha de São Paulo, em junho de 1977:

Para alcançar a rodovia Cuiabá-Santarém, os pioneiros de Alta Floresta e Paranaíta construíram um acesso pedregulho de 165 quilômetros de extensão, concluído após 5 meses de verão e com o trabalho puxado de 24 horas das patrulhas mecanizadas. Além disso, outras estradas foram abertas: existem hoje 510 quilômetros de pequenas rodovias, todas elas encascalhadas, funcionando como vicinais e no mesmo padrão técnico da BR-163. (apud Guimarães Neto, 2002:70).

Dentre as principais vias construídas, temos a J-1, atual MT-208³⁵, eixo que cortou a gleba de Alta Floresta de leste a oeste, inicialmente ligou toda essa área à BR-163. Esta ligação era a possibilidade de integrar a gleba a todo o estado (acessado por vias rodoviárias até aquele momento), como também aos principais centros que eram alimentados pela BR, permitindo efetivar a colonização e o fluxo dos colonos, produtos importados, inicialmente e, exportados, a posteriori. Entretanto,

[...] se num primeiro momento as rodovias permitiram efetivar a colonização, tornando possível o deslocamento de trabalhadores e diversos investidores, sob o comando das empresas, posteriormente passou a ser vital mantê-las em condições adequadas de tráfego. A própria vida das cidades só podia pulsar se elas fossem mantidas integradas à economia nacional, haja visto o estado de calamidade pública e o completo isolamento a que ficavam sujeitas as populações nos períodos em que as chuvas tornavam

35 Como esclarece Regina Guimarães Neto (2002: 147), a J-1 estabeleceu ligações com “Agropecuária Mogno, uma das maiores agropecuárias de toda aquela área; com o Projeto Apiácas/Indeco, através da estrada do Calcário; e antes de chegar À cidade de Alta Floresta, já passava a servir à Cooperativa Agrícola de Cotia.”. Acrescenta ABREU (2001:141), “A J-1 foi uma rodovia que teve parte construída pela INDECO (da BR-163 às margens do Rio Teles Pires – 81km), em 1974. Em 1975, quando entraram com o projeto de colonização das Glebas de Alta Floresta e Paranaíta informavam que construiriam 115km do Rio Teles Pires até Alta Floresta, cujo objetivo era ligar as Glebas com a BR-163. Na verdade, entrou foi na programação do POLAMAZONIA, passando a coincidir com a programação da BR-242”.

intransitáveis as rodovias. Por certo, as inúmeras reclamações feitas por representantes dessas cidades revelavam a profunda dependência de um abastecimento regular de produtos básicos, tais como gasolina, óleo diesel, gêneros alimentícios (especialmente produtos industrializados), bem como a necessidade vital de escoamento da produção agrícola e outras mercadorias produzidas nessas áreas. (GUIMARÃES NETO, 2002:148)

O Jornal da Tarde, em janeiro de 1977 (SANCHES, 1977), relatava a saga [d]“Os Novos Colonos – Alta Floresta – MT” e registrava que, somada a rede das vias – principais e as vicinais”, somou-se a balsa, comprada no Paraná e montada às margens do Rio, necessária para atravessar o Rio Teles Pires, na falta da ponte que seria construída e inaugurada em 1986. Juntamente com as vias e a balsa, as pistas para pouso e decolagem de aviões, a implantação da usina termoeletrica de 880KWA, armazéns para cereais, silo, usina de britagem e a olaria, que produzia tijolos às margens do Rio Teles Pires. Mateiros, aviões, todas as tecnologias foram utilizadas para viabilizar o Projeto de Colonização da Indeco, da mais rústicas, as mais sofisticadas (pesquisas, aviões, etc) (Figura 10).

Figura 10: Registro Fotográfico Alta Floresta – da esquerda para à direita, mateiros, em 1975 e a abertura das vias. Foto maior, voo sobre área de implantação da cidade. Em baixo, a cidade, abertura e as primeiras construções. Fonte: Acervo Indeco.

Dentre as tecnologias, as memórias de Vicente da Riva ainda resgatam o caso dos marcos geodésicos que a empresa realizou, a um custo de \$15mil cada ponto, pois implicavam toda uma logística que envolvia: equipamento que vinha do Rio de Janeiro, o rastreamento de ponto, na área onde informava que passaria o satélite, retorno ao Rio de Janeiro para registro das coordenadas certas. Assim, registrou os limites dos municípios, a faixa de domínio de 100km da Cuiabá-Santarém, [...] era tudo trabalho de governo, mas tudo quem fez foi a INDECO.

Essas primeiras ações, além da implantação do núcleo urbano, eram vistas como imprescindíveis para o apoio aos colonos que migrariam para as Glebas de Alta Floresta e Paranaíta. A intenção dos agricultores vindos do sul era o café – chamado ouro verde -, mas também eram incentivados a diversificarem as culturas, e explorarem o cacau, arroz, seringueira, mas também plantaram arroz, feijão e banana (SCHAEFER, 1985:76-7).

Vários foram as estratégias para possibilitar isso, desde as pesquisas que antecederam a colonização (quanto a temperatura, índices pluviométricos e períodos de chuva e seca), até convênios com Institutos Agrônômicos, destacando de Campinas, Piracicaba, fornecendo espécies resistentes às pragas conhecidas na época, e a Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira). Até o mapeamento do grau de fertilidade da terra no interior das glebas foi realizado,

orientando o parcelamento, combinando tipologia (pequena, média e grande propriedade), atividades recomendadas com as características do solo.

Por fim, a própria Indeco quis “dar o exemplo”, e isso acontecia por meio da Fazenda Caiubi, de propriedade da empresa, que colhia, embalava e comercializava a Castanha do Brasil. No início da década de 1980, foi considerada uma fazenda modelo, pela administração e organização, abrigando aproximadamente “250 famílias de empregados, com escola própria e outras benfeitorias, totalizando 1.200 pessoas. [Eram] 400ha de cacau cultivado, 200ha de café e 200ha de outras culturas” (SCHAEFER, 1985:79). Até os dias atuais, a Fazenda Caiubi se destaca pela produção e manufatura da Castanha do Brasil, entre outros produtos.

4.1.1.2 Colonização e Urbanismo – Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás

A proposta para às glebas de Alta Floresta e Paranaíta, apresentada e aprovada pelo INCRA, previa, “um núcleo urbano, dotado de infra-estrutura física, social e econômica e núcleos de apoio nos principais nós do sistema viário. Este asseguraria a cada lote o acesso não só aos núcleos urbanos como também à rodovia principal [J-1]” (JATENE, 1983:33).

No quadro síntese - Quadro 9, visualizamos que foi definido um parcelamento, para uma área de pouco mais de 211.000,00ha, correspondendo à 52,99% da gleba adquirida da CODEMAT. Alimentados por um sistema viário com mais ao menos, 03 setores distintos, a saber: o setor da área urbana (incluindo área de reserva); o setor

“Loteamento de Colonização”, voltada à exploração agrícola em regime de economia familiar e, o setor “Lotes Agropecuários Autônomos”, constituídos por Áreas de Fazenda (A.F.), em um total de 18 A.F. Pode-se observar o ordenamento territorial proposta à Gleba Alta Floresta pelo Quadro 9 e a Figura 11.

Quadro 9: Proposta de Organização Territorial – Gleba Alta Floresta, Indeco

FUNÇÃO		CARACTERÍSTICAS	OBJETIVO	QUANT. LOTES	ÁREA (ha)	%
SISTEMA VIÁRIO	Principal	32,692km			163,46	0,08
	Secundário	185,692km			370,72	0,17
SUBTOTAL					685,74	0,32
ÁREA URBANA	Cidade				2.407,72	1,14
	Reserva				1.210,32	0,57
SUBTOTAL					3.618,04	1,71
LOTEAMENTO DE COLONIZAÇÃO	TIPO A	100ha	Exploração agrícola em regime de economia familiar	318	32.258,37	15,22
	TIPO B	300ha	Exploração agrícola em regime empresarial (pequena e média)	206	62.681,32	29,57
	Reserva 1 e 2				269,55	0,13
SUBTOTAL					95.209,24	44,92
LOTES AGROPECUÁRIOS AUTÔNOMOS	TIPO C (AF 1 a AF 18)	300 a 600 ha	Exploração agroflorestal ou agropecuário de grande porte	-	112.435,03	53,05
SISTEMA VIÁRIO	Principal	18,622km			93,11	0,04
	Secundário	29,255km			58,45	0,03
SUBTOTAL					112.586,59	53,12
TOTAL					211.948,05	100
TOTAL DA GLEBA					400.000,00	52,99

FONTE: Projeto de Colonização. Mapa de Loteamento. Indeco, 197[?]. ORG. Doriane Azevedo 2015.

Para apoio ao parcelamento, um sistema viário com mais de 260km (entre vias principais e secundárias) organizando os 03 setores do parcelamento, quais sejam:

- a) o setor “Loteamento de Colonização”, subdivididos em dois tipos. O tipo “A”, suporte à exploração agrícola em regime de economia familiar, com dimensão de 100ha e, o tipo “B”, para exploração agrícola em regime empresarial, variando entre 300 a 600ha. Existiam, ainda, as área de reservas que, conforme Heliana Jatene (1983:35), destinavam-se “à pesquisa e experimentação, à defesa dos mananciais de água e de recursos naturais nobres, à exploração direta pela empresa e à expansão do loteamento colonial”. No total, o setor “Loteamento de Colonização” equivaleu à 44, 92% da área delimitada ao parcelamento;
- b) Nos lotes de 100ha, as orientações eram para distribuir em 25ha - culturas temporárias³⁶, 20ha – culturas permanentes, 5ha – outros usos e, 50ha – área de reserva florestal
- c) O segundo setor, denominado “Lotes Agropecuários Autônomos”, definiam o tipo “C”, ou Áreas de Fazenda (A.F), variando entre 300 e 600ha., orientados à

36 “Para as culturas temporárias as terras precisariam de adubação após o terceiro ano de plantio e, para tanto, os colonos seriam devidamente orientados pelo departamento técnico da empresa. Para as culturas permanentes, seria indicado nos três primeiros anos a adubação por cova, com superfosfato simples” (JATENE, 1983:35).

exploração agroflorestal ou agropecuário de grande porte, com 53,05% da área parcelada.

Para os pequenos e médios produtores, era previsto a estruturação de Cooperativa para realizar o controle e assistência técnica da produção que, até que fosse criada, foi função exercida pela empresa, que diante da situação, definiu como “meta prioritária dos seus investimentos [...] a implantação de agroindústrias e indústrias de beneficiamento primário dos produtos” (JATENE, 1983:36), maciçamente localizados no núcleo urbano.

Figura 11: Gleba Alta Floresta – Ordenamento Territorial. Fonte: Fotomontagem a partir de original.

Mesmo com essas preocupações, alguns estudos (JATENE, 1983; OLIVIERA, 1992; GUIMARÃES NETO, 2002; OLIVIERA, 2005; BARROSO, 2008; SOUZA, 2013) a colonização proposta era um pretexto à implantação dos grandes empreendimentos econômicos, que podia ser lido até mesmo pela configuração espacial que relegava percentuais inferiores de áreas à colonização do pequeno e médio produtor, “[...]mas consubstanciava o controle da distribuição das terras e do controle do mercado de trabalho, um projeto político de dominação social” (GUIMARÃES NETO, 2002:129

Neste projeto político de dominação social, o núcleo urbano desempenha um papel de extrema importância que, no caso de Alta Floresta, foi concebido com o esmero e a exigência de Ariosto da Riva. A área urbana, que incluía as áreas da cidade e reservas, aproximadamente 3.500ha, ou seja, 1,71% da área parcelada, teve o nível tirado a cada 10m, e após a interpolação, resultando na base, mais próximo do real, para subsidiar a elaboração do projeto urbanístico (DA RIVA, 2014). Todos os esforços foram envidados para formar o núcleo urbano de Alta Floresta, aliás, que seria o maior polo neste pequeno sistema urbano que se estruturava.

Nada se comparava a amplitude do sítio para implantação de Alta Floresta. Algumas foram as estratégias para uma rápida ocupação dos lotes urbanos. Em alguns casos, repetindo a mesma estratégia nas Colonizações Oficiais promovidas pelo INCRA, um lote urbano para quem tinha um lote rural (OLIVEIRA, 1992; DA RIVA, 2014), “a doação era mais um atrativo e artifício [inicial] para venda. Tão logo a cidade começasse a

funcionar, mais rapidamente seriam comercializados os lotes rurais restantes e seriam iniciados, gradativamente, os outros dois projetos previstos, [...] Paranaíta e Apiacás” (OLIVEIRA, 1992: 203).

Em outros casos, a obrigatoriedade, registrada em escritura, de se edificar em curto período de tempo. Por isso, como lembra Vicente da Riva (2015), eram, na realidade, comercializados por um valor quase que simbólico, “[...] nós vendíamos para você, se você não realizasse, agente ia lá é, ó, pega seu caminho que outro que vem atrás aí que quer fazer [...]” Em escritura, já se registrava a obrigação de edificar em um prazo máximo de 03 meses³⁷, perdendo o direito à propriedade no descumprimento desta obrigação. Aliás, a regularidade fundiária, como a qualidade das terras e a acessibilidade à gleba eram pontos positivos destacados para atrair os colonos.

A preocupação em ser regular antecipava até as leis existentes, como o caso da Lei Federal 6.766/1979, não promulgada, mas o ambiente de discussão da mesma foi

37 Valdir Sanches, em reportagem do Jornal da Tarde em 1977, relatava a velocidade com que aconteciam as construções de edifícios residenciais e comunitários: “Em Alta Floresta, uma casa só precisa de três dias para ficar pronta. Foi assim com a casa de Benedito Alves Brás, chefe de uma das muitas famílias que têm chegado de Terra Roxa, no Paraná. O alicerce, de cimento, demorou um dia: nos outros três, Brás e dois marceneiros contratados ergueram o resto, com tábuas compradas na serraria local.

As telhas, como o cimento, vêm de Cuiabá. Com 9.5000 cruzeiros, para pagar material, e os dois marceneiros, a casa ficou prontinha. [...]”

A zona urbana de Nova Floresta está com 80 casas, incluindo as de empregados da firma de Ariosto da Riva, a INDECO. Mas a oficina mecânica de Cícero Vieira da Silva já tem muito trabalho para atender aos 200 carros existentes na cidade, que pertencem aos moradores das zonas rurais e urbanas.

O hospital, feito de tábuas, tem aparelho de raio-x, laboratório de análises, farmácia e enfermeiras com vinte leitos. Mas um novo hospital está sendo construído, rapidamente. É de alvenaria e a primeira das três alas, para cinquenta leitos, está quase pronta.

O ginásio, também tem tijolos, está nos alicerces. E a rede de escolas rurais começou a ser feita. Serão doze escolas, uma a cada oito quilômetros”.

aproveitado pelos técnicos da Indeco, pois Vicente da Riva tinha feito “um curso com 02 advogados em São Paulo, sobre a lei, e os arquitetos já contabilizavam as áreas [públicas exigidas]. E contabilizávamos para fazer o registro”. Extrapolaram as exigências mínimas de área pública (35%) que, até o momento de implantação das infraestruturas, atingia 49,7%,

[...] porque nós não estávamos fazendo um loteamento, estávamos fazendo uma cidade. Então nós tínhamos o cemitério, área do zoológico, área do aeroporto, enfim, coisas que eram áreas que não necessariamente iriam ficar na mão da empresa, e aí a empresa transferiu [para o poder público] (DA RIVA, 2014).

O levantamento planialtimétrico detalhado permitiu identificar uma área mais alta e plana, o ponto de inicial para definição do o partido da estrutura urbana projetada. O projeto urbanístico foi estruturado a partir de uma plataforma longitudinal, delimitada pelas duas principais avenidas da cidade, formando um binário (Figura 12). É nesta plataforma onde se assentariam os Equipamentos Públicos, denominado pela Indeco de ECL – educação, cultura e lazer. Em toda a sua extensão, a ECL era.

[...] qualquer coisa ligada a esse eixo... Nos entremeios dos setores poderia ser ocupado. Você como particular, se quisesse fazer uma escola, eu poderia te ceder, fazer um comodato de 30 anos, você construía e tal... não existia uma rigidez, um fechamento, para a própria condição da iniciativa privada. Então nós sonhávamos com esse modelo. (*Idem*).

Figura 12: Partido Urbanístico de Alta Floresta – síntese. A – Topografia, setores, sistema viário. B – Setores e ordem de abertura. C – Área ocupada até 1980 e D – Situação da cidade na gleba. Fonte: OLIVEIRA, 1992.

Um projeto urbanístico elaborado a partir de claros princípios modernos, da tranquilidade de unidades de vizinhança configuradas a partir do traçado das vias (um tanto confuso, quando se refere à circulação geral), dos cul-de-sacs e as áreas verdes que permeiam os setores residenciais, à um zoneamento, definindo a zona da ECL na plataforma central, em seu entorno, um setor linear de comércio e serviços e, no entorno as áreas residenciais. O mais importante, ao menos à Colonizadora Indeco, era que o “desenho materializava o desejo de ordem, harmonia e felicidade pretendido pela colonização empresarial e ‘dirigida’” (OLIVEIRA, 1992:214)³⁸. O Jornalista descrevia no Jornal da Tarde, em janeiro de 1977:

Duas largas avenidas, a Leste e a Oeste cortam o perímetro urbano. A cidade está dividida em área residencial e área industrial, comportando esta, no momento, três serrarias, uma máquina de arroz, uma oficina de automóveis e outra para as máquinas da INDECO, uma marcenaria. E a usina de força

38 Acreditamos que a descrição do projeto urbanístico não cabe neste trabalho, que entende os projetos urbanísticos como a definição de um suporte físico de apoio aos objetivos e, enquanto mais um elemento no conjunto, permite lermos algumas intenções da(s) colonizadora(s) no contexto da construção de uma (micro)região. À propósito, Isabel Cristina Eiras de Oliveira (1992), no capítulo de seu mestrado, intitulado “Três Cidade Novas Desejadas e Desenhadas” consegue descrever e analisar, à luz de teorias urbanísticas, o projeto urbanístico e toda a estrutura urbana consolidada por meio dele.

termoelétrica, que está quase pronta e alimentará toda a cidade. Na zona residencial há três armazéns, o ginásio, o hospital e o prédio da administração, moderno e bonito; um dia, talvez brevemente, deverá ser o prédio da Prefeitura. Estão chegando à cidade duas agências de banco, a agência de correio; e sendo preparados o supermercado, o shopping center, depósitos de bebidas, de material de construção... (SANCHES, 1977).

Esta foi a realidade do núcleo urbano de Alta Floresta que se consolidava, desde o momento de abertura da clareira, com a chegada dos mateiros, e dos tratores D8 para abertura da floresta. Foi pensada e se firmava como o principal ponto de apoio no Projeto de Colonização da Indeco, além do que, “foi um dos projetos mais badalados pela imprensa e por parte dos intelectuais” (OLIVEIRA, 2005:112) Outros dois núcleos foram pensados, Paranaíta e Apiacás, que os idealizadores buscaram corrigir algumas configurações, entendendo as peculiaridades da urbanização brasileira e, agora, nos rincões do norte mato-grossense.

Em Paranaíta, o partido urbanístico baseou-se na concentração de parte do comércio, em contraponto a área comercial/de serviços de Alta Floresta, que se configura linearmente. O partido urbanístico de Apiacás dependeu muito mais do relevo, onde a presença dos elementos naturais era muito mais sentida no sítio, combinando áreas de concentração de determinadas atividades, outras dispostas linearmente, “uma área mais restrita, para um projeto mais modesto também” (DA RIVA, 2014). O que não era modesto, era a região que esses núcleos urbanos estruturavam.

4.1.1.3 Os percalços no Planejado

Uma época que meu pai chegou em Apiacás, outubro de [19]85, as ruas começadas 3 anos antes estavam todas feitas.. Quinze dias depois chegaram 20 mil garimpeiros, foi uma invasão. Um ano depois, eu fui com meu pai lá, no meio daquelas barracas. Meu pai reuniu com aquelas pessoas, subiu em uma caixa de cerveja e falou: olha, vocês estão aqui e podem trabalhar. Mas nós vamos organizar e vocês não vão criar dificuldades. O Severo, o topografo... vai entrar com as máquinas, organizar, e todos vão receber lotes. Mas essa bagunça aqui não vai existir! Nós desfizemos tudo, barraco, numa boa, nos éramos respeitados. Não tivemos nenhum problema. (DA RIVA, 2014)

Na história da Indeco e de seu território, o garimpo foi o que gerou maiores problemas, com transtornos de toda ordem: ambiental, urbanística, econômica e social, com passagens de violências – confrontos entre garimpeiros e a Colonizadora, registrada pelos diferentes veículos de comunicação no sudeste, assim como nas reflexões acadêmicas (SCHAEFER, 1985; GUIMARÃES NETO, 2002; OLIVEIRA, 2005; RIBEIRO, 2008).

Em tese, o motivo maior dos conflitos era a preocupação da Indeco com a estrutura econômica (agrícola) em processo de consolidação e o fato de que, o garimpo poderia atrair agricultores em busca de riqueza fácil, além dos prejuízos nas áreas agricultáveis. Para Ariovaldo Umbelino era muito mais que isso, era o

[...] discurso competente (e inverso) de Ariosto da Riva, construído sobre a lógica da colonização, do desenvolvimento agrícola, da fixação do homem à terra, convenceu muita gente. Só que a contundência do discurso não tinha correspondência econômica para os colonos no dia-a-dia. Na abertura dos lotes, a venda da madeira garantiu entradas monetárias que a produção agrícola não manteve. Assim, enquanto defendia a colonização e o trabalho

na terra, repudiava o garimpo do ouro, mas até os garçons dos restaurantes das cidades sabiam de histórias em contrário. O certo é que, enquanto cresceu o garimpo do ouro, a cidade cresceu. Com a sua decadência no início dos anos 1990, Alta Floresta, que havia crescido 15% na década anterior, chegou a 2000 com uma população de menos de 47.000 habitantes. Muito pouco para uma cidade que em décadas anteriores havia apresentado os mais espetaculares índices de crescimento do país. Certamente o ouro, de controle monopolista, sempre foi o principal gerador da riqueza em Alta Floresta. (OLIVEIRA, 2005:112).

Se a exploração do ouro proporcionou crescimento, a posição da Indeco, na época, foi registrada na época, no geral tudo foi um grande prejuízo,. Mas também não houve um consenso entre os diferentes agentes, como agricultores, comerciantes da cidade de Alta Floresta, é o que registram os trabalhos de Jatene (1983); Oliveira (1992) e Guimarães Neto (2002). A impressão era que o garimpo inflacionava o valor dos produtos, no comércio, como também os serviços. Dizem alguns que, até os dias de hoje, que o fato da corrida de táxi ter um custo alto, com o mínimo tabelado (para as pequenas distâncias de Alta Floresta, se formos comparar com a de outras cidades) em R\$ 15,00, é um dos resquícios desse tempo.

E se o garimpo inflacionava valores, o fenômeno dos altos índices de inflação na economia brasileira era outro fator que prejudicou, ao menos, a incerteza na definição do volume de investimentos.

Em 1980 a inflação chegou a 80%, até [19]79 ela era 15% ao ano, em 1980 ela chegou a 80%, e até [19]94, aqueles 14 anos seguintes, não baixou de 100% ao ano, o nosso País estava indo para o vinagre, certo, nós estávamos formando uma pátria de miseráveis, porque ninguém era recompensado pelo trabalho, a incerteza existia, e a esperteza reinava... Aqui se junta mais o

garimpo que é a existência do ouro, tá? Então desorganizou bastante o setor em si, certo? Então o garimpo e a inflação ajudaram a desorganizar, por quê? Porque o respeito diminui por tudo, certo?

Garimpo e inflação, materializados na (des)configuração da cidade, a migração desenfreada, resultando na ocupação de áreas livres (públicas e de proteção ambiental), a necessidade de expansão da malha urbanística para assentamento, em outras bases urbanísticas, desse contingente populacional (descapitalizado). Posteriormente, as gestões municipais e o não atendimento as diretrizes urbanísticas – venda de áreas públicas que, atualmente, impossibilita a realização de algumas políticas municipais pela falta terra para tal.

De Gleba Alta Floresta da Indeco, para Município de Alta Floresta, o certo é que não haveria condições da empresa resolver (e não deixar ocorrer) alguns dos problemas socioeconômicos e ambientais. É o “pecado original” da urbanização brasileira. E como bem pontua Isabel Eiras de Oliveira (1992), era um empreendimento privado, e o conjunto das ações ia até o limite do qual não gerasse prejuízos à empresa. Pois, desde o início, o que foi planejado foi o

[...] desenho para [uma] Alta Floresta [que] deveria corresponder ao desejo de colonizar, integrar, desenvolver, e para tal, oferecia garantias de ‘terra fértil, documentação sadia e acesso permanente’. A cidade [e o seu entorno rural] a ser projetada teria necessariamente, que corresponder a um planejamento moderno e que o permitisse ser bem sucedido idealmente. Por fim, era um empreendimento privado, tinha que dar, principalmente, lucro” (OLIVEIRA, 1992:205).

Após a morte de Ariosto da Riva e seu filho-sucessor Ludovido da Riva, a Indeco teve uma atuação mais restrita ao seu microterritório, com a atuação inscrita nos territórios de Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás, como imobiliária e locadora de máquinas (tratores, etc) para serviços gerais.

4.2 De Terras SINOP para Colonizadora SINOP

A COLONIZADORA SINOP S/A, com a experiência em trabalhos de colonização adquirida em mais de vinte anos, cujos resultados no Paraná são apresentados no quadro comparativo contido no anexo 1, o qual uma vez examinados, **a credencia por certo, que, no atender a convocação do Senhor Presidente da República**, nos trabalhos de integração da Amazônia ao complexo sócio-econômico brasileiro [...] COLONIZADORA SINOP, 197?:1; grifo nosso).

Assim a Colonizadora Sinop se apresentava (ao Incra e demais Instituições Públicas envolvidas), e era assim que era reconhecida pelos estudiosos, na décadas seguintes (SCHAFFER, 1985; SOUZA, 2004; GUIMARÃES NETO,). A seriedade e competência eram qualidades destacadas do Grupo, onde, não raro, mencionava-se a estrutura O Grupo Sinop, como registrava Schaffer, em 1985,

Sem dúvida, a larga experiência como colonizador favorece a Colonizadora Sinop S/A., permitindo-lhe evitar ou superar com mais facilidade erros comuns a colonizadoras que se lançam cegamente a colonizar imensas áreas, sem experiências e suporte financeiro adequado, assentando colonos indefesos e sem recursos e abandonando-os posteriormente à míngua. A localização da sede de Sinop é privilegiada: trata-se no momento do mais importante ponto de convergência de todo o movimento de transportes que demanda em direção ao Norte do Estado e mesmo para o Porto dos Gaúchos.” (SCHAFFER, 1985:67)

Toda essa competência e qualidade dos reconhecidos serviços do Grupo Sino – com destaque à Colonizadora, que era uma das empresas que compunham o Grupo e que trabalhavam articuladas, no desenvolvimento dos projetos de colonização, como as que contribuíam com as pesquisas, para desenvolvimento das culturas selecionadas, produção de álcool de mandioca, entre outros negócios do Grupo. A relação das empresas do Grupo, foram elencadas no Quadro 10.

Quadro 10: Grupo Sinop

Colonizadora Sinop S/A.
Sinop Terras S/A
Sinop Agro-Química S/A.
Imobiliária e Construtora Maringá Ltda.
Agro-Pastoril Celeste S/A.
Becker Consultoria de Empreendimentos Industriais Ltda.

Fonte: SCHAFFER, 19985. Organização: Doriane Azevedo.

Somada a isso, a própria estrutura da Colonizadora Sinop, composta por escritórios em diferentes cidades, inclusive as das cidades do Paraná que haviam construído em décadas anteriores. Eram esses escritórios que “sensibilizavam, sobretudo, os colonos dos três Estados do Extremo-Sul, com boa tradição agrícola (SCHAFFER,1985: 61). Ainda existiam os diferentes Departamentos – de Projetos Técnicos a Internacional, e escritório de meteorologia. Toda essa estrutura, inclusive com nomes de seus funcionários, técnicos e diretores, eram divulgados nos inúmeros relatórios e documentos de divulgação propagandístico que a Colonizadora Sinop lançava. Abaixo, organograma da época (Figura 13).

Figura 13: Estrutura Organizacional do Grupo Sinop. Fonte: Colonizadora Sinop (1974, 1977). Organização: Doriane Azevedo.

Em que pese as particularidades do Projeto de Colonização do Grupo Sinop, para a Gleba Celeste, ao enfrentar o norte de Mato Grosso e Amazônia, passaram pelos menos problemas que a Indeco, quanto à dificuldades com algumas culturas escolhidas inicialmente, mesmo com todo o aparato tecnológico que, na época, puderam dispor (por meio de suas empresas, ou ainda convênios com Instituições externa a ela), como também fez a Indeco).

E esta situação não ocorreu apenas com os agricultores. Até mesmo o Grupo teve prejuízos, devido aos grandes investimentos em Usina de Álcool de mandioca, que anos depois teve que ser desativada tanto pela dificuldade da cultura na região, como também problemas logísticos que envolviam a mandioca.

Mas, o grande desta da Colonizadora Sinop, para os objetivos deste trabalho, estão relacionadas com a proposta apresenta e aprovado pelo Incra, para o Projeto de Colonização da Gleba Celeste – e a aplicação do urbanismo rural, defendida pelo Ministério da Agricultura/Incra.

4.2.1 A Organização Territorial da Gleba Celeste

Dados do Incra mostram que a Gleba Celeste foi colonizada em cinco etapas, uma primeira teve o projeto aprovado em 1972, as outras quatro, em 1976 e a última, em 1981, evidenciando o sucesso do empreendimento, quanto à procura dos colonos por terras em Mato Grosso (Quadro 11). A área de abrangência dos mais da Gleba com mais de 600.000ha pode ser verificada no Mapa 7: Colonizadora Sinop – Gleba Celeste.

Quadro 11: Projetos de Colonização Particular em Mato Grosso – Colonizadora Sinop S.A.

EMPRESA	NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	ÁREA DO PROJETO	Nº LOTES URBANOS	Nº LOTES RURAIS	Nº PORTA RIA	DATA
Colonizadora Sinop S.A.	Gleba Celeste I	Sinop	67.597,86		538	175	04/08/1972
	Gleba Celeste II		71.826,78		910	685	12/05/1976
	Gleba Celeste III		67.274,82		1355	157	29/01/1976
	Gleba Celeste IV		129.358,627		461	1290	03/12/1976
	Gleba Celeste V		113.146,84	2.412	815	15	18/08/1981

FONTE: INCRA, 2015; MORENO, 2007. ORG. AZEVEDO, 2015

O parcelamento baseou-se em dois tipos de parcelas, com as seguintes características :

a)Tipo A – igual ou maior que 120 ha, que poderia ser subdividida em vários tipos de culturas (subsistência – 10ha; arroz – 20ha; pimenta do reino – 10ha e criação de gado de corte – 60ha). Era previsto, ainda, 20ha para áreas de reserva de recursos naturais e reflorestamento.

b) Tipo B, variavam de 25 a 50ha, especialmente voltadas às culturas de “subsistência para o abastecimento da Gleba, incluindo as agro-vilas, cidades (Agrópolis) e a cidade de Sinop (Rurópolis). Deveriam explorar culturas que poderiam ser exploradas em áreas menores, como a menta e pimenta-do-reino.

MAPA 7 - PROJETO DE COLONIZAÇÃO - COLONIZADORA SINOP

Todo o funcionamento do Projeto de Colonização baseava-se, na época, a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém, pois “a abertura da Rodovia, vem sendo feita a passos largos unindo a Gleba a Cuiabá [...] 700 homens trabalham na abertura de estradas de penetração na Gleba, bem como no serviço topográfico” (COLONIZADORA SINOP, 197?).

O planejamento da estrutura microrregional e urbana da Gleba Celeste pautava-se na no “Plano de Urbanismo Rural” que, em 1973, era consubstanciado em documento oficial do Governo Federal (SOUZA, 2004:127). O urbanismo rural então, forneceu as diretrizes à estruturação de um microssistema urbano na região, destacando Sinop, Santa Carmen e Vera e que contaria com:

[...] 15 agro-vilas, 2 pequenas cidades (cidade Vera e cidade Carmem³⁹ que corresponderão às Agrópolis preconizadas para a Transamazônica com previsão de 1.000 habitantes cada. Uma cidade maior (cidade de Sinop) com previsão para 20.000 habitantes, que corresponde à Rurópolis. Esta cidade constituirá no Polo, para a região e comportará toda a infra-estrutura sócio-econômica [...] (Colonizadora Sinop, 197?:34).

Figura 14: Na sequência da esquerda para direita – Sinop, Santa Carmem e Vera. Fonte: Colonizadora Sinop, 1974. Montagem: Doriane Azevedo.

³⁹ Posteriormente, mais uma agrovila foi construída pela Colonizadora Sinop – Vera.

Toda essa estrutura em rede, as ações da Colonizadora e do Grupo Sinop, somada as vantagens locacionais, permitiu que , em pouco tempo Sinop transforma-se no polo regional para o qual foi projetado – acima das expectativas, em curso período.

O Grupo Sinop, e a Colonizadora, transferiram-se para Mato Grosso, fixando-se em Sinop. Após dificuldades sofridas com alguns negócios que não vingaram, o falecimentos dos sócios (Ênio Pipino e João de Carvalho), no mesmo dia e ano, exigiu readequações internas. Atualmente, o Grupo destaca-se no setor imobiliário, com atuação em toda a região no entorno imediato, incluindo Matupá e Guarantã do Norte , e também em Cuiabá, como explicou Luís Otávio de Carvalho (CARVALHO, 2014).

4.3 Grupo Ometto e a Agropecuária [e Colonizadora] Cachimbo

Na década de 1980, no País, era conhecida a diversificação dos negócios da Família Ometto. Da imagem ligada ao álcool, construída em diferentes cidades do interior de São Paulo, consolidando uma porção do território do interior de paulista como um dos mais produtivos canaviais. Consolidaram-se e ultrapassaram “os limites” do Estado de São Paulo.

Novas fazendas foram abertas, agora em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Em Mato Grosso, foi a (conturbada) experiência com a Fazenda Suiá Missu, no leste de Mato Grosso, experiência incorporada no planejamento de empreendimentos posteriores, como foi o caso em Bodoquena, Jaíba, Araguaína e Matupá. Assim, os Ometto tornaram-se empresários notáveis a nível nacional. Sozinhos ou associados a grupos importantes [...] (GORDINHO, 1986:126).

Margarida Gordinho, em algumas oportunidades (1986, 2002), destacava uma das particularidades da família, um padrão encontrado nos diferentes empreendimentos – os arranjos acionários entre os membros, embora com composições diferentes, de alguma forma estavam trabalhando em conjunto. “São projetos de pecuária extensiva, reflorestamento, aproveitamento do cerrado ou cultivo de cereais, desenvolvendo novas fronteiras de produção de alimentos, atuando como pólos de desenvolvimento em áreas mais distantes do país”. (GORDINHO, 1986: 127).

Esta particularidade é vista também na firma criada para estar à frente de um novo empreendimento no norte de Mato Grosso– a “Agropecuária do Cachimbo S.A.”, que, conforme quadro acionário registrado na SUDAM, demonstra os arranjos familiares (Quadro 12).

Quadro 12: Composição Acionária da Agropecuária do Cachimbo S/A, em 1964

ACIONISTAS	%	MEMBROS DA FAMÍLIA OMETTO
Cia. Industrial e Agrícola Ometto	30,0	Luiz Ometto, João Ometto, Virgínio e Antônio Ometto
Cia. Industrial e Agrícola São João	30,0	Hermínio Ometto e João Ometto Sobrinho (principais acionistas)
Usina Santa Lúcia S/A	16,5	Inez Ometto Zancaner, Narciso Ometto, Almerinda Ometto Colombo e Maria Ometto Ferraz
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S/A	16,5	Inez Ometto Zancaner, Narciso Ometto, Almerinda Ometto Colombo e Maria Ometto Ferraz
Usina Boa Vista S/A	7,0	Luiz Ometto, João Ometto, Virgínio e Antônio Ometto.

FONTE: TAFNER&SILVA,2012::21. ORG.: AZEVEDO, 2015.

4.3.1 Estratégias na Construção de um Modelo de Desenvolvimento Regional

Os representantes da Agropecuária do Cachimbo não fixaram residência na região mas, dos sócios, no novo território, Hermínio Ometto será quem mais se destacava no Grupo, pela presença no território e no acompanhamento da implantação do Projeto de Colonização.

Não tivemos informações referentes à estruturação organizacional da empresa, mas os relatos de antigos funcionários e o registros constantes de documentos técnicos evidenciam que, para tal empreendimento, a estratégia da Agropecuária do Cachimbo foi contratar os serviços do Eng. João Carlos de Souza Meirelles, do escritório Fronteira Norte – Engenharia de Desenvolvimento S/C Ltda e, dos

Arquitetos e Urbanista Cândido Malta Campos Filho e Luis Carlos Costa, por meio da Urbe – Planejamento, Programação e Projetos S/C Ltda, ambas empresas de São Paulo e colocaram à disposição todo *know-how* para planejar o Projeto de Colonização(Figura 15).

Figura 15: Organograma – responsáveis pelo Projeto de Colonização Agropecuária do Cachimbo. FONTE: MEIRELLES, 2015; URBE, 1983. ORG: AZEVEDO, 2015

Tanto Hermínio Ometto quanto João Meirelles integraram a Associação dos Empresários da Amazônia e vinham de outras experiências em Mato Grosso. Aprenderam muito – desde os conflitos com indígenas e posseiros, à exploração acompanhada de impactante degradação ambiental. No início da década de 1980, era possível fazer alguma avaliação das experiências anteriores, e entender alguns equívocos constantes das estratégias definidas. E assim, junto à construção desse novo território no norte de Mato Grosso, com 207.000ha (Mapa 8).

[...] veio a preocupação do presidente desse grupo que era o Hermínio Ometto, [Figura 16][sobre] a necessidade de fazer alguma coisa justamente no modelo que a gente pregava [na Associação dos Empresários da

Amazônia], Ermínio Ometto havia sido presidente dessa associação antes de mim. O sucedi com essa nova formatação e ele achou que devia fazer alguma coisa, e ficou preocupado, porque, por ser um entroncamento importante, de uma futura rodovia, [BR] 080 não havia sido aberta até aí, mas, **havia um ruído, que o INCRA ia fazer um assentamento ali, como de fato fez ao norte, Garantã do Norte, e que portanto ia ser uma oportunidade de fazer uma coisa bonita, bem feita, era um pouco de idealismo deles** . Fiz uma associação com eles, ao colocar todo o meu pessoal de engenharia para fazer o projeto. Isso foi feito, em [19]83, [19]84, quando inauguramos Matupá. E, o que é que nós fizemos para o assunto Matupá? O modelo é semelhante aos outros, mas no caso particular de Matupá, em primeiro lugar, havia a existência de **uma área rural, que pudesse receber uma quantidade expressiva de colonos**, com suas famílias. Uma cidade, por estar num entroncamento rodoviário como aquele, que não cometesse os erros que haviam acontecido em muitas outras. [...] A primeira providência foi **decidirmos juntos o tamanho dessa cidade**. Ela pode nunca chegar lá, mas foi **projetada para 300.000 habitantes**, Matupá tem projeto de expansão possível para até 300.000 habitantes. Começou com uma área muito menor, para cerca de 30, 35 mil habitantes, com um desenho muito bem feito, por uma equipe de urbanistas da USP aqui de São Paulo, o Luis Carlos Costa, e o Candido Malta. (MEIRELLES, 2014; grifo nosso).

Figura 16: Planejamento do Projeto Agropecuário do Cachimbo. Presença de Hermínio Ometto e Eng. Meirelles. Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Matupá.

Para viabilizar o empreendimento, a Agropecuária do Cachimbo já tinha solicitado da SUDAM, recebendo incentivos fiscais fornecidos pelo governo federal, para estabelecer um projeto de criação de gado, na ordem de Cr\$76.837.510,00, em terras que foram apropriadas pelo Governo Federal/ Exército (TAFNER & SILVA, 2012: 2), números registrados até o início dos anos de 1980.

Apesar de contar com recursos, para se implantar tal Projeto Agropecuário e de Colonização, as dificuldades eram muitas e, mesmo após abertura da BR-163, a pavimentação existia até Sinop. Nas proximidades do cruzamento entre as BRs 163 e 080, uma pista de pouso construída pelo 9º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) para apoio à região. A ponderação entre as dificuldades enfrentadas⁴⁰, a viabilidade de infraestruturas,

[...] então, esse tipo de projeto requer um pesado planejamento, a partir das circunstâncias, digamos assim, climáticas da região [entre outras], é viável ter, agricultura, pecuária, extrativismo, o que é viável? Se você não tiver esse conceito do que é viável você vai fazer um negocio do tipo quarteirão português 100 por 100, 100 por 100, não tem, por exemplo, o que que é, se eu tiver que fazer, você vai ver a diferença [...] (MEIRELLES, 2014)

40 “Então digamos assim, Matupá foi um modelo importante, dentre os outros que a gente viu em Mato Grosso, como foi Alta Floresta também, e que nos imaginávamos que fosse um modelo que pudesse ser replicado no eixo da Cuiabá-Santarém, no estado do Pará, infelizmente não foi, então só pra imaginar as dificuldades nossas no começo aqui, nos fomos de avião até a base da Cachimbo que é no Pará, logo depois da divisa, porque não tinha condições, porque o pessoal aqui tinha um avião a jato, e o jato não pousava nas pistas pequenas que nós tínhamos nas fazendas que eles estavam abrindo, e nem naquela pista menor que nos tínhamos na cidade de Matupá, do que seria a cidade de Matupá, então de lá pegávamos um avião menor pra percorrer isso, sempre distancia muito grande [...]”, essa foi uma das passagens, em muitas existentes na história de colonização do norte de Mato Grosso, como narra João Meirelles (2014).

A diferença entre o quartirão português e a proposta da Agropecuária do Cachimbo estava em, incorporar no planejamento “os ruídos” das ações do INCRA, que se concretizaram após com os Assentamentos do Braço Sul e Garantã do Norte, na porção norte, sendo destacadas áreas à colonização. Do cruzamento da BR-080 (mesmo incompleta), cruzando com a BR-163, existia a possibilidade de utilizar a infraestrutura do porto de Santarém escoamento da produção, e se tornou o ponto à implantação do núcleo urbano, estratégico nesse entroncamento, usufruindo de todo um fluxo que poderia existir, e ainda servindo de ponto de apoio (ver Figura 17).

Figura 17: Limites da Gleba do Cachimbo. Em Azul Rios Peixoto e Peixotinho. Em vermelho, Rodovias BR-163 e 0-80 (atual MT-322). Fonte: Acervo Sérgio Nogueira (2015) sobre base Google Earth 2015.

Ao analisarmos o Quadro 13 dos 207.000ha, pouco mais de 56% (116.064,25ha), foram disponibilizados para o Projeto de Colonização. A relação entre áreas dos projetos e quantidade de lotes (sem exclusão de áreas para infraestrutura e mesmo do núcleo urbano), seria lotes variando entre 40, 50, 60 até 250ha, mas Sérgio Nogueira comenta que existiam lotes de até 2ha, ao longo da antiga BR-080, por exemplo.

Quadro 13: Projetos de Colonização Particular em Mato Grosso – Agropecuária do Cachimbo

EMPRESA	NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	ÁREA DO PROJETO	Nº LOTES URBANOS	Nº LOTES RURAIS	Nº PORTARIA	DATA
Agropecuária do Cachimbo	Matupá	Matupá	38.212,16	1815	912	11	25/05/1984
	Matupá II		44.580,83		182	10	16/06/1986
	Matupá Gleba I		17.445,48		321	11	10/05/1988
Agropecuária do Cachimbo	Gleba H	Matupá	9.884,48		162	11	29/05/1984
	Glebas A, B, C, D, E, U e X		5.941,30		125	9	24/07/1985

FONTE: MORENO, 2007, INCRA, 2015;. ACERVO SÉRGIO NOGUEIRA ORG. AZEVEDO, 2015.

A área de colonização foi demarcada na porção norte da Gleba, evidenciando a estratégia anunciada por Meirelles (2015) de conceber um projeto de colonização privada que dialogasse com a colonização oficial por meio dos Projetos de Assentamento do INCRA (PA Braço Sul, Padovani e São José União). Por meio da Figura 18, podemos observar as diretrizes que nortearam o Projeto de Colonização, João Meirelles explica o modelo desenvolvido pela parceria Agropecuária do Cachimbo e a Fronteira Norte Engenharia:

Qual é o modelo que nós desenvolvemos? Você precisa ter uma área que você imagina o tamanho, que seja compatível com o custo de implantação, com o custo de transporte de quem mora na região e depois o tamanho das propriedades que tem que **ser crescentes a partir do núcleo urbano. Em torno do núcleo urbano você precisa de pequenas chácaras em que alguém vai produzir verdura, legumes, leite, aquelas coisas pequenas que sustentam o abastecimento da cidade. Depois propriedades médias, depois propriedades grandes, consoantes a vocação de cada uma das regiões em que a gente trabalha [...]** (MEIRELLES, 2014; grifo nosso)

Figura 18: Em laranja, polígono das áreas de Implantação dos Projetos de Colonização. O círculo preto demarca a área do núcleo urbano. Fonte: Sérgio Nogueira (2015). Intervenção da autora.

4.3.1.1 O núcleo urbano – o Polo Regional

Matupá, o núcleo urbano foi concebido como polo regional. A leitura complexa da região, especificamente da “importância estratégica do entroncamento das BRs 163 e 080, a nível macro-regional” (URBE, 1983). É esta implantação estratégica que permitiria conceber essa cidade

[...] como um elemento urbano de destaque que, juntamente com os demais elementos de infra-estrutura de comunicações e serviços, irão constituir o esqueleto básico de uma estrutura territorial que definirá a matriz organizacional daquele espaço regional para o ano 2.000 [...] A definição precisa do sítio para a implantação inicial da cidade e sua

expansão foi feita a partir destes condicionantes físicos e observando três critérios básicos: .utilização máxima da acessibilidade proporcionada pelas BRs 162 e 080 e, como consequência, maior proximidade possível do entroncamento das duas rodovias; . garantia de possibilidade de expansão de área urbana, de forma fácil e gradual; . evitar que as rodovias 'cortem' a área urbana de ocupação densa, criando problemas de travessia. (URBE, 1983:6; 16)

Cândido Malta (2011), alertava para alguns pontos primordiais da concepção de Matupá -03 características básicas, buscadas desde a concepção até a implantação. Em primeiro lugar, ele estava falando sobre a cidade apresentar “um caráter de centro urbano dinâmico, moderno e acolhedor”, que somente seria alcançado a partir da constituição de um centro que pudesse abrigar diferentes atividades (político-administrativas, de comércio e serviços, culturais, entre outras) de importância regional. Concomitante, a existência de um “setor de atividades econômicas regionais [...] com fácil acesso e visualização desde as estradas de cujo entroncamento nasce a cidade” (URBE, 1983:8). Destacava, ainda, requisitos quanto à qualidade das condições de micro-clima das áreas residenciais, do centro urbano e das vias, do ordenamento da paisagem urbana e de um padrão adequado de serviços urbanos.

Uma outra característica seria atingir padrões de eficiência funcional e econômica superior, coordenando os procedimentos de implantação urbana alinhados a busca da redução de custos, ligados a subutilização de áreas habitadas, de equipamentos urbanos e comunitários. Para isso,

[...] o parcelamento e equipamento, sua ocupação e edificação e seu uso efetivo se darão de **forma controlada, tanto no espaço como no tempo**, conformando em cada fase de implantação da cidade um conjunto de áreas plenamente constituídas e utilizadas, física e funcionalmente articuladas em um plano urbano harmonioso (URBE, 1983:9; grifo nosso)

Por fim, o “caráter de flexibilidade da estrutura”, vinculando-se a obtenção de um “conjunto urbano coeso” cotidianamente. É a base do partido urbanístico, um “conceito de estrutura urbana flexível ajustado às possibilidade do sítio urbano e aos condicionantes regionais” (URBE, 1983:10).

A estrutura urbana é conformada por uma base, sítio das atividades regionais e que está ligada diretamente aos eixos rodoviários. Conectado a esta base, o tronco, configurado como um centro urbano linear. É deste tronco que se desprenderiam partes que abrigariam as áreas residenciais. Estas teriam crescimento flexível, “com organização, densidades apropriadas a sua função, sobre os sítios⁴¹ mais propícios” (*Idem*:11).

O conjunto urbano coeso também estaria associado com a não criação de vazios urbanos, que somente aconteceria com a ocupação efetiva dos sítios abertos, e novas unidades urbanas seriam liberadas somente após a consolidação de cada segmento.

⁴¹ A preocupação com as características ambientais são destacadas ao se referirem aos “sítios”, foi são entendidas como os interstícios entre vales e principais linhas de drenagem, “partes mais sensíveis cuja preservação é essencial para a conservação do solo e do sistema hidrográfico e para a manutenção de cortinas de floresta natural que dão o caráter amazônico à paisagem urbana. O crescimento de cada uma dessas ‘penínsulas’ ou ‘ramos urbanos’ deveria ocorrer mantendo-se sempre sua vinculação ao conjunto da cidade através de um sistema de vias e redes de infra-estrutura capazes de comportar os fluxos, principalmente de pessoas e veículos, indispensáveis ao cotidiano da vida urbana” (URBE, 1984:12).

Toda essa estrutura urbana projetada seria suporte a implantação de uma rede de infraestruturas. Meirelles explica que, nas cidades novas, era a primeira modelagem, que iniciava com o conceito de “saneamento elementar”, na impossibilidade de implantação de uma rede de saneamento, era prestada orientação técnica sobre a implantação e construção de fossa séptica e poço d’água, conforme os estudos de solos realizados. A rede de energia elétrica era fornecida desde o início, diferenciando depois, as fontes que poderiam melhorar com o tempo – a primeira, à diesel, mas se precisasse, apoiava-se em parte da produção das serrarias, que podiam fornecer cavacos de madeira, e que poderiam ser transformados em energia elétrica.

Desde o início, como previsto no Plano, a implantação e consolidação do núcleo urbano teriam compartilhadas as responsabilidades, com expectativas, das ações, contando com a atuação do Poder Público na cidade, ao menos em níveis: SUDAM e a possibilidade de destinação de incentivos ao desenvolvimento da Amazônia; o Governo do Estado, que por meio da CEMAT – Centrais Elétricas de Mato Grosso e da SANEMAT – Saneamento de Mato Grosso, forneceriam da energia elétrica e dos serviços de saneamento básico (água e esgoto) e, claro, na época, a Prefeitura de Colíder, na execução e manutenção da pavimentação das vias, do sistema de escoamento de águas pluviais, da iluminação pública, da coleta de lixo, do cuidar dos parques e jardins. (URBE, 1983:2).

A infraestrutura básica, como definida em lei, estava sob a responsabilidade dos empreendedores privados - a Agro-pecuária e Urbanizadora Cachimbo e a Fronteira Norte – Engenharia de Desenvolvimento S/A Ltda, que .com o auxílio dos equipamentos pesados que os Ometto já tinham na região, realizou-se a implantação de todo o sistema viário rural, e toda implantação do sistema urbano, e a infraestrutura fundamental pra esse sistema urbano, a montagem da geradora de energia elétrica a diesel, uma estação rebaixadora, com uma rede elétrica (MEIRELLES, 2014).

Matupá foi pensada como um processo, tendo como referência “metas populacionais e não de datas de tempo futuro” . Assim, até mesmo o projeto urbano respondia a essas expectativas, detalhando, para um primeiro momento, a estrutura urbana para até 12.500hab. Mas também foi elaborado o Plano Diretor, desenvolvido “em nível de partido básico, zoneamento e legislação de parcelamento para a meta de 100mil hab”, mas que ainda previa uma área de expansão urbana⁴² que poderia abrigar entre 200 a 300.000hab (Figura 19).

⁴² A Para a grande maioria das cidades, zonas de expansão urbana se tornam um problemas, devido ao uso rural em curso, e por apresentarem um configuração de pequenas parcelas que abrigam, como sítios e chácaras. Diante desta situação, considerando que a área reservada à “expansão urbana” seria destinada ao uso rural, até o momento que fosse demandado, duas orientações definidas em conjunto (Cachimbo/Fronteira Norte e Urbe) foram estabelecidas pelo Plano Diretor: 1ª, a “área futuramente urbana para a meta dos 100mil habitantes, fosse reservada sem ser loteada pra fins rurais” e 2ª somente seriam permitidas “loteamentos de glebas inteiras que correspondem às zonas habitacionais, centrais e especiais previstas no P.D.U” (URBE, 1983:3)

Figura 19: Plano Urbanístico de Matupá. Acervo: URBE/Cândido Malta.

Em síntese, para cada etapa de desenvolvimento previsto (enquanto Núcleo Urbano, seria responsabilidade da Urbanizadora; enquanto Distrito, por conta da Prefeitura de Colíder e, posteriormente, quando sede do futuro Município de Matupá), a legislação urbanística formulada previa duas versões: uma primeira, registrada nas escrituras, as “Normas Gerais”, e a segunda, a versão Lei, que seria aprovada pela Prefeitura de Colíder e/ou de Matupá. Ambas estabeleciam um zoneamento urbano, estabelecendo preocupações de articulação entre as partes, como apresentado no Quadro 14:

Quadro 14: Plano Diretor Urbano Matupá - Zoneamento Urbano			
ZONAS	CARACTERÍSTICAS	ELEMENTOS ESTRUTURADORES BÁSICOS	OBSERVAÇÕES
Zonas Centrais	Abrigar uma grande concentração de equipamentos comerciais e de serviços com variadas dimensões e graus de especialização e espaços públicos de convergência (encontro e reunião) à cidade, organizando em torno de grandes espaços públicos	<ul style="list-style-type: none"> - Praça da Rodovia; - Praça Cívico- Cultural; - Praça da Igreja; - Praça do Mercado; - Eixo de circulação e recintos para pedestres; - Lotes 15x30; 15x15 - 	<ul style="list-style-type: none"> - valorização do espaço público e circulação (interna) para pedestres; - diretrizes edilícias para criação de conjunto urbano (galerias cobertas); - diretrizes para composição de quadras, prevendo pátios internos comuns;
Zonas de Uso Regional	Abrigar instalações de unidades comerciais atacadistas e de grande porte e equipamentos e serviços e instituições de âmbito regional (complexo rodoviário, hospital)	<ul style="list-style-type: none"> - Rodovias Federais (163 e 080) - Lotes 1.000m² - Áreas livres (jardins e lazer) 	<ul style="list-style-type: none"> - fácil ligação às zonas indústrias e zona central; - pensada em etapas: primeira, ocupação da base, segundo, áreas à esquerda da BR-163; - traçado retilíneo e ortogonal, para facilitar acesso à BR-163.
Zona Governamental	Abrigar sedes e agências locais e regionais de instituições públicas, administração pública e empresas de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Edifícios; - Praça Cívica (Zona Central) - Lotes 800m² 	<ul style="list-style-type: none"> - localização contígua à Zona Central - Fácil conexão com estação rodoviária e BRs
Zonas Habitacionais	Abrigar as residências da grande maioria dos habitantes de Matupá, bem como os equipamentos de comércio, serviços e lazer de âmbito local	<ul style="list-style-type: none"> - Lotes padrão 300m² (12x25m) – áreas de maior densidade; - Lotes 800m² (20x40) e 450m² (15x30) e, áreas de densidade, na proporção 1:3, respectivamente. 	<ul style="list-style-type: none"> - definido dois padrões de ocupação: 45hab/ha (exclusivamente residencial) e 90hab/ha com proporção de outros usos - traçado viário restringe tráfego de passagem no interior das zonas habitacionais, criando passagens exclusivas para pedestres e ciclistas.
Zonas Especiais	Abrigar equipamentos de âmbito	- Parque de Exposição	- Previa, ao longo da BR-080,

Quadro 14: Plano Diretor Urbano Matupá - Zoneamento Urbano			
ZONAS	CARACTERÍSTICAS	ELEMENTOS ESTRUTURADORES BÁSICOS	OBSERVAÇÕES
	regional, que exijam grande áreas e ocupação com baixa densidade (estádios, parques, universidades, aeroporto)	Agropecuária; - Jardim Botânico	Zonas de Uso Especial, mesclando usos urbanos /rurais, como Escola Técnica Agrícola, futura universidade, sede Embrapa, clubes de campo e pesca.

FONTE: URBE, 1983. ORG.: AZEVEDO, 2015.

4.3.1.2 O Suporte das Infraestruturas Econômicas e Sociais

Todo o conjunto de infraestrutura econômica e social – planejadas e implantadas na etapa de responsabilidade da Urbanizadora foi importante para uma das fontes de recurso daquela região, que eram as empresas agropecuárias, inclusive da própria Agropecuária do Cachimbo. Todos esses empreendimentos valiam-se de comércio e serviços que se constituía e consolidava no núcleo urbano de Matupá.

Meirelles esclarece que era uma premissa da Colonizadora de ser o responsável por comércios, entre outros. Para ele, este tipo de estratégia adotada por muitas empresas – de serem os responsáveis pela implantação de comércios, armazéns –, era um erro, “chama alguém [que] faz um armazém e você compra dele, para viabilizar que as pessoas se desenvolvam no lugar”⁴³. Para viabilizar as condições de

⁴³ Este relato encontra ressonância no depoimento de Vera Lúcia da Silveira, que era mais conhecida como “Vera da União”, proprietária da Casa de Materiais de Construção União. Comenta, inclusive, como eram (os comerciantes e prestadores de serviço) a realizarem cursos (junto ao Sistema “S”). Em um deles, em São Paulo, era

um ambiente empreendedor entre os novos moradores, até mesmo habitação (temporária) eram disponibilizados para aqueles que quisessem permanecer, como para “o comerciante que quisesse montar lá um supermercado” mas ainda não tinha casa. A ideia era trazer o pessoal que vai dar suporte, ou seja, você criar isso, e depois criar um suporte rural que dava sentido ao tecido que você precisa construir⁴⁴ (MEIRELLES, 2014).

Dentre as infraestruturas sociais, mesmo com as dificuldades, eram formuladas alternativas que viabilizarem a implantação desses equipamentos em Matupá, como escola e hospital. Com relação ao assunto saúde, Meirelles lembra-se da dificuldade em se viabilizar o hospital. A de uma unidade com 70 leitos na época, foi a parte mais fácil, o difícil foi conseguir médicos⁴⁵ para se estabelecer em Matupá:

Não tinha como levar, oferecia o que tivesse de dinheiro, ninguém queria ir. Enfim, eu tinha que trazer médico de onde havia, que era no sul do País, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, ninguém queria ir. Então, nos fizemos uma, [...] um acordo com a Faculdade de Medicina da Unesp, aqui em Botucatu, que é onde eles tinham um curso de medicina tropical, então nós fizemos um ajuste aqui com pessoal do curso de medicina tropical, que no fundo é epidemiologia, e disse o seguinte: olha, vocês tem que fazer residência médica, eu ofereço para um residente estar lá durante o tempo que vocês quiserem [...] nós levamos o residente e o professor, e levamos um professor a cada vez que precisar [de avião], não tem problema

conduzido por um dos Omettos. Vera da União, hoje moradora de Sinop, foi companheira de uma das viagens Cuiabá-Matupá.

⁴⁴ Destaca-se que o primeiro hotel construído pela Agropecuária do Cachimbo, climatizado, sem ar condicionado, usando técnicas de circulação aero dinâmica, mas que serviram de suporte para a hospedagem dos visitantes de forma geral, e aqueles que precisavam de uma habitação temporária para se estabelecer. Este edifício, posteriormente, foi doado à Prefeitura Municipal, para implantação de Equipamento de Educação, ainda sem uso até os dias atuais, como informa Sérgio Nogueira.

⁴⁵ Meirelles comenta: “[...] essa história aí de mais médicos, mal feita, mas tem todo sentido”.

[...] E foi o que foi feito, então depois do quinto médico, que já é médico né? Já está fazendo só a residência, depois do quinto médico nós conseguimos um, porque a oferta pra eles era o seguinte: vocês vem pra cá, digamos assim, e ainda continuariam amparados pela faculdade ainda aqui como médicos [...], nós pagamos um salário, damos uma casa, o hospital é doado pra você e ainda por requinte, essa mudança que [es]ta aqui eu também dou, pra você poder fazer sua vida aqui, e fazia, ficava milionário porque ao lado [es] tava o garimpo, que pagava em pipeta de ouro, depois de muita dificuldade conseguimos instalar um médico aqui só pra você perceber as dificuldades todas (MEIRELLES, 2014).

4.3.2 Questões Conjunturais: Projetos de Assentamentos, Garimpos, Ocupações de Terras e Desapropriações de Terras do Cachimbo

A política do Governo Federal, em promover Assentamentos Rurais desde a promulgação da Lei de Terras, continuava com o INCRA nas décadas seguintes. Em Mato Grosso, a porção mais ao norte, no entorno da BR-163, muitos foram os PAs, alguns, que afetaram direta e indiretamente o Projeto de Colonização da Agropecuária do Cachimbo foram reunidos no Quadro 15.

Quadro 15: Projetos de Assentamentos (Área e entorno Agropecuária do Cachimbo) – Situação Atual

NOME PA	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA PA	CRIAÇÃO	FASE DO PA
PA BRAÇO SUL	1886	115050	30/03/1981	Consolidado
PA CACHIMBO	918	51.933,9337	29/12/1995	Consolidado
PA SÃO JOSÉ UNIÃO	1050	60.503,8988	05/12/1996	Criado
PA PADOVANI	433	299.69	13/11/1997	Em Instalação
PA CACHIMBO II	768	49.811,0574	10/02/2000	Criado

Fonte: Superintendência Regional Mato Grosso - SR 13, 2015. Org. AZEVEDO, 2015.

Para as estratégias do Projeto de Colonização da Agropecuária do Cachimbo, esta ação era cogitada, e foi incorporada na definição das diretrizes do parcelamento da

Gleba, como foi o caso do Projeto de Assentamento Braço Sul, criado em 1981, limitando-se à oeste da área do Cachimbo, e os PAs São José União e Padovani, à leste, criados em 1996 e 97, respectivamente. Todos esses, em diferentes fases (consolidado, criado e em instalação).

Da área remanescente da Gleba do Cachimbo, que não foi inserida no Projeto de Colonização, permaneceram “grandes áreas sob sua propriedade, identificadas pelas fazendas São Luiz, Matupá e São José, as quais são formadas por grandes parcelas de pastagens entre extensas reservas florestais” (SOARES FILHO, 1998:137). Continua Britaldo Soares Filho:

Entretanto, estas reservas passaram a constituir um problema, devido às inúmeras invasões por pequenos grileiros, como as ocorridas na região oeste na Serra Formosa em 1993. Essas invasões foram empreendidas por uma leva de ex-garimpeiros, que informalmente contaram com o apoio do então prefeito de Peixoto de Azevedo. Eles ocuparam as áreas de reservas tituladas da Cachimbo, as quais tinham sido selecionadas para tanto [ou melhor, para tal], devido principalmente as suas depauperadas condições edáficas [conforme informações de um gerente da Agropecuária do Cachimbo]. (SOARES FILHO, 1998:139).

E assim, em 1995, foi criado o Projeto de Assentamento Cachimbo, a partir da desapropriação de uma porção da área da Agropecuária do Cachimbo, avaliada por técnicos como formada por solo pobre, que exigiria investimentos para torna-lo produtiva, situação não adequada para ser incorporada por assentados descapitalizados. Foram assentadas 918 em uma área de aproximadamente 52.000ha e parcelas de pouco mais de 50ha para cada família.

O PA Cachimbo já está consolidado, mas em 2000, outra área da Gleba do Cachimbo foi desapropriada, e criada o PA Cachimbo II, com uma área de 49.811,0574, com capacidade para atender até 864. Conforme os dados do INCRA/MT, encontram-se assentadas 768 famílias. Por fim, ainda existe uma porção de quase 2.000ha que foi ocupada por posseiros. O conjunto dessas ações, entre da Agropecuária do Cachimbo e INCRA, temos a configuração como apresentada na

Figura 20.

Figura 20: Estruturação Física da Gleba do Cachimbo e entorno. Nos polígonos demarcados, temos PA Braço Sul (vermelho), PAs São João União e Padovani (vinho), PAs Cachimbo I (verde) e II (cinza). Em amarelo, área ocupada pelos posseiros. Fonte: Acervo Sérgio Nogueira. Intervenção da autora.

Mas, para Ariovaldo Umbelino, “[...] parte do projeto foi arrasada pela exploração garimpeira. Junto com Peixoto Azevedo, a grande favela do garimpo que virou município [...], “Matupá sofreu os efeitos da queda do preço internacional do ouro na década de 1990” (OLIVEIRA, 2005:113). A degradação ambiental provocada pelo garimpo ainda pode ser observada nos dias de hoje, principalmente ao longo da MT-322.

O garimpo, em alguma medida, também era um problema de saúde pública. Combinado com a presença dos prostíbulos, o contágio de doenças venéreas e,

ainda a malária. Como disse Meirelles (2014), “a malária dava em pé de pau, porque o garimpeiro não se cuida, e digamos assim, o garimpeiro não se cuida, e tinha garimpeiro que já tinha lá, dez, onze, doze, malárias e já estava em fim de vida”⁴⁶.

Ao fim e ao cabo, o ouro se tornou escasso, antigos garimpeiros se tornaram “sem terra”, posseiros ou assentados em projetos do INCRA que, por sua vez, também desassistidos. Muitas brigas a se travar com relação às políticas públicas, de algumas que já foram travadas, como relata Meirelles (2014).

[...] depois da ocupação, nós enfrentamos uma série de problemas muito sérios, e a ultima briga séria que eu tive com o governo, foi com relação à chamada colonização oficial. A briga era o seguinte, tem que assentar, tem que assentar sim, porque tem gente que é trabalhador rural que tem vocação, tem vontade, tem competência, são agricultores, talvez não tão competentes quanto pudesse se fossem orientados [e tivessem assistência técnica e acesso à recursos, em uma política de agricultura familiar estruturada]. (MEIRELLES, 2014).

4.3.3 *Cisão da Agropecuária do Cachimbo: antigos e novos proprietários*

Hermínio Ometto falece em 1986, quase 02 anos antes do núcleo urbano que idealizou e implantou juntamente com seus idealizadores, ter se tornado sede de município com o mesmo nome. Mais de 90% da área remanescente da Gleba do Cachimbo estão inscrita em Matupá. Uma pequena parcela no município de Peixoto

46 “A grande dificuldade, em Matupá, tinha uma dificuldade peculiar que era a proximidade do garimpo, de Peixoto, quer dizer, um garimpo pesado, barra pesadíssima, com problemas de saúde pública brutais, então, uma das primeiras providências que eu tomei lá foi fazer um hospital de campanha, porque se não, eu não conseguia nem sequer que o meu pessoal pudesse trabalhar [...]” (MEIRELLES, 2014).

de Azevedo (mais ao sul). Mas, a partir de 2014, a área remanescente foi dividida com mais grupos.

Não sabemos os motivos reais para a cisão da Agropecuária do Cachimbo, mas da mesma forma que membros e grupos formados por membros da família Ometto se combinavam em diferentes arranjos, nos diferentes negócios, como vimos na composição acionária, processos de sucessões também levavam à formação de grupos autônomos. É o que relatava Gordinho em 1986:

Este contínuo crescimento das atividades empresariais, assim como o próprio crescimento da família e o processo de sucessões, levou à formação de grupos autônomos quanto à composição acionária e a administração. [Em 1986], os Ometto estão distribuídos empresarialmente em cinco grupos principais, segundo o controle acionário, a liderança administrativa e a região. Definem-se como **grupo Pedro Ometto** (Usina da Barra S.A., Usina Costa Pinto S.A., Cia Industrial e Agrícola Santa Bárbara), **grupo Iracema** (Cia. Industrial e Agrícola Ometto e Usina São Martinho), **grupo Hermínio Ometto** (Usina São João), o **grupo Narciso Ometto e Irmãs** (Usina Santa Lúcia, Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.) e **Ometto Pavan** – Açúcar e Alcool. (GORDINHO, 1986:127; grifo nosso).

Na atualidade, os Irmãos Ometto Ltda configuram-se como grupos independentes, descendentes diretos de Pedro, Hermínio, Narciso e Iracema Ometto. A COSAN (netos de Pedro Ometto, comandada atualmente por Rubens Ometto; O Grupo São Martinho, comanda por João Guilherme, neto de Iracema e, por fim o Grupo USJ (Usina São João), dos negócios de Hermínio Ometto, tendo a frente Hermínio Neto). Em 2000, a união do USJ, São Martinho e Santa Cruz formaram o Consórcio Alicom, para a construção do alcoolduto Uniduto. (TAGUCHI, 2010).

Quanto à Agropecuária do Cachimbo, teve redução do capital inicial e cisão parcial da sociedade, conforme publicação nos Diários Oficiais (DOU 31.07.2007, 24.04.2013) e a área remanescente foi desmembrada entre a Agropecuária Caieira do Norte S/A, correspondendo à área urbana e de expansão, a Monte Sereno Agrícola Ltda, a PSLM Agropecuária S/A e a Agropecuária Nova Louzan. Todas estavam vinculadas à família Ometto, como confirma Ieda Freese. Após cisão, novas porções do território da Gleba do Cachimbo foram redefinidas, demonstrada na Figura 21.

Figura 21: Cisão da Agropecuária do Cachimbo. Na sequência territórios da Nova Louzã (cinza claro), PSLM (cinza médio) e Monte Sereno (cinza escuro). Fonte: Acervo Sergio Nogueira. Intervenções da autora.

Em 2012, nos primeiros levantamentos de campo, a cidade de Matupá passava a impressão de estagnação econômica. As zonas comerciais e de serviços com muitas edificações abandonadas. Uma realidade completamente diferente da idealizada no início dos anos 1980. Alguns motivos são especulados por Meirelles (2015)

[...]do tecido do desenvolvimento, ela construiu essa realidade, Matupá hoje, não está explodindo porque não se viabilizou o eixo da [BR]080 [atualmente, MT-322]. Depende da região como um todo, depende do seu conceito de desenvolvimento regional. [É] que pólo de desenvolvimento, baseado em que? É agricultura? É agricultura mecanizada? [...], Matupá talvez nunca vá passar de 50 mil habitantes, mas se precisar passar, está projetado [porque foi pensada como] um vetor norte, como uma grande base de apoio para o eixo transversal Brasília, [BR]080 que é Brasília - Manaus. Ela esta no cruzamento da 080 com a 158, então porque nos a pensamos com capacidade para 300 mil habitantes? Não é banal, porque no diagnostico do desenvolvimento regional ela reproduziria, ou reproduzirá, aquilo que Sinop foi, Sinop cresceu tanto, era terra fraca, [e hoje] é um grande entreposto comercial [...] (MEIRELLES, 2014).

Se Meirelles (2015) ainda tem alguma dúvida sobre o futuro de Matupá, contrariando que os desejos projetados (Agropecuária do Cachimbo, Engenharia, Urbe), foi algo muito maior para o futuro da região, provável que, o mesmo potencial vislumbrado à região naquela época, é o grupos empresariais estão vislumbrando nos dias atuais. Novas empresas estão investindo em Matupá, leia-se AMAGGI e Grupo Bom Futuro, sendo que esta última, adquiriu à Agropecuária Caieira do Norte S/A e a Monte

Sereno Agrícola Ltda, e investindo nesse entroncamento entre rodovias, nesse núcleo, “arranque de algo que seria outro vetor, um vetor norte”⁴⁷,

Dentre os imóveis que adquiriu estão as fazendas, em plena produção de soja. Um grande “armazém” foi construído na entrada da cidade, no entroncamento das rodovias, que permitirá um armazenamento de 1 milhão e 700 mil sacas de soja, um fluxo estimado de 150 carretas/dia. Adquiriu, também, a área destinada à expansão urbana do núcleo projetado. Segundo os depoimentos de Sergio Nogueira e Ieda Freeze⁴⁸ afirmam que a empresa realizou os primeiros contatos com o escritório URBE – responsável pelo plano urbanístico. O intuito é de se contratar a reavaliação do plano urbanístico. Para o Grupo Bom Futuro, Matupá tem se apresentando como “uma grande promessa do agronegócio, e um celeiro do Brasil, para o resto do mundo”⁴⁹.

4.4 Corporação e Rede da AMAGGI⁵⁰

A aquisição de uma fazenda de 2,4mil ha em Itiquira e a instalação de filial das Sementes Maggi na cidade de Rondonópolis evidencia a atenção sobre as inter-relações políticas e econômicas que aconteciam em Mato Grosso, no País.

47 Reflexão de Ricardo Toledo Silva, em entrevista com João Carlos de Souza Meirelles, em abril de 2014, incorporadas ao trabalho.

48 Ieda Freeze foi funcionária da Agropecuária do Cachimbo, atualmente, integra o quadro do Grupo Bom Futuro, em Matupá.

49 Reportagem TV OuroMina, SBT “Obras do Grupo Bom Futuro em Matupá”, em 26.setembro, 2013.

50 O título desta parte do Capítulo faz uma menção direta ao trabalho de Carlos Alberto Franco da Silva, “Grupo André Maggi. Corporação e Rede em Áreas de Fronteira”, de 2003.

Rondonópolis (ROO) foi beneficiada pela alteração do trecho da BR-163, do município até São Paulo, com uma redução de aproximadamente 200km. Além disso, ainda na primeira metade da década de 1970, a pavimentação da rodovia com recursos do BIRD. A região onde se localiza ROO ainda foi beneficiada pelo Programa da SUDECO, o POLONOROESTE, além de recursos da SUDAM, amplia a área de abrangência em todo Mato Grosso, a partir de 1979 com a divisão do estado (SUZUKI, 1996; SILVA, 2003; AZEVEDO, 2006).

Como resultado, “[...] Rondonópolis já apresentava uma boa infra-estrutura para ser a sede administrativa dos negócios da Sementes Maggi na região”, como um conjunto de rodovias (federais e estaduais que dariam suporte a circulação), subestações da Eletronorte, sistema de telefonia com Discagem Direta a Distância e Internacional (DDD e DDI) e rede bancária (Banco do Brasil, Bradesco, BEMAT, Real, Itaú, Bamerindus e Banco Financial de Mato Grosso, a “escolha não foi por acaso” (SILVA, 2003:71).

Todas essas transformações também contribuíram para o desencadeamento do processo de concentração fundiária em Rondonópolis, com pequenos e médios produtores que não conseguem acesso aos incentivos fiscais e financiamentos nas instituições oficiais (SUZUKI, 1996; SILVA, 2003). André Maggi tira proveito desta situação, em um primeiro momento, adquirindo a fazenda de proprietário que não conseguia cumprir com financiamento junto ao Banco do Brasil e, posteriormente,

criando condições para viabilizar a região (ao menos o entorno imediato de suas propriedades), por meio da instalação de armazém, instalação de Pequena Central Hidrelétrica, entre outras. Em 1983, é o momento, também, da transferência da matriz para Rondonópolis, pois a expansão da soja na região vinha acompanhada da instalação de “grandes empresas com capacidade comercial se instalassem na região, a fim de atuar no mercado de commodities e beneficiamento da produção de grãos e carne”, como a CARGIL, SANBRA e CEVAL (SILVA, 2003:74-5).

É um período de reestruturação da empresa, transformando-se, claramente, em um conglomerado. Para tal, a “visão político-empresarial” do filho mais velho, Blairo Maggi, foi imprescindível para catalisar essas mudanças antes do final da década de 1980, imprimindo uma diversificação e descentralização, como podemos observar no organograma abaixo (Figura 22), com uma estruturação “multilocalizada e multifuncional”, tudo voltado à soja, auferiu ganhos financeiros com a soja, ainda na década de 1980 (SILVA, 2003:70).

Figura 22: Estrutura Conglomerado André Maggi – década de 1980. Fonte: SILVA, 2003. Org. AZEVEDO, 2015.

A estruturação de uma base organizacional e logística a partir de Rondonópolis, valeu-se de várias outras estratégias, das quais destacamos a participação e promoção de eventos voltados ao agronegócio.

De fóruns, seminários, reuniões periódicas, até festas como a FESOJA e EXPOSUL (em Rondonópolis)⁵¹, as Empresas Maggi construía uma “articulação com grandes produtores da região, na aquisição de insumos, máquinas e implementos agrícolas”, participação e promoção de em fóruns, seminários e reuniões periódicas – festa da soja (FESOJA), EXPOSUL, e “possibilitavam uma forma de intercâmbio entre empresas e produtores do complexo agroindustrial tanto no setor de industrialização da agricultura como no processo de agroindustrialização”, pois...

⁵¹ Importante destacar que, em algumas cidades de Mato Grosso, um dos principais equipamento de lazer são os “Parques de Exposição”, normalmente administrados por Associações de Produtores Rurais.

[...] Esses eventos não tinham apenas o objetivo de realizar uma feira de exposição e de intercâmbio entre produtores e empresas, mas também era uma forma de aproximar, cada vez mais, a classe de produtores ao aparelho político da região. Estratégias locacionais e econômicas implicavam não só um maior poder econômico, como também um poder político sobre as prefeituras e o Estado. Capturar essas instâncias políticas era parte integrante das ações de grandes produtores, de modo a criar uma rede política que articulasse agricultores com interesses comuns. (SILVA, 2003:79).

Outra estratégia que permanece nas práticas do grupo é o apoio técnico e financeiro aos produtores, que como vimos, iniciada desde São Miguel do Iguaçu. Produtores descapitalizados, a Maggi comprava com recursos próprios (ou adquiridos junto à indústrias nacionais e internacionais), adubos e sementes, viabilizando a produção da soja. O pagamento não era em dinheiro, mas em grãos, sistema que possibilitou, ainda mais, o crescimento na área agrícola e comercial.

O aprimoramento desse mecanismo de ampliação do próprio capital, resultou na ampliação do volume de exportação e, ao mesmo tempo, interesse de empresas nacionais e internacionais, possibilitando a Maggi acesso a mais recursos, tanto para investimento nos negócios como para repasses aos produtores de grãos. No início da década de 1990, uma miríade de novas articulações com diferentes agentes ligados à produção de grãos à exportação integravam os parceiros da Maggi, que, na produção de 1999/2000, ia dos 1.650 produtores que participavam do sistema instituído pela Maggi até Instituições (Quadro 16) que viabilizavam recursos, adubos, facilitavam a exportação, entre outras ações.

FINANCEIRAS (BANCÁRIAS INTERNACIONAIS)	BNP (Banco Nacional de Paris), UBS (União de Bancos Suíços), ING Barings (inglês), Societé- Generali, Habour Bank (Holandês), Sumitomo (Japão) e o HSBC (inglês)
FINANCEIRAS NACIONAIS	Banco do Brasil / Bamerindus / Bradesco
AGROEMPRESARIAIS	CARGILL / CEVAL / SANBRA
PRODUTORAS DE ADUBO	ROTEM (Israel) NORKS HYDRO (Noruega) SERRANA (Ponta Grossa – PR) SOLO RICO (Cubatão-SP/Curitiba/PR) FERTISA (Cubatão e Paranaguá) HERINGER FERTIIZANTES (Paulínia-SP) MANN (Uberaba e Cubatão)
EXPORTADORAS DE SOJA	CARGIL / SAROC / CEVAL / SUMITOMO / CEREOL / ANDRÉ&CIA LTDA / GREENCOOP

FONTE: SILVA, 2003: *passim*. ORG.: AZEVEDO, 2015

A aplicação de estratégias e mecanismos que permitiam viabilizar a produção da soja, ao mesmo tempo, exigia a ampliação da própria área de produção, e aumento do volume comercializado. Aliás, como bem pontua Carlos Alberto da Silva (2003:86), Mato Grosso ainda apresenta altos custos para viabilizar a produção, que inclui insumos e logística de comercialização, mas o lucro, em alguma medida, vem da quantidade de grãos comercializados, tornando a soja do estado competitiva, em comparação à produção da Região Sul do Brasil, mesmo com gargalos logísticos.

Gargalos logísticos, necessidade de tornar a produção tão ou mais competitiva que de outras regiões, são questões que explicam um pouco a constante necessidade de ampliação de área de atuação do próprio Grupo André Maggi, que entre os anos de 1980-90 voltou-se à região de Sapezal.

4.4.1 Viabilização [Econômica] de um Território

A aquisição de terras na Chapada do Parecis, região de Sapezal, não foi apoiada por toda a família no final dos anos de 1980 mas, posteriormente, foi um projeto do Grupo Amaggi no noroeste de Mato Grosso, com investimentos na instalação de infraestrutura e a construção da cidade de Sapezal.

A região começou a ser ocupada, ainda na década de 1970. Era área devoluta sob a coordenação do INCRA, que promoveu a colonização da região como apoio de Colonizadoras da Região Sul. A proposta destas pautou-se na venda de lotes médios e grandes, sem prever a criação de núcleos urbanos que dariam suporte aos produtores da região. Foi comum a falência dos agricultores devido às dificuldades de toda ordem: ausência infraestrutura e regional e urbana, sem acesso a recursos financeiros para investir na tecnologia exigida, tornando produtivas às terras do cerrado.

Os produtores remanescentes tentaram várias vezes implantar um núcleo urbano, todavia, somente a partir do interesse de André Maggi em expandir sua área de atuação para o noroeste mato-grossense foi possível a consolidação do núcleo urbano de Sapezal, no final de 1988.

Adilton Sachetti⁵², produtor que estava na região de Sapezal antes da Família Maggi, comenta como era imprescindível um núcleo urbano na região, e das várias tentativas empreendidas, sem sucesso:

[...] porque a gente estava ilhado ali, tinha um núcleo que já esta começando, que era Campo Novo [do Parecis], e tinha Tangará da Serra aqui em baixo. E tinha Comodoro, lá em cima, e tinha aquela distancia entre Campo Novo e Comodoro, que ilhava ali. E precisava ter um local, já tinha outro lugar, mas abaixo de Sapezal, uns 20km [...], um ensaio de começar um núcleo, tinha um outro ensaio, que começou lá no alto Sapezal, um pouco mais pra cima, onde também começou um posto de gasolina, começou um ensaio para começar o núcleo, aí as reservas indígenas quando demarcaram [...] Quando se colonizou Sapezal, se achou que no alto Sapezal iria começar a cidade, ou lá na fazenda do Valdir ia sair a cidade. Com a vinda do seu André, ele comprou uma área e resolveu fazer a cidade ali em cima, [es]tava começando a fazer a estrada nova [MT- 235], que ligaria Campo Novo [do Parecis] para Comodoro, [...] então se pensou em fazer um núcleo urbano [...], e seu André me pediu na época para desenhar esse aglomerado urbano, eu da minha cabeça, também, sem grandes conhecimentos, sem grandes estudos, ele “precisamos fazer um projeto da cidade, projeto da cidade, projeto da cidade, te vira, faz aí..” em 60 dias ou 90 dias eu desenhei a implantação da cidade, sem grandes estudos aprofundados, o que me preocupou na época, era [mais] um censo de organização [...] (SACHETTI, 2014).

Sobre Sapezal, e o partido urbanístico, Sachetti esclarece que, como não havia nenhuma limitação no sítio, como morros, corpos d'água, apenas a dimensão da propriedade de André Maggi, onde seria implantado o núcleo, praticamente concebeu-se um retângulo de 2km de largura. Como era cerrado, a presença

52 Arquiteto responsável pelo projeto do Núcleo Urbano de Sapezal, e pela construção da primeira PCH em Sapezal. Comenta que foi quem convidou os Maggi para conhecer a região de Sapezal.

predominante nessa região era de campo e, algumas vezes apareciam focos de mata nativa, que foi respeitada na área prevista para o núcleo, “eu disse: vamos fazer um parque nesse trem aqui, ninguém vai mexer nesse mato aqui não, e deixamos, mas não é que a região era mata ta. Não tinha nada de mato lá, é cerrado” (SACHETTI, 2014). Sapezal e André [Maggi] foram notícias em jornais da época, (TEMPO, 1995; Folha de São Paulo, 1997a, b). Era divulgado o planejamento da cidade com a ajuda dos cinco filhos. Uma cidade onde as ruas têm 30m de largura, as avenidas, o dobro. O lote mínimo tem 80m [de frente], mas pode-se morar em chácaras de 5ha [que em algumas vezes, foram doadas pelo Blairo Maggi]. O agricultor furou quatro poços artesianos e criou serviço de água. Vieram hotéis, bares e restaurantes. A Telecomunicações de Mato Grosso prepara a instalação de 700 linhas telefônicas. O preço da soja caiu, mas Sapezal não para de crescer. (TOMAZELA apud TEMPO, 1995).

Figura 23: André Maggi, Eraí Maggi Scheffer e Adilton Sachetti – a estaca marca a implantação de Sapezal. Fonte: Acervo Adilton Sachetti.

Em entrevista à Folha de São Paulo (1997), Blairo Maggi comenta sobre Sapezal:

Essa cidade foi programada. Compramos uma área em Sapezal, antes da metade da década de [19]80, onde não existia absolutamente nada. Reservamos uma área de 2.400 hectares entre duas fazendas. Em [19]92 já era uma cidade, mas só em [19]96 tornou-se um município. A cidade começou a girar em torno do grupo. As primeiras casas foram construídas pela nossa empresa. O hospital foi erguido com um desconto a mais de um empréstimo que eu tive do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Hoje tem 6.000 habitantes e há outras empresas instaladas por lá. Construímos uma pequena hidrelétrica [5,0 megawatts, no rio Juruena] para abastecê-la e depois uma segunda, que abastece todas as casas, as fazendas e as empresas. Não há um centavo do governo. Tudo iniciativa privada. Nosso grupo tem 45 anos de trabalho. (OLIVEIRA&ULHÔA, 1999).

A estruturação de Sapezal foi rápida, Em 1996, o Censo do IBGE e outras notícias, indicavam que Sapezal tinha 05 supermercados, 03 panificadoras, 03 revendedoras de máquinas agrícolas, 06 postos de gasolina, 12 oficinas, 03 hotéis, 01 agência bancária, 01 fábrica de artefatos de cimento e 02 metalúrgicas. O hospital, como Blairo Maggi relatou e, segurança realizada por 04 policiais militares. Toda a comunicação com a região era realizada por meio das 400 linhas telefônicas fornecidas pela concessionária e, prioritariamente pelas duas pistas de pouso. Toda essa [pequena] estrutura, somada ao abastecimento de energia fornecida pela PCH, possibilitava viabilizar a região e tornar, praticamente 100% dos mais de 13km² do município, em área produtiva.

Carlos Alberto da Silva aponta como, para o Grupo André Maggi, era um núcleo urbano de apoio, que ultrapassava esta função. Na rede do Grupo, estava localizada em ponto estratégico da Chapada do Parecis, de acesso ao norte e sul do País, “seria

a ponta de lança para consolidar a área de influência do Grupo André Maggi na Chapada dos Parecis, para tanto, armazéns foram construídos” entre tantas outras infraestruturas (SILVA, 2003:194-5).

Antes da emancipação municipal, todas as obras de infraestrutura⁵³ realizadas em Sapezal, eram de responsabilidade da Empresa Cidezal Agrícola Ltda, criada pelo Grupo Maggi, para coordenar o loteamento de Sapezal. Era a Cidezal a proprietária das terras dentro do perímetro urbano que, a partir de projeto urbanístico, implantaram a cidade e, ainda hoje, comercializam os lotes somente para aqueles que podem construir dentro dos padrões estabelecidos pela Companhia. Tais investimentos e restrições geraram crescimento do setor terciário e da população de alto poder aquisitivo, em sua maioria, profissionais especializados. Todavia, estas mesmas medidas impediram a presença de mão-de-obra menos qualificada, tanto no campo quanto na cidade, o que tem levado a se desenvolver política para habitação popular em área específica da cidade (SILVA, 2003:201).

A presença da Cidezal na Chapada do Parecis permitiu ao Grupo Maggi, consolidar alianças políticas, responsáveis, posteriormente pela emancipação municipal⁵⁴ em

53 Incluem aí, serviços de telefonia, saneamento, energia elétrica, abastecimento de água, segurança pública, saúde, educação, entre outros.

54 Todas as essas iniciais do Grupo André Maggi, para viabilizar a região de Sapezal, após a emancipação, consolidou um problema de gestão urbana no município, inicialmente, com a própria presença da CIDEZAL, e também pela dívida herdada, que o município contraiu, e devia ao Grupo em torno de R\$ 1,5 milhão pelos serviços prestados (SILVA, 2003:199).

tão curto período de tempo, a partir da criação do núcleo urbano, como também pela abertura da principal rodovia de acesso a Sapezal e que passa dentro da reserva indígena de Utiariti, a MT-235, que após negociações, optou pela cobrança de pedágio pelos indígenas, como uma “medida compensatória” pelos impactos gerados pela abertura da via. A partir de Sapezal, destaca-se o início das discussões, das reuniões que aconteceram com políticos, técnicos para viabilizar, ainda, o corredor noroeste de exportação de grãos de soja em Mato Grosso, com criação de uma nova empresa do Grupo, a Hermasa Navegação da Amazônia S.A. (SILVA, 2003:206passim).

4.4.2 Gestão do Território e Logística do Grupo André Maggi/ Amaggi

A base logística montada em Rondonópolis permitiu a expansão dos negócios do Grupo em Mato Grosso e outros estados, e a condução do ordenamento territorial que extrapolava as fronteiras de Mato Grosso. No início dos anos 2000, além da Cidezal Agrícola Ltda, da Hermasa Navegação da Amazônia S/A e Maggi Energia S/A, responsável pela administração e criação de novas PCHs, existia também empresas voltadas à construção civil (com atuação em Curitiba) e a fornecedora de auto-peças (com lojas nas principais cidades do Paraná e Mato Grosso), evidenciando um investimento, tanto na ampliação do Grupo, como na diversificação dos negócios (SILVA, 2003:passim), como mostra o organograma (Figura 24).

Figura 24: Estrutura Grupo André Maggi – Anos 2000. Fonte: SILVA, 2003. Org.: AZEVEDO, 2015.

Se, nos casos anteriores – Indeco, Colonizadora Sinop e Agropecuária do Cachimbo, falávamos da construção de territórios próprios, no caso da Amaggi⁵⁵, vemos a criação de seus territórios, mas a atuação em outros estruturados, inclusive dos construídos, inicialmente pela própria Sinop e Cachimbo, imprimindo novas dinâmicas. A leitura da atuação sobre um vasto território pode ser lido por meio da reestruturação da Amaggi, como evidencia a Figura 25.

Figura 25: Organização Amaggi, 2015. Fonte: Amaggi. Org.: Azevedo, 2015.

⁵⁵ A partir de 2014, o Grupo passa a se denominar somente Amaggi.

Mas, o que podemos perceber é a estruturação de uma rede técnica política (ver mapas a seguir), que se estrutura a partir de um conjunto de estratégias, como a estruturação de redes, como a de agentes de produção, de controle institucional, e uma rede logística.

A relação com diferentes agentes envolvidos na viabilização da produção de grãos, onde se destaca a soja, nas distintas etapas, formando uma **rede de agentes da produção**, orbitando em torno da Amaggi. A etapa da produção, possível a partir de uma rede de produtores associados à Amaggi, que recebe tratamento personalizado. A viabilização técnica desta produção, com relacionamento direto com revendedores de adubos e fertilizantes em países como Noruega e Israel, e a etapa financeira, que o contato do Grupo com o trading que compra a produção da Amaggi, e bancos nacionais e internacionais que fornecem recursos para financiamento da mesma;

Com a ampliação da área de produção da soja, exige-se a ampliação da **rede de controle**, que passa pela presença da sede da Amaggi em Cuiabá, na metade dos anos 2000, aos inúmeros escritórios implantados em diferentes cidades de Mato Grosso e outros estados como Paraná, São Paulo, Rondônia, Amazonas e Pará, das diferentes empresas que compõem esse conglomerado e investem maciçamente na tecnologia da informação (TI) (Mapa 9);

Umas das primeiras estratégias, que foi a construção de armazéns. Praticamente em todos os municípios produtores de soja em Mato Grosso tem um armazém Amaggi, com equipamentos de beneficiamento, formando a **rede de armazéns e fazendas**. Mas a presença dos armazéns tem evidenciado uma outra estratégia realizada pelo Grupo que é a antecipação espacial. Com uma clara leitura das dinâmicas socioeconômicas do território, investem em regiões (por meio da implantação de armazéns, ou das fazendas, entre outros - Mapa 10 e Mapa 11), antes mesmo da produção se despontar. Neste caso, estamos falando dos últimos investimentos da empresa em municípios como Matupá, “visando o escoamento de grãos por Itaituba (PA), que é o ponto de partida do novo corredor Tapajós-Amazonas, operado pela Unitapajós” (CONTATO, 2014);

A **rede logística** é um dos contínuos investimentos da Amaggi, desde os investimentos iniciais em conservação de estradas vicinais, a construção de PCH na região de Rondonópolis até um conjunto de PCHs em Sapezal (Mapa 12). Cresce a Amaggi, cresce também a dimensão de investimento técnico, político e financeiro na viabilização dessas redes logísticas e de corredores de exportação, e o número de portos comandados ou com a presença da Amaggi (Mapa 13). Se antes de 1990, predominava a rota pela BR-163 sentido Mato Grosso-Portos Sudeste, a partir da década de 1990, articulações com diferentes estados (RO, AM) e com Ministério dos Transportes resultou em grupos de trabalho com participação de Blairo Maggi e a criação, posteriormente da Hermasa Navegação da Amazônia S/A e a promoção do

corredor noroeste de exportação, ou “Rota do Desenvolvimento”, como a Amaggi denominou, constituído pelos modais rodoviários (MTs/BR-364), hidroviário, com os Rios Madeira e Amazonas. Atualmente, a Empresa Unitapajós, uma *joint venture* criada pela associação da AMAGGI e BUNGE, para viabilizar **corredor de norte exportação**, para atender fazendas e armazéns da região médio-norte de Mato Grosso, a “rodovia BR-163, até o terminal de trasbordo de Miritituba, distrito de Itaituba, depois de Barcarena, onde o produto é transferido para navios de grande calado para Europa e Ásia” (CONTATO, 2014).

Figura 26: Rota do Desenvolvimento – Encarte de comemoração dos 11 anos, em 2007. Fonte: Amaggi.

Figura 27: Corredor Noroeste de Exportação. Sapezal – Porto Itacoatiara – Europa e Ásia. Fonte: Amaggi.

MAPA 9 - AMAGGI - SEDE E ESCRITÓRIOS

Sistema de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000;
Projeção: UTM - Fuso 18S;
Datum: SAD 69;
Rodovias (DNT 2015); Sede/Escritórios (AMAGGI, 2015);
Elaboração/Organização: Donatone Azevedo;
Atualização: 1ª edição, 2024.

Sistema de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000;
Fontes: Limites Políticos (IBGE 2006);
Rodovias (DNIT 2015); Sede/Escritórios (AMAGGI, 2015);
Elaboração/Organização: Doriane Azevedo;
Desenho: Leandro Nakura

MAPA 11 - AMAGGI - ARMAZÉNS

Sistema de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000;
Fontes: Limites Políticos (BGE, 2008);
Rodovias (DNIT, 2015); Sítios (AMAGGI, 2015);
Elaboração/Organização: Doriane Azevedo;
Revisão: Tassiana Barreto

Sistema de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000.
Fontes: Limites Políticos (IBGE 2008).
Rodovias (DNIT 2015); Portos (AMAGGI, 2015)
Elaboração/Organização: Doniane Azevedo
Desenho: Leandro Teixeira

MAPA13 - AMAGGI - PORTOS

Existe, ainda, o consórcio TEGRAM⁵⁶ - Terminal de Grãos do Maranhão, no porto Itaqui, que é para entrar em funcionamento nos primeiros meses de 2015.

Por fim, a **rede política**, pode-se dizer que se origina em São Miguel do Iguaçu, com as práticas de André Maggi junto aos produtores da região e em instituições (prefeitura, câmara de vereadores, etc), herdada por Blairo Maggi. Este, atualmente Senador pela segunda vez, foi Governador de Mato Grosso por dois mandatos, entre 2002 e 2010, e atua fortemente para tornar viável os diferentes corredores, entre outros modais de infraestrutura, como a ferrovia.

É da base proporcionada por este conjunto de redes que, a Amaggi se fortalece e expande sua atuação na pessoa de um dos seus principais acionistas – Blairo Maggi. Ainda no primeiro trimestre de 2014, Blairo Maggi, em entrevista, divulgava a articulação entre empresas de exportação de commodities, como a própria Amaggi, Cargil e Bunge. São suas palavras:

[...] estivemos no Ministério dos Transportes **propondo o lançamento de um projeto para fazer uma ferrovia desde Sinop até Miritituba**. As grandes empresas do setor estão trabalhando nesta ideia de um Memorando de Intenção de Investimento. O governo deve lançar este projeto e serão feitos estudos de implantação desta ferrovia, paralela à BR-163, que vejo como a grande alternativa para Mato Grosso. **Nós contratamos** uma empresa que realizou estudos que mostram ser muito clara a competitividade desta linha, que sai da região produtora de grãos,

56 Investimento de um conjunto de empresas, incluindo a inclui a anglo-suíça Glencore (anglo-suíça), a NovaAgri (fundo Pátria) , e o Consórcio Crescimento (Louis Dreyfus Commodities e Amaggi). As obras tiveram início em novembro de 2012 “com recebimento de grãos do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, estados que integram a região conhecida como Matopiba” (AMAGGI, ago, 2013).

chega à hidrovia e, de lá, vai para o navio. É algo muito competitivo. (GLOBO RURAL, 2014)(grifo nosso)

Proposta para ferrovias, a partir de Mato Grosso está expressa no “sonho de infraestrutura de Blairo Maggi” (Figura 28), uma delas, comporia a integração com os modais rodoviário e hidroviário, destacando a BR-163 e Amazonas-Tapajós.. Sobre Na fala do ex-governador de Mato Grosso, afirma não ter mais receio sobre os 170km da BR-163 que ainda não foram pavimentados, embora são obras previstas desde os PPAs do governo FHC e, posteriormente incorporadas nos PACs 1 e 2, havia muita certeza da continuidade e conclusão das obras, como vemos na continuação da entrevista:

Agora é diferente porque faltam apenas 170 quilômetros a serem asfaltados. E **esse investimento entrou na agenda do governo e na agenda das empresas. Eu estou lá**, já fiz embarcações, empurradores, barças e estamos construindo um terminal. **A Bunge está** construindo um terminal novo. **A Cargill já está em Santarém, além de outras empresas que já anunciaram investimentos na BR.** Este ano, nós mesmos estamos tirando soja por lá. A Maggi, Bunge e a Cargill estão tirando soja por lá. Nós estamos enfrentando estes 170 quilômetros de estrada de chão. Está demorando sete dias para levar uma carga e cinco dias para voltar. Mas estamos fazendo porque **não temos dúvidas de que esta rodovia vai ficar pronta.**(GLOBO RURAL, 2014) (grifo nosso).

O que se discute é a continuação do modelo existente, com financiamento do Estado e posterior concessão à iniciativa privada, que para Blairo Maggi, condiz com o interesse de ambos os lados. Mas, “[...] é fundamental que os programas sejam desenvolvidos da forma como estamos fazendo agora, ou seja, levando a demanda

PARTE III

A (Re)estruturação do Espaço de Mato Grosso à Produção Econômica

5. A Estruturação do Território

A fronteira que era agrícola, pastoril, extrativa, financeira, (1985;2000;2003) também é uma fronteira urbana, que proporciona a base logística para a rápida ocupação. Em todo o conjunto da estrutura espacial de Mato Grosso, movimentos importantes foram identificados, por se tratar de área de fronteira, entre eles, a expansão-consolidação das capitais estaduais, como Cuiabá⁵⁷ e a reprodução de pequenos núcleos urbanos.

Em Mato Grosso, somente na década de 1970, constatamos a criação de 36 núcleos urbanos na porção norte do estado, considerando apenas aqueles que, anos mais tarde, tornaram-se sedes de municípios, ainda teriam uma miríade de vilas, povoados que também decorreram desses movimentos. Em 1980 ainda continuou forte a implantação de novos núcleos, reduzindo o ritmo de criação apenas na década seguinte (Figura 29).

⁵⁷ E no caso da Amazônia Legal, ainda Porto Velho. Sem esquecer na região Centro-Oeste, Campo Grande e Goiás.

Figura 29: Criação de Núcleos Urbanos em Mato Grosso: a esquerda, década de 1970, ao centro, 1980 a direita, 1990. Fonte: MATO GROSSO, 2002. Elaboração: Doriane Azevedo.

Dentre esses núcleos urbanos, alguns se destacaram contingente populacional que abrigou em tão pouco tempo, saindo de zero mais como foi o caso de Sinop e Alta Floresta, ainda na década de 1970. Matupá, em 1980, e Sapezal na década seguinte, em consequência do conjunto de ações planejadas implementadas pelos responsáveis (Colonizadoras Indeco, Sinop e Agropecuária do Cachimbo e Grupo Amaggi), na estruturação de seus “Projetos” (de Colonização e expansão da produção).

Como vimos na parte II, essa rápida estruturação dos núcleos estava ligada a algumas estratégias utilizadas pelas empresas, como doação de lotes urbanos ou a venda a preços mais baixos (em um primeiro período, entre outros), o que contribuiu e estimulou a permanência dos colonos/migrantes, gerando “serviços vinculados a atividades de produção e de consumo da população residente [na cidade e no campo], cria[ndo] um espaço de produção [...]” (BECKER, 1985:67).

Os núcleos urbanos, “pontas de lança para ocupação do território”, tornaram-se fator de mudança na fronteira, tanto pelo crescimento autônomo quanto por influir na transformação regional. O norte de Mato Grosso representa bem essa transformação, ao destacarmos apenas o recorte estadual, onde toda essa porção norte do território do estado estava, até 1970, dividida entre 07 municípios⁵⁸, destacando Aripuanã, Diamantino e Chapada dos Guimarães.

Depois da divisão de Mato Grosso, em 1979, o estado permaneceu com 55 municípios, passa para 141 nos anos 2000, evidenciando uma intensa estruturação física e institucional no interior do território do estado (Figura 30). Nesta estruturação, importante destacar a organização do território em cinco mesorregiões, Centro-Sul Mato-grossense, Nordeste Mato-grossense, Norte Mato-grossense (na qual encontram-se nossas áreas de estudo – Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop), Sudeste Mato-grossense e Sudoeste Mato-grossense, como podemos observar na Figura 30.

58 Nossas áreas de estudo, enquanto glebas, estavam localizadas nesses grandes municípios do Norte de Mato Grosso. A Indeco adquiriu terras no município de Aripuanã, A Colonizadora Sinop e Agropecuária do Cachimbo, em Chapada dos Guimarães (na época, considerado o maior município do mundo, em extensão territorial) e, as Fazendas compradas pelo Grupo Amaggi encontravam-se em Diamantino.

Figura 30: Estruturação Física de Mato Grosso – Malha Municipal em 1970, 1980 e 1991. Fonte: MATO GROSSO, 2000.

No conjunto, ao considerarmos a inserção de Mato Grosso na Amazônia Legal, “tem sido galopante o ritmo do crescimento urbano: a população urbana corresponde a 35,5% em 1970, 44,6% em 1980, 58% em 1991 e 61% em 1996”.

Dentre outras características da dinâmica urbana regional, Becker (2005) ressalta as profundas alterações ocorridas no padrão de estrutura urbana e no sistema de povoamento na região a partir de 1970. Dessa década em diante, verificou-se uma desconcentração urbana na região, pois a despeito do crescimento das grandes cidades ter sido expressivo nas grandes aglomerações, ou seja, nas capitais estaduais, a sua importância relativa diminuiu e a das cidades médias e pequenas aumento a tal ponto que a Amazônia constituiu-se na única região do Brasil em que a proporção da população urbana residente em cidades com mais de 100mil habitantes caiu na década de 90 (BECKER, 2005).

Enquanto Amazônia Legal, Mato Grosso guarda características dessa região, onde todos os estados apresenta, sem sua maioria, municípios com população menor que 20.000 hab, entretanto, a maior parte da população encontra-se nos municípios de 0 até 50mil hab (Quadro 17, Quadro 18 e Quadro 19).

Quadro 17: Distribuição dos Municípios da Amazônia Legal por Classes de Tamanho Populacional – 1970-2000

Nº de Habitantes	1970 (%)	1980 (%)	1991 (%)	2000 (%)
Menos de 20.000	71,99	60,38	59,88	69,55
De 20.000 a 50.000	21,99	27,87	28,06	21,94
De 50.000 a 100.000	4,52	8,47	8,50	5,65
De 100.00 a 1.000.000	1,51	3,28	3,61	2,50
Mais de 1.000.000	0,00	0,00	0,40	0,26
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1970-2000, *apud* LEITÃO, 2007.

Quadro 18: Distribuição dos Municípios de Mato Grosso por Classes de Tamanho Populacional – 1970-2000

Nº de Habitantes	1970		1980		1991		2000		2010	
Mato Grosso (nº municípios)	598.849		1.138.918		2.027.231		2.504.353		3.035.122	
	Total Mun (%)	Total Pop (%)	(%)		(%)		(%)		(%)	
Mato Grosso										
Menos de 20.000	79,00	40	78,18	42,24	76,05	34,24	83,00	37	79,43	31
De 20.000 a 50.000	12	18	14,55	19,99	17,89	24,53	12,00	19	14,18	20,47

Quadro 18: Distribuição dos Municípios de Mato Grosso por Classes de Tamanho Populacional – 1970-2000

Nº de Habitantes	1970		1980		1991		2000		2010	
Mato Grosso (nº municípios)	598.849		1.138.918		2.027.231		2.504.353		3.035.122	
	Total Mun (%)	Total Pop (%)	(%)		(%)		(%)		(%)	
Mato Grosso										
De 50.000 a 100.000	6	25	5,45	19,06	2,1	7,13	3,0	11	3,55	11,42
De 100.00 a 1.000.000	3	17	1,82	18,70	3,16	34,11	2,0	34,00	2,84	37,00
Mais de 1.000.000	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1970-2000. Organização Doriane Azevedo

Quadro 19: Distribuição da população de Mato Grosso nos Municípios por Classes de Tamanho Populacional – 1970-2000

Nº de Habitantes	1970	1980	1991	2000	2010
Mato Grosso/População	598.849	1.138.918	2.027.231	2.504.353	3.035.122
Classe de Municípios	Total Pop (%)				
Menos de 20.000	40	42,24	34,24	37	31
De 20.000 a 50.000	18	19,99	24,53	19	20,47
De 50.000 a 100.000	25	19,06	7,13	11	11,42
De 100.00 a 1.000.000	17	18,70	34,11	34,00	37,00
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1970-2000. Organização Doriane Azevedo

Se na década de 1970, os municípios com menos de 20.000 hab tinham mais de 40% da população do estado, esse percentual vem, década a década, diminuindo, em 2010, para 31%.

Outros valores significativos estão na classe de 50.000 a 100.000hab, que decresceram radicalmente entre 1970 a 1991, saindo de 15 para 7,13, o que pode ser explicado pela mudança de classificação, onde o crescimento populacional levou a reclassificação, agora para até 100.000, as altas taxas de crescimento, em algumas regiões do estado e determinados municípios, devido ao intenso fluxo migratório originado no sul do País, especialmente.

Em 1970, tão somente a capital Cuiabá possuía mais de 100.00 hab, em decorrência do movimento de expansão e consolidação como um centro regional, “que na escala regional/sub-regional expressa o apoio logístico às frentes e a expansão de suas funções regionais vinculadas à formação de estoques produtivos e demográficos [...]” (BECKER, 1985:69).

Alta Floresta, após emancipação, no primeiro censo, enquadrava-se na classificação dos municípios entre 20.000 a 50.000, ultrapassando este limite na década de 1990. É o mesmo período em que houve uma rápida expansão da exploração do ouro em garimpos na região, assim como observamos que o fechamento dos mesmos, na década de 1990, justifica, em alguma medida, a redução do contingente populacional. No caso de Sinop, as suas vantagens locais contribuem para a

atração e permanência da população, sendo um dos 04 municípios de Mato Grosso acima de 100.000 hab nos anos 2000⁵⁹.

Matupá e Sapezal, apesar se integrarem a classe de municípios com menos de 20.000 hab, nota-se que o conjunto de ações públicas e privadas implementadas, destaque às da Amaggi, como o “corredor noroeste de exportação”, apresentam impactos diretos em alguns aspectos, como o crescimento populacional em toda a região da Chapada dos Parecis, com realce a Sapezal, que entre 2000 e 2010, apresentou uma taxa de crescimento de 9,70% ao ano.

Esse padrão apresentado pela Região Centro-Oeste e Amazônia Legal, sobressaindo Mato Grosso, liga-se as características do “espaço em transformação”, decorrente ainda de uma permeabilidade das estruturas do espaço, que tanto apresentam áreas formadas, quanto outras passíveis de transformações totais na forma-conteúdo.

. **Quadro 20:** População Total e Taxas de Crescimento

Unidade	1.970	1.980	Tx. Cresc.	1.991	Tx. Cresc.	2.000	Tx. Cresc.	2010	Tx.Cresc (%).
Brasil									
Mato Grosso									
Alta Floresta	-	22.999		66.926		46.982		49.164	
Matupá	-			10.221		11.289		14.174	
Sapezal	-					7.866		18.094	9,70
Sinop	-	19.891		54.306		74.831		113.099	

Fonte: IPEA, 2015. Org. Doriane Azevedo

⁵⁹ Em Mato Grosso, os outros municípios com mais de 100mil hab são Rondonópolis, na porção sul do estado, Várzea Grande e Cuiabá, que juntos formam o aglomerado urbano e integral a “Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá”.

Se falamos de classes de município, situar a população no urbano-rural torna-se premente. Um dos principais fenômenos ligados a "fronteira agrícola econômica", é o rápido crescimento da população em uma década e altas taxas de crescimento nas décadas seguintes. Na análise dos diferentes recortes regionais - Amazônia Legal, Região Centro-Oeste, e em Mato Grosso, desde a construção de Brasília e da rede de rodovias, promovida no período JK, verificou-se, na variável população, uma concentração cada vez mais nas cidades. Em Mato Grosso, esse crescimento populacional se sobressaiu nas mesorregiões Centro-Sul (onde se localizam Cuiabá e Várzea Grande) e Sudeste (Rondonópolis). No norte de Mato Grosso, até a década de 1980, todo o contingente populacional, atraído pelas propagandas públicas e privadas realizadas no sul do País, assentava-se, predominantemente no espaço rural (Gráfico 1).

Gráfico 1: População Residente por Situação de Domicílio (%) – Série História (1970-2010): Brasil, Centro-Oeste, Mato Grosso e suas Mesorregiões.

Fonte: IBGE, 2015. Org. Doriane Azevedo

Tão somente na década de 1990, Sinop mostrava quantidade maior da população urbana, realidade que seria a dos demais municípios a partir dos anos 2000 (Gráfico 2).

Gráfico 2: População Residente por Situação de Domicílio (%) – Série Histórica (Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop)

David Sawyer (1987: 47-50) e Campolina Diniz (2003:44), já discutiam os resultados do processo de urbanização em áreas de fronteiras e as peculiaridades encontradas nos espaços rurais e urbanos destas regiões: crescimento das cidades médias e pequenas e que passaram a enfrentar, ou nasceram juntamente com uma série de questões, entre elas, a modernização parcial da agricultura que, sazonalmente, ora se utilizava de mão-de-obra, ora a expulsava para os núcleos urbanos. Na atualidade, mantém-se uma íntima relação campo-cidade e a contradição entre oportunidades de trabalho para uma parcela da população mais especializada, e precariedade de

oportunidades para “uma grande massa de [imigrantes] desempregados e subempregados. Parte deles se congrega na periferia ou mesmo no centro das cidades, nos piores terrenos”. (BECKER, 2005:408). Situação a ser analisada nos itens seguintes.

5.1 Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop: “Bases Logísticas de Gestão Territorial”

Ao longo dos passos iniciais deste trabalho, estudar Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop, importava verificar o alcance e limitações das ações planejadas nas diferentes escalas de atuação – regional (com respaldo das diretrizes dos Planos e Programas Públicos e Privados) ao urbano e intraurbano (e o estudo dos Planos e Projetos Urbanísticos, quando existentes).

É importante apontar a criação de núcleos urbanos enquanto ordenadores do território, que contribuíram (e vem contribuindo) com rápida organização da rede urbana, e como mediador na ação político-ideológico (BECKER, 1985:66), fatos abalizados nos documentos das Colonizadoras (SINOP, 1970; INDECO, 1974.; URBE, 1983) .

Ao longo da pesquisa, um dos fatores de relevância foi a rápida estruturação das cidades a partir de um conjunto de estratégias de Agentes Públicos e Privados⁶⁰ (apresentadas nas Partes I e II) que em menos de uma década, desde as primeiras obras à implantação dessas cidades, proporcionou condições à emancipação da região. Alta Floresta, Matupá, Sinop e Sapezal transformaram-se em sedes de municípios após 03, 04, 05 e 07 anos, respectivamente, após fundação.

As migrações rural-urbana e urbana-urbana foram fatores que contribuíram para o crescimento populacional nessas cidades, vejamos a Tabela 1 e Tabela 2.

Tabela 1: População Residente, por Situação do Domicílio x Ano (Percentual)

Unidade Territorial	Urbana					Rural				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010
Mato Grosso	42,82	57,52	73,26	79,37	81,8	57,18	42,48	26,74	20,63	18,2
Norte Mato-grossense	-	-	58,38	69,83	73,76	-	-	41,62	30,17	26,24
Alta Floresta	-	28,8	56,04	79,36	86,89	-	71,2	43,96	20,64	13,11
Matupá	-	-	69,54	77,83	77,09	-	-	30,46	22,17	22,91
Sapezal	-	-	-	69,83	83,59	-	-	-	30,17	16,41
Sinop	-	43,19	86,66	90,48	82,89	-	56,81	13,34	9,52	17,11

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Série Histórica

60 No caso dos agentes públicos (nos quais incluem instituições como o MINTER, o INCRA, SUDAM e SUDECO, com a promoção de infraestruturas econômicas, principalmente as rodovias de penetração, provendo condições para trânsito dos fluxos migratórios (originados do nordeste e do sul), definição de diretrizes para Projetos de Colonização Privada, bem como acompanhamento e fiscalização da implantação dos mesmos, além de recursos para implantação das infraestruturas urbanas, como dos agentes privados.

Tabela 2: População Residente Urbana x Ano (Quantidade e Percentual)										
Unidade Territorial	Urbana									
	1970		1980		1991		2000		2010	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Mato Grosso	683.857	42,82	655.141	57,52	1.485.110	73,26	1.987.726	79,37	2.482.801	81,8
Norte Mato-grossense - MT	-	-	-	-	309.839	58,38	494.634	69,83	695.367	73,76
Alta Floresta - MT	-	-	6.624	28,8	37.504	56,04	37.287	79,36	42.718	86,89
Matupá - MT	-	-	-	-	7.108	69,54	8.786	77,83	10.927	77,09
Sapezal - MT	-	-	-	-	-	-	5.493	69,83	15.124	83,59
Sinop - MT	-	-	8.590	43,19	33.253	86,66	67.706	90,48	93.753	82,89

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Série Histórica

A Tabela 1 mostra como, até 1970, Mato Grosso era rural, com apenas 42,82% da população residindo em cidades. Na década seguinte há uma pequena alteração do quadro mais, em 2010, o estado, de base agrícola, era eminentemente urbano (81,8%).

O norte do estado também seguiu o mesmo ritmo acelerado de crescimento da população urbana, embora abaixo das taxas de urbanização do estado. Nas Tabelas, a relevância são para os números de crescimento da população nos municípios de Alta Floresta, Matupá, Sinop e Sapezal, que desde a década de 1980, apresentam a maior parte da população nas áreas urbanas, população. Em 2010, Alta Floresta, Sapezal e Sinop ultrapassaram a taxa de urbanização de Mato Grosso, acima dos 82%.

Todo o crescimento populacional urbano está assentando no suporte físico projetado, pelas Colonizadoras e Empresa Agrícola, cujas características projetuais foram apresentadas no Capítulo 4. Grupos Econômicos, Ações e Estratégias na Construção de Territórios em Mato Grosso, mas o quadro atual apresentada a seguir.

5.1.1 Cidades Planejadas, Suporte [Limitado] às Atividades Urbanas

Muitos são os núcleos urbanos implantados sob a égide de planos e projetos urbanísticos. Foi interesse inicial da pesquisa analisar os núcleos urbanos produzidos por meio de intervenção planejada profissional, que se consolidaram como elementos de “retração da própria fronteira”, como também conhecer os alcances e limitações destes planos e projetos na condução do ordenamento territorial e urbano nos dias de hoje.

Esses núcleos urbanos, enquanto espaços constituintes da fronteira agrícola mato-grossense incorporam “fatores econômicos modernos, de essência capitalista, gerando um modelo próprio de cidade” e apresentaram, ao longo das décadas, a necessidade da instalação de determinadas infraestruturas e equipamentos urbanos para atender a rotina destas áreas, proporcionando o desempenho de seu papel entre outros, de suporte para todo um aparato tecnológico voltado para a produção agrícola.

A partir dessas constatações, pode-se compreender o urbano como “um conjunto de meios coletivos físicos e institucionais”, variando ao longo da história conforme as imposições do modelo de desenvolvimento em curso.

5.1.1.1 *A Estrutura Urbana*

As quatro cidades estruturam-se a partir das rodovias. Matupá e Sinop, com a BR-163 e Alta Floresta e Sapezal, com as rodovias estaduais, MT-320 e 235, respectivamente.

Sapezal apresenta dois grandes setores (ver Mapa 14). O setor implantado do lado esquerdo da MT-235 (sentido Rondônia), configura-se a área mais consolidada, com a presença das agroindústrias ao longo do eixo da rodovia, a concentração de comércios, serviços e dos equipamentos sociais (públicos e privados), lazer e recreação, como o parque da cidade. Ao final desta porção, o conjunto que chácaras, que não necessariamente se desempenham a função de cinturão verde. Neste lado da cidade, registrou-se, até o momento dos levantamentos de campo, uma parte considerável de lotes urbanos vazios, e a implantação de conjunto habitacional.

SAPEZAL USO DO SOLO

Legenda:

 Residencial	 Industrial
 Misto	 Chácara/Rural
 Comércio/Serviço	 Área livre (Lazer, Recreação e APP's)
 Institucional	 Vazio

Considerada, pelos moradores, como uma cidade cara, em Sapezal, verifica-se, do lado direito, a alternativa para quem não conseguiu adquirir um lote no primeiro setor estruturado. É uma área de expansão, com parcelamentos recentes e que se apresenta como uma área em franco crescimento, na época⁶¹, um número considerável de construções de edifícios residenciais em curso.

Matupá segue, em linhas gerais, as orientações do Plano Diretor Urbano, elaborado pelo escritório URBE (1983), em consonância com as diretrizes da Agropecuária do Cachimbo e Escritório Fronteira Norte – Engenharia (ver Mapa 15). Distinguem-se, claramente, as Zonas de Uso Regional (apenas a estruturada ao longo da BR-163) e as Zonas Residenciais, com a permanência dos caminhos para pedestres e dos núcleos de equipamentos comunitários. A maior parte dos vazios urbanos encontra-se nas Zonas Governamental e Habitacional de menor densidade. Até onde consta, o parcelamento das glebas eram realizadas conforme demanda na cidade, mas, ao contrário da Indeco e Sinop, não houve obrigações contratuais estipulando prazo máximo para construção, cuja desobediência implicava no cancelamento da compra.

⁶¹ Desde de 2011, várias viagens foram realizadas nos municípios estudados. Entretanto, os levantamentos da estrutura urbana foram realizados entre janeiro e maio de 2014.

SINOP
USO DO SOLO

Legenda:

Residencial	Industrial
Misto	Urbano/Rural
Comércio/Serviço	Área livre (Lazer, Recreação e APPAs)
Institucional	Vazio

Em 2012, verificou-se o parcelamento de uma gleba doada, ainda pela Agropecuária do Cachimbo⁶², para expansão da cidade, com a implantação do conjunto habitacional com recursos do Programa Minha Casa Minha. A existência do Plano Diretor Urbano, e a doação da área à Prefeitura condicionada ao atendimento das diretrizes do mesmo, evidenciou como aspectos muito criticados do PMCMV⁶³ afloram diante da ausência ou ineficácia dos Planos Diretores e demais legislações urbanísticas e ineficiência das Instituições Municipais e Estaduais (AZEVEDO, 2012)

A presença do Grupo Bom Futuro e da Amaggi vem imprimindo uma nova dinâmica em Matupá. A construção dos armazéns desses grupos renova a dinâmica urbana e regional na cidade e seu entorno. O grupo pretende abrir novos parcelamentos, não antes da ocupação dos lotes ociosos, cujo valor/m² apresentou um aumento de mais de 400% (em 2012, valia R\$ 14,00/m²; em março de 2015, R\$ 75,00/m²). Na cidade, construções residenciais e comerciais em curso. É notícia na cidade o contato que a Bom Futuro vem realizando com o escritório URBE, para revisão do Plano Urbano diante da nova dinâmica.

62 Sem precisar a data, mas consta que, já em 2013, a Agropecuária do Cachimbo, entre outras empresas do Grupo Ometto em Matupá, foram adquiridas pelo Grupo Bom Futuro, responsável atual pela administração de algumas fazendas e as áreas de expansão urbana entre outras ligadas a cidade.

63 Estudiosos indicam como os conjuntos habitacionais, sob a égide do PMCMV são implantados em zonas de expansão, fora dos limites urbanizados, criando enclaves desassistidos do conjunto de infraestruturas sociais e econômicas das cidades. Em Mato Grosso, o mesmo padrão foi constatado, das grandes a pequenas cidades (AZEVEDO et al, 2013). Primeiros levantamentos sobre a estrutura institucional da Prefeitura de Matupá, e dos outros municípios, foram realizados desde 2012. Entretanto, a fragilidade política, econômica e técnico-administrativa ficavam cada vez mais evidente, repetindo-se considerações das pesquisas anteriores (AZEVEDO, 2006; 2007). Destaca-se, unicamente, as contribuições valiosas dos técnicos e gestores, em nome de Waldiney Trujillo, Secretária Municipal da Cidade – Alta Floresta), Rute Lara (Engenheira Civil, técnica da Prefeitura de Matupá), pela atenção dispendida.

Alta Floresta foi implantada conforme projeto urbanístico desenvolvido pela INDECO, para a área urbana que deveria se tornar *“o lugar de referência do extremo norte mato-grossense”* (FERREIRA, 2001:364). O objetivo era

[...] Instalar aceleradamente uma cidade em plena floresta amazônica, com pista para aviões, construção de hotéis, cinemas, clubes, restaurantes, residências de luxo, bancos e empresas que controlam o comércio regional, órgãos do governo que determinam o tipo das sementes e os plantios... Isso tudo não correspondia apenas um investimento econômico. Projetavam e construíam muito mais que isso: um domínio político regional (GUIMARÃES NETO, 2001: 92).

De fato, Alta Floresta é a cidade que polariza toda a sua região, que inclui Carlinda, Paranaíta e Apiácas. Para os parâmetros de Mato Grosso, Alta Floresta possui alta diversificação, embora especialização de serviços urbanos. A sua estrutura urbana suporta uma densidade média de equipamentos e estabelecimentos econômicos e sociais, figurando como um Centro Sub-regional 2 e um Município Urbano de Pequenas Dimensões Demográficas (AZEVEDO, 2006).

A maior parte desses equipamentos assenta-se sobre os limites planejados inicialmente. Ainda pode-se observar a estrutura inicial do seu projeto urbanístico, que, em sua Zona-Eixo Central, divide com as vias coletoras, ponto de comércios e serviços (Mapa 16).

Os equipamentos públicos (Prefeitura e Secretarias, Escola, Hospital, Igrejas, entre outros) e as áreas livres, encontra-se na área projetada inicialmente. Na análise, dois movimentos de expansão ocorrem na cidade, na porção leste, adjunta ao núcleo

projetado (com novos parcelamentos particulares de padrão médio, inclusive empreendimentos da Indeco) e ao sul, do outro lado da rodovia, padrão baixo.

Sinop foi implantada com base em projeto urbanístico, inspirado nas qualidades da também cidade de fronteira do norte do Paraná – Maringá, exemplo dos princípios fundados por Ebenezer Howard e suas cidades jardins, todavia, ainda na década de 1990, já extrapolava os limites da “casinha”⁶⁴, inserindo na área urbanizada, as antigas chácaras .

Dois centros de comércio e serviços se estruturam na cidade, um a partir da BR-163, o Centro Regional, e o segundo, na avenida principal, o centro de comércio urbano. Nos bairros, pequenos comércios e serviços fornecem suporte para algumas áreas mais afastadas do centro da cidade.

64 Como os sinopenses denominam, devido a forma, a área do projeto urbanístico da Colonizadora Sinop.

Legenda:

Residencial	Industrial
Misto	Chácara/Rural
Comércio/Serviço	Área livre (Lazer, Recreação e APP's)
Institucional	Vazio

É na área central (a casinha), onde estão instalados os melhores equipamentos comunitários, de lazer e recreação. (Mapa 17).

Sinop é o principal Polo Regional do Norte de Mato Grosso que, nas palavras de Luís Otávio de Carvalho (2014), para o empresário, é cada vez mais clara (e crescente), o potencial a ser explorado no município, e também na cidade,

[...] o empresário sabe. Nós tivemos noção disso quando o Carrefour pôs o Atacadão aqui. Nós vimos como que estavam as coisas, e dizíamos que a cidade ainda não comportava. [...] Todo mundo vem fazer compra aqui. [...] saúde, mantimentos, atendimento ao carro. Fui presidente da Associação dos Comerciantes por cinco anos aqui, e acompanhei a briga do setor de hotelaria com o prefeito, que queria os comércios e serviços nos finais de semana. Porque nos finais de semana, todos vem para Sinop passear. O filho coloca aparelho no dente, a mulher vai ao médico, o marido vai comprar coisas agrícolas para sua fazenda, [...] eles ficam no hotel, a noite eles saem, no domingo eles fazem uma compra grande para o mês e vão embora. Você vê o potencial aí... (CARVALHO, 2014).

MATUPÁ

USO DO SOLO

Legenda:

Residencial		Industrial		Área de Expansão Urbana
Misto		Chácara/Rural
Comércio/Serviço		Área livre (Lazer, Recreação e APP's)
Institucional		Vazio		

Os reflexos da estrutura produtiva baseada na produção agrícola, realizada nos espaços rurais, são sentidos no espaço urbano, onde o setor terciário (comércio e serviços) especializa-se nos produtos agrícolas (defensivos, máquinas e tratores) e abriga as indústrias (madeireiras, em um primeiro momento); a paisagem, apesar de não ser a industrial, também apresenta a escala e dimensões industriais com a presença de equipamentos como silos, armazéns e os espaços das feiras agropecuárias, exigindo complexas articulações urbana e regional e gerando modelos particulares de cidades (AZEVEDO, 2006). (FOTOS)

5.1.1.2 [Precária] Infraestrutura Regional e Urbana do Norte Mato-grossense

Especificamente no norte de Mato Grosso, o espaço urbano tornou-se ponto de apoio e regulação do que se faz no campo, como também é o lugar dos agroempresários, dos profissionais liberais especializados, ligados a esta produção agrícola, mas, muitas vezes, também é o local onde se concentra a população economicamente desocupada (AZEVEDO, 2006).

A implantação de infraestrutura nos microterritórios, e nos núcleos urbanos, era de responsabilidade das empresas. Porém, frequentemente, recursos dos programas federais foram destinados à implantação dessas infraestruturas o que, nas palavras de Silvana de Abreu, desmistifica que “seria [somente] o capital privado que estava ‘construindo’ [o espaço] na Amazônia brasileira” (ABREU, 2001:142).

Estes estímulos aceleraram a estruturação dos núcleos, contribuindo com a rápida elevação à categoria de municípios, transformando algumas cidades no norte de Mato Grosso em centros de desenvolvimento econômico e político, como é o caso de Alta Floresta, e Sinop, entre outros⁶⁵. (ABREU, 2001:143; GUIMARÃES NETO, 2002:150;152).

Ainda que impere certa precariedade das rodovias – federais e estaduais⁶⁶ (ver fotos), é fato que, somente por meio delas, a circulação dos fluxos de produção e migratório ocorreram sobremaneira no início do processo de colonização, fazendo surgir cidades de notável conflito entre a quantidade e a qualidade da infraestrutura ofertada, afirmação corroborada por Becker:

[...] a ausência de infra-estrutura e serviços nas cidades certamente não é uma especificidade da Amazônia [e Mato Grosso], na medida em que é comum a grande parte das cidades brasileiras. A especificidade regional advém da generalização e do grau de carência, decorrentes da rapidez da urbanização e da imigração, que tornam as cidades incapazes de atender à massa de população urbana (BECKER, 2005:409)

Na média, a região Centro-Oeste, embora com incrementos nas últimas décadas, é uma das áreas que ainda apresenta graves problemas nas infraestruturas regionais e urbanas.

⁶⁵ Pode-se citar, ainda, Porto dos Gaúchos, Juína, Colíder, Sorriso, de colonização privada. Decorrente de Projeto de Assentamento, Lucas do Rio Verde.

⁶⁶ Muitas rodovias, pela sua capacidade de suporte inferior ao grau de trafegabilidade ainda integram os programas de investimentos públicos e privados, como a BR-163, em processo de duplicação até Sinop e pavimentação, no norte de Mato Grosso, adentrando no Pará. As rodovias estaduais, a precariedade é ainda maior, pela ausência de manutenção, como se constatou nos levantamentos de campo, destacando a MT-320, que liga Alta Floresta à BR-163.

Muitos municípios são praticamente administrados por empresários do agronegócio e nota-se que é corriqueira a prática de parcerias entre os vários empresários e o poder público para a implantação ou melhoria da infraestrutura necessária para o escoamento da produção, alternativa para evitar prejuízos à atividade econômica regional com dificuldade de escoamento da produção (AZEVEDO, 2006:143), como o corredor noroeste de exportação, estrutura pela Amaggi, como também o Programa Estradeiro, que aconteceu nos anos 2000, parcerias firmadas entre os produtores locais com o governo do estado, para manutenção das vias estaduais e vicinais.

A gravidade da situação das rodovias em Mato Grosso apresenta-se de tal forma que levou o atual governador do estado, nos primeiros meses de seu mandato, anunciar, em evento público⁶⁷, que “Mato Grosso ajuda o Brasil [auxilia a balança comercial do Brasil com a sua produção] e que está na hora do país ajudar o Estado”, para não prejudicar o escoamento dos produtos, provocando redução nas próximas safras.

A infraestrutura urbana, em Mato Grosso e na região Norte, também se apresenta com alto déficit de atendimento da população com abastecimento de água canalizada (residencial, comercial, industrial e pública).

Em Mato Grosso, as ações de saneamento é de responsabilidade das administrações municipais, o que pode indicar o baixo grau de eficiência e de investimentos, dada às

67 Governador Pedro Taques, durante solenidade de abertura do Show Safra BR-163, em março de 2015. (PETROLI, Viviane. Taques frisa que o Brasil precisa ajudar Mato Grosso durante Show Safra. Agro Olhar. Disponível em <http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=18781#!prettyPhoto>. Acesso: março, 2015).

fragilidades institucionais (entre elas, limitações financeiras e técnicas) que a maioria dos municípios apresenta (AZEVEDO, 2006; 2007).

Com dados estatísticos (Tabela 3) e os levantamentos de campo (fotos), confirma-se a mesma precariedade nas cidades estudadas. A infraestrutura básica instalada, à época, pelas Colonizadoras, poderia atender bem nos primeiros anos, quando o contingente populacional era menor, todavia, com o adensamento populacional, apresentam-se insuficientes, diante do fato que pouca coisa, ou nada, mudou em alguns casos, com relação às Infraestruturas de Saneamento (abastecimento de água, rede de esgotamento e tratamento sanitário e drenagem urbana). Aliás, pelas características do sítio de implantação de Sinop extremamente plano, combinada com os altos índices pluviométricos e impermeabilização crescente da cidade, uma das alternativas técnicas utilizadas - as valas de drenagem -, tornaram-se pontos de problemas, com capacidade de armazenamento e vazão aquém do necessário, causando graves alagamentos na área central.

Tabela 3: Domicílios Permanentes Ligados as Rede Geral de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (%)

Municípios	Domicílios com Água Encanada - Rede Geral			Domicílios com Instalações Sanitárias - Rede Geral		
	1980,00	1991,00	2000,00	1980,00	1991,00	2000,00
Alta Floresta	0,00	8,97	28,91	0,00	0,00	0,38
Matupá		17,37	41,61			0,10
Sapezal			70,24			1,08
Sinop		23,40	20,21			0,23

IPEA, 2015. Org. Azevedo

Ainda assim, a estrutura urbana abriga as atividades de comércio e serviços e a maior parte da população economicamente ativa ocupada, em crescente aumento em alguns casos, como veremos adiante, após a análise da estrutura rural, para uma análise integrada da questão.

5.1.2 O Espaço Rural (ou Estruturação Fundiária Rural)

O 'novo' espaço rural ganha ares modernizados, com objetos característicos do meio urbano e que atendem a maneira como se conduz a exploração econômica, em escala industrial, o que resulta em novas configurações no rural. .

As Políticas Territoriais Públicas e Privadas divulgavam Projetos de Colonização que priorizariam o pequeno e médio produtor. Cabe destacar que, conforme a localização geográfica no Brasil, a relação tipo de produtor x dimensão da propriedade é relativa. Pautando-se nas unidades de medida agrária definida como Módulo Fiscal (MF), ou seja, medidas mínimas para uma propriedade possam ser/ ou consideradas economicamente viáveis⁶⁸. A saber, em Alta Floresta e Sapezal, o

⁶⁸ Em 1979 foi o primeiro momento que o Módulo Fiscal foi instituído no Brasil, por Instrução Normativa do INCRA. Entre os vários critérios que permanecerem ao longo do tempo, "o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, fossem expressivas em função da renda ou da área utilizada e, o conceito de propriedade familiar [...] Os 54 municípios com tamanho de módulo fiscal de 5 ha compreendem as regiões metropolitanas de São Paulo/ SP (25 municípios), Rio de Janeiro/RJ (19 municípios), Salvador/ BA (2 municípios), Aracaju/SE, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS e Recife/ PE. Os municípios com módulo fiscal maior ou igual a 100 ha concentraram-se nos Estados do Acre (18 municípios), Amazonas (39 municípios), Mato Grosso (41 municípios), Roraima (7 municípios) e Mato Grosso do Sul (2 municípios). Corumbá/MS e Ladário/MS foram os únicos municípios que apresentaram módulo fiscal de 110 ha." (EMBRAPA, 2012).

módulo fiscal é igual a 100ha, e Matupá e Sinop, 90ha. A partir desta referência, temos:

Quadro 21: Caracterização das Propriedades Rurais nos Municípios do Norte de Mato Grosso.		
Tipo - Propriedade	Características	Valores Médios
Minifúndios	com tamanho de até um módulo fiscal;	0-90 ha (Matupá, Sinop) 0-100ha (Alta Floresta e Sapezal)
pequenas propriedades :	com área entre um e quatro módulos fiscais	> 90 < 360ha(Matupá, Sinop) > 100 < 400ha (Alta Floresta e Sapezal)
médias propriedades	com dimensão superior a quatro até 15 módulos fiscais	> 360 < 1.350ha (Matupá, Sinop) > 400 < 1.500,00ha (Alta Floresta e Sapezal)
grandes propriedades	com área maior do que 15 módulos fiscais.	> 1.350,00 (Matupá, Sinop) > 1.5000,00 (Alta Floresta e Sapezal)

Fonte: Embrapa, 2012. Organização Doriane Azevedo

As referências dos Projetos de Colonização, ao menos os de Alta Floresta e Sinop, mostram que, embora as propostas assumiram a opção por um mix de tipos (minifúndio, pequena, média e grande propriedade), o percentual permanecia entre 45% para propriedades até 300ha e mais de 50% para propriedades entre 300 a 600ha. Cabe destacar que, normalmente, aproximadamente 50% das glebas adquiridas eram parceladas, a outra parte, voltadas para grandes fazendas, às vezes, administradas pelas próprias colonizadoras (Fazenda Caiabi da Indeco, plantações de mandioca da Sinop e as Fazendas de criação de Gado da Agropecuária do Cachimbo). Embora a pesquisa se aproximou mais da realidade dos Projetos Privados, destacamos que a Região Norte do estado teve uma quantidade considerável de Projetos de Assentamento – PA -, promovidos pelo INCRA)

contribuindo com a estruturação fundiária, é o caso do PA Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo, PA Braço Sul, para citar os mais importantes ao longo da BR-163⁶⁹.

Ao analisarmos os Dados do Censo Agropecuário, vemos que após mais de 40 anos, as características fundiárias dos projetos de colonização (em menor proporção) se consolidam na escala dos municípios mato-grossenses, como demonstra a **Tabela 4**.

⁶⁹ Outros mais foram implantados, somente para citar no entorno de Matupá, apresentado na Tabela (Parte II, Grupo Ometto e a Agropecuária [e Colonizadora] Cachimbo))

Tabela 4: Número e Área dos estabelecimentos por Unidade da Federação e Município – 2006.

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO X VARIÁVEL															
	MATO GROSSO				ALTA FLORESTA				MATUPÁ				SAPEZAL			
	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários	estabelecimentos agropecuários
De 0 a 5ha	10.073	8,92	23.020	0,05	49,76	20,848	0,16	32,3	22,02	0,657	0,18				42,625	3,225
De 5 a 50ha	14.264		357.851		31,3	7.325										1.720
De 50 < 100 ha	23.904	21,16	1.544.595	3,17	30,4	13,12	19,723	3,68	70,5	48,06	36,77	9,77	-	-	-	38,6
De 100 < 200 ha	12.002	10,62	1.534.498	3,15	21,5	9,28	28,209	5,27	13,3	9,07	15,783	4,23	1,12	X	X	5,68
De 200 < 500 ha	9.332	8,26	2.969.483	6,1	18,5	7,98	57,746	10,9		3,58	16,594	4,45	4,49	1.324	0,4	5,73
De 500 < 1000 ha	5.123	4,53	3.598.708	7,39		2,76	44,486	8,31		1,19	14,420	3,87	1,04	11,79	1,4	4,56
De 1000 < 2500 ha	4.929	4,36	7.717.314	15,85		3,79	118,41	22,06		2,43	76,983	20,64	2,47	26,506	7,49	3,44
De 2500 ha e mais	3.815	3,38	30.227.539	62,08		1,51	244,219	45,62		1,24	209,403	56,13	53,48	491,32	9,08	1,23
Total	112.987	10,0	48.688.711	10,07	2,310	535,321	10,0	1,467	373,09					541,103	1,0	1.302

Fonte: Censo Agropecuário, 2006. Organização: Azevedo

Em Sinop, mais de 40% são minifúndios, o que representam 11% da área total das unidades agropecuárias no município. Pouco mais de 10% das unidades correspondem a pequenas propriedades, que também correspondem a, aproximadamente, 11% da área. Com um total de 39.983ha (mais de 15% do total da área do município), tem-se as médias propriedades (4% das unidades). Uns 60% da área total dos estabelecimentos abrigam as grandes propriedades, que equivalem a 5% do número de estabelecimento.

Mais ao norte, em Alta Floresta, dos 100% do número de estabelecimentos, 46% são minifúndios, 17% pequenas propriedades, 2,76%, média propriedade e 5% grande propriedade, resultando em um pouco mais de 4%, 16%, 10% e 67% da área total dos estabelecimentos.

Os Projetos de Assentamento do Incra, tanto em áreas adjuntas ao Projeto Agropecuário da Cachimbo, como também desapropriação de parte desta para fins de reforma agrária devem justificar que mais de 75% do número de estabelecimentos em Matupá sejam de minifúndios, correspondendo a uns 10% da área total dos estabelecimentos. A pequena propriedade gira em torno de 13%, com 8,7% área total e a média propriedade representa 1,3% dos estabelecimentos e menos de 4% da área. Mais de 76% da área total estão incorporadas nas grandes propriedades, que importam em pouco mais de 4% do número de estabelecimentos.

A grande propriedade é o tipo mais que predominante em Sapezal, mais de 80% do número de estabelecimentos encontram-se nesta faixa, correspondendo a 97% da área total.

O censo agropecuário indica que não há minifúndios em Sapezal. Diante da afirmativa que existiram doações de chácaras até 5ha no entorno do núcleo urbano, provável que foram incorporadas à área urbana do Município. Todavia, a pequena propriedade representa mais de 5% do número de estabelecimentos e a média propriedade 11,24%, equivalendo a 1,44% da área total dos estabelecimentos. Destacamos que, para a Amaggi, propriedades com área mínima de 300ha são consideradas economicamente viável quanto à produção da soja. Em síntese, o **Quadro 22** mostra os padrões e as singularidades dos estabelecimentos agrícolas nos quatro municípios.

Quadro 22: Classificação dos Estabelecimentos Agrícola por Número e Área de Estabelecimentos – Alta Floresta, Matupá, Sinop e Sapezal

MUNICÍPIO		ALTA FLORESTA	MATUPÁ	SAPEZAL	SINOP
Minifúndio	Número Estabelecimento	46%	75%	-	40%
	Área	+4%	10%	-	11%
Pequena	Número Estabelecimento	17%	13%	+5%	+10%
	Área	+16%	8,7%	-	11%
Média	Número Estabelecimento	2,76%	1,3%	11,24%	4%
	Área	10%	4%	1,68%	15%
Grande	Número Estabelecimento	5%	4%	80%	5%
	Área	67%	76%	97%	60%

Fonte: Censo Agropecuário, 2006. Org. Azevedo.

Enquanto Alta Floresta e Sinop mantêm as características definidas, inicialmente, pelos Projetos de Colonização, em Matupá vê-se, fortemente, os reflexos dos Projetos

de Assentamento do Incra mesclados à da proposta da Cachimbo, ao vermos o percentual de número de estabelecimentos de minifúndios. Nos três municípios, a somatória dos minifúndios a médias propriedades variam entre 25 a 35% do número de estabelecimentos, e o que permitem, em alguma medida, também a produção de subsistência, mas também de leite, carne e hortaliças para o mercado interno.

Sapezal está no cinturão da soja, na região da Chapada dos Parecis e, sendo um dos municípios com as maiores produções do estado. A grande propriedade é estimulada com também viabiliza os números crescentes.

Cabe verificarmos como as produções se conformaram ao longo das décadas nessas regiões, considerando as incentivas no início da década de 1970 até os dias atuais.

5.1.2.1 A Produção Agrícola

A base econômica de Mato Grosso é prioritariamente agrícola. Em alguns casos, teve o incentivo, por parte das colonizadoras, às culturas permanentes, como foi em Alta Floresta e Sinop, com a borracha, o guaraná, o cacau, no primeiro, e o café em ambos. Mas a maior parte das áreas era voltada para culturas temporárias, como o arroz e o feijão, milho e mandioca. Destaque também para a importância da pecuária no estado e sua região norte.

Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por utilização das terras, condição do produtor em relação às terras, tempo em que o produtor dirige o estabelecimento, grupos de área total e associação à cooperativa e/ou à entidade de classe

Unidade Federativa / Mesorregião e Municípios	MT	Norte Mato-grossense	Alta Floresta	Matupá	Sapezal	Sinop
Utilização das terras	estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Lavouras - permanentes	0,84	0,47	0,45	0,4		0,81
Lavouras - temporárias	11,96	15,8	0,76	3,14	51,21	44,27
Total Lavoura	12,8	16,27	1,21	3,54	51,21	45,08
Pastagens - naturais	9,05	2,93	0,79	1,5	1,93	1,41
Pastagens - plantadas degradadas	3,32	2,06	2,5	1,41		1,23
Pastagens - plantadas em boas condições	32,95	27,34	49,87	34,33	2,33	11,6
Total Pastagem	36,27	29,4	52,37	35,74	2,33	12,83
Total	58,12	48,6	54,37	40,78	55,47	59,32

FONTE: Censo Agropecuário, 2006. Org. Azevedo

Nota: 1 - Dentre os tipos de Utilidades das Terras, temos ainda lavouras voltadas à plantação de forrageiras, cultivo de flores, como também matas e florestas, terras degradadas e áreas de tanques para exploração de aquicultura.

No território de Mato Grosso, mais de 50% são áreas destinadas à produção agrícola com lavouras (permanentes e temporárias) e pastagens, sendo mais de 12% para lavouras e 36% de pastagens. Na mesorregião norte, mantendo quase a mesma proporção do estado, apresentando um ligeiro aumento da área de lavoura, para 16,27%.

Entre os municípios, temos dois extremos. Em Alta Floresta e Matupá predomina a área de pastagens (52,37 e 35,74% respectivamente) e apenas 1,21 e 3,54% para lavouras. Destacamos a área total em Matupá, menor que a média da mesorregião, o

que pode ser relacionado com a grande presença de garimpos/áreas de exploração de ouro.

Mas em Sinop e Sapezal, são as áreas de lavoura que imperam. Em Sinop, 45,08% estão destinadas à lavoura e, 51,21% em Sapezal. No geral, por serem municípios/região inseridos no recorte da Amazônia Legal, até 50% das áreas das propriedades devem ser preservadas, mantendo e/ou recuperando as áreas de proteção permanente. Diante do uso de mais de 50%, apenas com lavoura e pastagens, sem contar as outras finalidades, evidencia contradições entre os números totais e a legislação vigente, uma vez que os recortes territoriais analisados estão na casa de 50% das áreas utilizadas (apenas com lavoura e pastagens), do total de seus territórios.

Quando falamos de pastagens, estamos nos referindo ao suporte para a criação mais expressiva, que é a bovina. Mato Grosso apresenta um dos maiores rebanhos bovino do País, voltados tanto ao mercado interno quanto ao externo. Embora desde o Império, a antiga Capitania de Mato Grosso era conhecida pela exportação da carne de charque e outros derivados, pelo Rio Paraguai-Paraná, a série histórica sobre a bovinocultura no estado mostra que até a década de 1980, as áreas de produção pecuária estavam concentradas na porção sul de Mato Grosso (Sinop, área com rebanhos que variavam de 250.000 a 750.000 cabeças de gado, utilizando as áreas de pastagem, tanto na produção extensiva quanto intensiva, em algumas propriedades.

Cartograma 1). Na década de 1990, desde a região da Chapada dos Parecis até nos municípios mais ao norte, como Alta Floresta e Matupá, Sinop, área com rebanhos que variavam de 250.000 a 750.000 cabeças de gado, utilizando as áreas de pastagem, tanto na produção extensiva quanto intensiva, em algumas propriedades.

Das lavouras permanentes proposta pelo projeto de Colonização da Indeco e Sinop, algumas poucas merecem destaque, mais pelos registros no Censo Agropecuário até 2013, do que pela área destinada à produção e a quantidade produzida. A Tabela 6: Lavoura Permanente – Produção, Área destinada à colheita e Quantidade Produzida. Anos (1990, 2000, 2010 e 2013) deixa claro a inexpressividade da produção de borracha, cacau, guaraná, pimenta-do-reino e café. Este último, ainda nos registros (principalmente em Alta Floresta, seguido por Matupá e Sinop) que levam a crer em uma produção para consumo próprio. Em Sapezal, considerando as características do cerrado na região da Chapada dos Parecis, não há registros de lavouras permanentes.

1975

1980

1985

1990

1995

2000

2005

2010

População Bovina (em cabeças)

Tabela 6: Lavoura Permanente – Produção, Área destinada à colheita e Quantidade Produzida. Anos (1990, 2000, 2010 e 2013)

Município	Variável	Ano	Lavoura permanente				
			Borracha (látex coagulado)	Cacau (em amêndoa)	Café (em grão) Total	Guaraná (semente)	Pimenta-do-reino
Alta Floresta	Área destinada à colheita (Hectares)	1990	72	1.934	26.958	285	-
		2000	-	2.600	9.500	300	4
		2010	30	380	1.000	180	4
		2013	-	350	800	180	2
	Quantidade produzida (Toneladas)	1990	43	1.100	28.414	29	-
		2000	-	910	2.470	108	1
		2010	17	228	900	108	2
		2013	-	280	960	108	1
Matupá	Área destinada à colheita (Hectares)	1990	-	-	180	50	-
		2000	-	-	8	-	-
		2010	-	-	6	-	-
		2013	-	-	6	-	-
	Área colhida (Hectares)	1990	-	-	180	50	-
		2000	-	-	8	-	-
		2010	-	-	6	-	-
		2013	-	-	6	-	-
	Quantidade produzida (Toneladas)	1990	-	-	216	10	-
		2000	-	-	6	-	-
		2010	-	-	3	-	-
		2013	-	-	4	-	-
Sapezal	Área destinada à colheita (Hectares)	1990	-	-	-	-	-
		2000	-	-	-	-	-
		2010	-	-	-	-	-
		2013	-	-	-	-	-
Sinop	Área destinada à colheita (Hectares)	1990	172	-	260	207	-
		2000	-	-	50	170	-
		2010	-	-	50	-	1
		2013	12	-	-	-	-
	Quantidade produzida (Toneladas)	1990	12	-	208	62	-
		2000	-	-	30	102	-
		2010	-	-	45	-	2
		2013	4	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2015. Org.: Doriane Azevedo

A participação de destaque de Mato Grosso no PIB brasileiro deve-se a produção das lavouras temporárias. Desde 1990, o estado é já esteve várias vezes como o maior produtor de grãos do País, com relevância as produções de algodão⁷⁰, arroz, feijão, girassol, milho e soja (ver Tabela 7). Também aparece a mandioca, que foi a base da indústria de biocombustível do “Ariosto da Riva”, em Sinop, é uma das culturas temporárias com menor produção no estado, entretanto, somente a Mesorregião Norte produz quase metade desse total. Dentre os municípios estudados, Alta Floresta e Matupá são os que apresentam maior produção.

Tabela 7: Lavoura Temporária - Área Plantada, Quantidade Produzida e Valor da Produção (1990 a 2013)									
Unidade Territorial	Variável	Ano	Lavoura temporária						
			Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Girassol (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)
Mato Grosso	Área plantada (Hectares)	1990	43.422	381.387	70.912	-	30.102	273.511	1.552.910
		1995	70.215	422.803	37.129	-	23.764	445.861	2.338.926
		2000	257.762	700.533	28.611	-	27.317	562.582	2.906.648
		2005	483.525	855.067	42.244	16.315	38.498	1.073.146	6.121.724
		2010	420.132	235.287	107.845	40.582		2.014.192	6.227.044
		2013	486.024	157.903	207.158	50.691	23.236	3.416.701	7.931.905
	Quantidade produzida (Toneladas)	1990	57.634	420.722	30.890	-	377.943	618.973	3.064.715
		1995	87.458	762.327	23.220	-	341.526	1.226.157	5.491.426
		2000	1.002.836	1.851.517	24.663	-	362.191	1.429.672	8.774.470
		2005	1.682.839	2.262.863	66.122	22.207	517.479	3.483.266	17.761.444
		2010	1.454.675	687.137	133.81	41.514	496.621	8.164.273	18.787.783
		2013							

⁷⁰ Como comentado na Parte 1, desde a década de 1990, um conjunto de ações do Governo Estadual e Instituições de Pesquisa Privadas foram realizadas para promover a produção de algodão no estado, como o Programa PROALMAT.

Tabela 7: Lavoura Temporária - Área Plantada, Quantidade Produzida e Valor da Produção (1990 a 2013)									
Unidade Territorial	Variável	Ano	Lavoura temporária						
			Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Girassol (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)
					3				
		2013	1.867.422	497.283	279.617	84.557	335.736	20.186.020	23.416.774
Valor da produção		1990 (Mil Cruzeiros)	961.970	2.660.339	1.071.839	-	3.011.891	2.968.489	21.635.676
		1995 (Mil Reais)	31.331	90.295	10.088	-	98.423	105.541	676.787
		2000 (Mil Reais)	606.770	358.632	16.472	-	113.267	233.098	2.123.434
		2005 (Mil Reais)	4.119.679	697.311	89.250	18.046	236.702	799.379	6.678.093
		2010 (Mil Reais)	2.057.753	316.091	248.790	22.669	296.516	1.203.626	8.733.267
		2013 (Mil Reais)	3.396.360	306.780	517.640	70.704	320.656	4.725.698	17.865.802
Norte Mato-grossense - MT	Área plantada (Hectares)	1990	17.912	173.210	29.657	-	5.021	104.180	703.378
		1995	18.437	261.182	19.777	-	7.576	194.471	1.294.766
		2000	107.373	541.749	18.039	-	6.472	315.682	1.826.504
		2005	207.101	614.863	29.000	10.277	11.211	778.387	3.978.585
		2010	201.427	167.045	71.935	39.812	12.478	1.418.237	4.175.990
		2013	256.156	125.133	140.227	48.246	8.666	2.417.378	5.185.079
	Quantidade produzida (Toneladas)	1990	24.991	212.788	12.962	-	61.335	207.405	1.302.932
		1995	22.434	491.480	11.743	-	99.920	469.117	3.063.234
		2000	388.744	1.489.073	15.037	-	94.483	809.109	5.497.870
		2005	657.881	1.690.6	47.017	15.693	160.412	2.452.656	12.124.773

Tabela 7: Lavoura Temporária - Área Plantada, Quantidade Produzida e Valor da Produção (1990 a 2013)										
Unidade Territorial	Variável	Ano	Lavoura temporária							
			Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Girassol (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)	
				40						
		2010	620.926	509.386	82.588	40.359	203.045	5.577.043	12.492.849	
		2013	954.376	399.727	185.964	81.029	143.605	14.505.380	15.311.624	
		Valor da produção	1990 (Mil Cruzeiros)	480.440	1.338.260	483.656	-	669.027	912.599	8.320.664
1995 (Mil Reais)	7.469		57.936	5.261	-	25.629	38.701	356.031		
2000 (Mil Reais)	233.305		291.430	10.550	-	33.103	141.117	1.311.094		
2005 (Mil Reais)	1.593.277		513.212	65.985	12.703	77.092	537.596	4.542.506		
2010 (Mil Reais)	878.871		232.715	140.194	22.092	119.254	770.013	5.421.636		
2013 (Mil Reais)	1.723.514		246.434	345.906	67.874	112.651	3.239.293	11.217.242		
Alta Floresta - MT	Área plantada (Hectares)	1990	600	8.400	6.524	-	200	5.250	-	
		1995	3.960	14.500	4.000	-	100	6.000	-	
		2000	50	8.800	1.500	-	250	1.500	-	
		2005	-	9.431	240	-	250	800	810	
		2010	-	3.500	50	-	300	800	431	
		2013	-	4.000	30	-	300	1.050	2.400	
	Quantidade produzida (Toneladas)	1990	360	8.958	1.485	-	1.600	7.875	-	
		1995	4.752	27.550	1.116	-	1.000	12.000	-	
		2000	41	26.400	792	-	3.750	3.870	-	
		2005	-	26.595	170	-	3.750	1.440	2.187	
		2010	-	14.000	30	-	6.000	2.400	1.293	
		2013	-	16.800	18	-	6.000	4.362	7.200	

Tabela 7: Lavoura Temporária - Área Plantada, Quantidade Produzida e Valor da Produção (1990 a 2013)									
Unidade Territorial	Variável	Ano	Lavoura temporária						
			Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Girassol (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)
	Valor da produção	1990 (Mil Cruzeiros)	6.964	71.642	65.343	-	26.800	41.738	-
		1995 (Mil Reais)	1.584	3.213	465	-	200	1.000	-
		2000 (Mil Reais)	23	7.656	502	-	1.500	615	-
		2005 (Mil Reais)	-	7.846	264	-	1.369	239	654
		2010 (Mil Reais)	-	6.440	48	-	3.000	408	568
		2013 (Mil Reais)	-	10.080	57	-	4.200	1.025	5.863
Matupá - MT	Área plantada (Hectares)	1990	-	880	20	-	70	1.350	-
		1995	-	500	150	-	150	800	-
		2000	102	20.000	660	-	60	3.500	50
		2005	-	8.454	200	-	2.200	2.500	4.632
		2010	-	3.500	50	-	1.100	1.000	2.000
		2013	-	2.000	50	-	800	2.000	20.125
	Quantidade produzida (Toneladas)	1990	-	968	9	-	1.050	2.430	-
		1995	-	800	110	-	2.250	1.280	-
		2000	61	64.000	396	-	1.080	9.601	135
		2005	-	26.376	138	-	26.400	8.100	11.117
		2010	-	12.250	30	-	14.520	3.000	6.000
		2013	-	7.200	30	-	12.000	10.800	66.412
	Valor da produção	1990 (Mil Cruzeiros)	-	7.742	396	-	17.588	12.879	-

Tabela 7: Lavoura Temporária - Área Plantada, Quantidade Produzida e Valor da Produção (1990 a 2013)									
Unidade Territorial	Variável	Ano	Lavoura temporária						
			Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Girassol (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)
		1995 (Mil Reais)	-	93	28	-	450	107	-
		2000 (Mil Reais)	31	12.288	297	-	432	1.843	28
		2005 (Mil Reais)	-	7.913	217	-	13.200	1.474	3.513
		2010 (Mil Reais)	-	6.860	45	-	10.164	480	2.400
		2013 (Mil Reais)	-	4.176	95	-	9.000	2.236	34.548
Sapezal - MT	Área plantada (Hectares)	1990	-	-	-	-	-	-	-
		1995	-	-	-	-	-	-	-
		2000	29.800	23.255	450	-	5	22.500	209.560
		2005	53.473	8.691	3.342	800	-	75.405	376.877
		2010	54.000	1.800	15.500	1.700	-	122.850	378.167
		2013	73.700	200	6.340	1.267	-	168.208	386.500
	Quantidade produzida (Toneladas)	1990	-	-	-	-	-	-	-
		1995	-	-	-	-	-	-	-
		2000	108.740	67.370	999	-	90	48.713	666.401
		2005	168.918	20.858	5.958	2.160	-	258.200	1.166.679
		2010	165.600	3.888	15.996	2.550	-	427.800	1.085.521
		2013	265.920	600	8.134	1.900	-	1.026.221	1.088.340
	Valor da produção	1990 (Mil Cruzeiros)	-	-	-	-	-	-	-
		1995 (Mil Reais)	-	-	-	-	-	-	-
		2000 (Mil	65.244	13.474	708	-	27	6.917	147.275

Tabela 7: Lavoura Temporária - Área Plantada, Quantidade Produzida e Valor da Produção (1990 a 2013)									
Unidade Territorial	Variável	Ano	Lavoura temporária						
			Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Girassol (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)
		Reais)							
		2005 (Mil Reais)	399.322	6.946	8.107	1.858	-	79.009	480.963
		2010 (Mil Reais)	237.636	1.815	41.589	1.912	-	71.442	488.484
Sinop - MT	Área plantada (Hectares)	2013 (Mil Reais)	480.978	465	15.298	1.583	-	251.514	896.049
		1990	-	6.000	-	-	50	750	5.888
		1995	-	7.500	-	-	50	4.400	7.500
		2000	2.000	24.000	-	-	150	5.000	12.000
		2005	411	44.217	300	100	350	24.985	130.326
		2010	4.171	7.500	840	1.800	200	45.200	112.500
		2013	2.350	3.155	5.500	-	200	62.631	133.134
	Quantidade produzida (Toneladas)	1990	-	7.000	-	-	500	1.500	9.097
		1995	-	18.000	-	-	500	11.760	18.000
		2000	8.120	76.800	-	-	1.800	14.400	36.000
		2005	1.356	132.711	592	120	4.200	75.255	375.417
		2010	12.513	24.750	1.494	1.440	3.000	189.960	345.500
		2013	8.812	10.412	7.650	-	3.000	353.287	385.023
	Valor da produção	1990 (Mil Cruzeiros)	-	55.979	-	-	8.375	7.950	50.943
		1995 (Mil Reais)	-	2.099	-	-	100	1.078	2.228
		2000 (Mil Reais)	5.059	15.360	-	-	720	2.650	8.712
		2005 (Mil Reais)	3.390	37.093	829	96	2.100	13.696	125.014

Tabela 7: Lavoura Temporária - Área Plantada, Quantidade Produzida e Valor da Produção (1990 a 2013)									
Unidade Territorial	Variável	Ano	Lavoura temporária						
			Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Girassol (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)
		2010 (Mil Reais)	18.006	11.385	1.942	720	1.950	20.515	138.200
		2013 (Mil Reais)	15.888	6.768	17.152	-	3.000	73.130	255.928
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2015. Organização: Azevedo									

Ao especializar a produção das lavouras temporárias, ao longo das décadas (1990 a 2013), conseguimos demonstrar melhor a distribuição dos principais produtos. A mandioca, que mencionamos acima, mesmo reduzindo sua produção (e consequentemente a área, como mostra o Cartograma 2) ano a ano, mantém-se na Região Norte como um todo e, principalmente no município de Matupá.

Girassol, embora matéria-prima importante na produção de óleo comestível, tem expressão na Região Norte, com produção de até 50.000t, mas dos municípios estudados, Sinop, até 2010 e, Sapezal, que mantém a regularidade, com até 2.500ha nas safras 2010 e 2013 (Cartograma 3)

O sorgo, muito usado na produção de silagem, em áreas com irregularidade pluviométrica está entre as produções de Sapezal, com até 10.000ha e, em 2013ha, apresentou produção de até 5.000ha em Sinop (Cartograma 4)

1990

1995

2000

2005

2010

2013

Produção de Mandioca (Hectares)

2005

2010

2013

Produção de Girassol (Hectares)

Produção de Sorgo (Hectares)

O arroz teve momentos de destaque na Região Norte, com produção em Alta Floresta e Matupá, sido bem relevante em Sapezal e Sinop, mas. Entre 2010 e 2013, evidencia uma redução em todos esses municípios, inclusive na Região Norte como um todo (Cartograma 5). Ao contrário, o feijão vem, década a década, apresentando aumento da produção, seja na Região Norte como nos municípios estudados. Mais uma vez, desponta a produção de Matupá e Sinop (Cartograma 7).

O algodão é uma cultura que vem, desde 2005 crescendo em Sapezal, com presença também em Sinop (Cartograma 6). O destaque é para o milho que, desde 2005 vem crescendo em Sapezal e Sinop, mantendo uma produção inferior, mais regular, em Alta Floresta e Matupá (Cartograma 8).

Todas essas culturas temporárias – grãos -, embora contribuam na somatória total da alta produção em Mato Grosso, não apresenta a mesma relevância que a soja, que merece ser tratada a parte.

1990

1995

2000

2005

2010

2013

Produção de Arroz (Hectares)

1.000

5.000

10.000

20.000

30.000

50.000

1990

1995

2000

2005

2010

2013

Produção de Algodão (Hectares)

1990

1995

2000

2005

2010

2013

Produção de Feijão (Hectares)

1.000

5.000

10.000

20.000

30.000

50.000

1990

1995

2000

2005

2010

2013

Produção de Milho (Hectares)

5.1.2.2 A Soja em Mato Grosso

A região Sudeste do estado foi a porta de entrada da soja, produzida em grande quantidade desde os anos de 1960 na porção sul do País. Como vimos na Parte II deste trabalho, no final da década de 1970, a Sementes Maggi teve grande responsabilidade na alteração do mapa da soja no Brasil, como na estruturação de mecanismos à viabilização da produção desta *commodity*. É uma cultura que demanda altos cultos, na estrutura da propriedade, nos maquinários e, a compensação financeira ocorrer apenas na produção em grande escala. Essas situações justificam, inclusive, a necessidade de grandes extensões de terra (TAYRA, 2001: 93). Não se pode esquecer-se da necessidade de insumos, para necessária correção da acidez do solo do cerrado.

Essas particularidades foram encontradas em Mato Grosso e, muitas das condições para viabilização proporcionadas inicialmente, pelas Sementes Maggi, atual Amaggi, como financiamento da produção de produtores parceiros, juntamente com o fornecimento de adubos e insumos, além do fornecimento de energia elétrica (com as PCHs, p.ex.), construção e manutenção de vias e pontes, além claro, dos corredores de exportação multimodais (implementados – Corredor Noroeste; em vias de implantação – Corredor Norte e em planejamento – Corredor Leste).

A soja, em alguma medida, explica até o aumento da produção das outras culturas temporárias mencionadas acima, pois como é uma produção que exige alta tecnologia (valendo-se de pesquisas na produção de sementes melhoradas, insumos

adequados em quantidade e qualidade, e ao tipo de solo, e as mais modernas máquinas agrícolas), resulta em uma otimização e na ampliação de culturas produzidas em uma mesma área com a chamada “safrinha”, realizada nos períodos entre uma colheita e novo plantio da soja.

Analisar o avanço da produção da soja no estado é assinalar áreas que passarão por transformações em sua estrutura espacial (aspectos físicos e dimensão social), dados que podemos avaliar Cartograma 9 que evidencia a acelerada expansão da soja em Mato Grosso.

Entre as décadas de 1990 e 2000, essa produção era encontrada maciçamente na porção sul e uma faixa do centro-norte do estado. Na década seguinte, a consolidação da produção da soja na porção centro-oeste e também leste, evidenciando um progressivo avanço para o norte, sentido Pará. Em Matupá, os dados estatísticos indicam que em anos anteriores a 2005, a soja foi produzida em até 10.000ha. Os dados indicam aumento da área plantada em 2013, como também as notícias anunciavam a presença da Amaggi e do Grupo Bom Futuro no município, com construção de armazéns, compra de fazendas, entre outras ações, em um claro processo de antecipação espacial, provendo as infraestruturas básicas na viabilização da produção da soja. Outros dados do IBGE (Censo Agropecuário) indicam produção em soja também em Alta Floresta (Cartograma 10.).

1990

1995

2000

2005

2010

2013

Soja: Área Plantada (em Hectares)

1990

1995

2000

2005

2010

2013

Produção de Soja (Hectares)

5.2 Produção Econômica, PIBs e PEAs - Atividades [Econômicas] Urbanas e Rurais

A soja (e as demais commodities) vem sendo (ou indicativos que será, no caso de Matupá e Alta Floresta) o principal produto da estrutura produtiva baseada no agronegócio nos municípios estudados, demandando novas configurações espaciais (nas escalas regional e urbana), suporte para ampliação deste modelo de desenvolvimento.

A crescente produção de commodities faz com que o estado aumente seus apresente altas taxas de exportação, reduzindo, ano a ano, as taxas de importação, como vemos nos Gráficos seguintes (Importação 2003 e 2012, Exportação 2003 e 2012)

PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS, VALOR US\$ FOB, MT/2003

Figura 31: Principais Produtos Importados, Valor US\$ FOB, MT/2003. Fonte Anuários Estatísticos MT. Org. Doriane Azevedo/Elana Oliveira

PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS, VALOR US\$ FOB, MT/2012

Figura 32: Principais Produtos Importados, Valor US\$ FOB, MT/2012. Fonte Anuários Estatísticos MT. Org. Doriane Azevedo/Elana Oliveira

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS, VALOR US\$ FOB, MT/2003

Figura 33: Principais Produtos Importados, Valor US\$ FOB, MT/2003. Fonte Anuários Estatísticos MT. Org. Doriane Azevedo/Elana Oliveira

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS, VALOR US\$ FOB, MT/2012

Figura 34:: Principais Produtos Exportados, Valor US\$ FOB, MT/2012. Fonte Anuários Estatísticos MT. Org. Doriane Azevedo/Elana Oliveira

IMPORTAÇÕES POR BLOCOS ECONÔMICOS DE ORIGEM, MT/2003

Figura 35: Importações por Blocos Econômicos de Origem, MT/2003.. Fonte Anuários Estatísticos MT. Org. Doriane Azevedo/Elana Oliveira

O aumento da exportação dos produtos de Mato Grosso, relação com diferentes Blocos Econômicos (Gráfico) possibilita, também, o aumento da sua participação na

balança comercial. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o estado “auxilia a balança comercial do Brasil com a sua produção. Somente no primeiro bimestre de 2015, Mato Grosso registrou um superávit de R\$ 1,009 bilhão na Balança Comercial, enquanto o Brasil redução de R\$ 6,015 bilhões. Relação direta com o progressivo aumento, inclusive, no PIB do País.

Cabe destacar que, entre 1985 a 1988, a participação de Mato Grosso no PIB Nacional passou de 0,69 para 1,08%. A partir dos anos 2000, permaneceu acima de 1%, chegando, em 2012, a 1,84%. Pela Tabela 8, ainda se pode visualizar o aumento do PIB de Sapezal e Sinop entre 2010 e 2012. A “Análise Regional” da Gazeta Mercantil, em 2000, pontuava como:

Com tal desempenho, a economia do estado vem aumentando sua participação no cenário econômico nacional, ainda que esta seja bastante tímida. Em 1985, a participação era de 0,69% do produto nacional e, em 1997, atingiu 1,05%, após ter chegado a 1,1% em 1994. Em 1997, em valores da época, o PIB do estado atingiu R\$ 9,1 bilhões. A renda *per capita* do estado foi de R\$ 3,9mil, ainda abaixo da nacional, de R\$ 5,3 mil. (TAYRA, 2000:10:v.II).

Tabela 8 - Produto interno bruto (Percentual)⁷¹

Unidades Territoriais	2000	2005	2010	2012
Brasil	100	100	100	100
Mato Grosso	1,26	1,74	1,58	1,84
Norte Mato-grossense - MT	0,39	0,58	0,54	0,71
Alta Floresta - MT	0,02	0,02	0,02	0,02
Matupá - MT		0,01	0,01	0,01
Sapezal - MT	0,03	0,05	0,03	0,04
Sinop - MT	0,04	0,05	0,05	0,06

⁷¹ Nota: o PIB apresentado refere-se a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

O aumento da participação de Mato Grosso no PIB Nacional, em decorrência do agronegócio, imprime novos padrões de consumo da população (rural e urbana) e demanda mão-de-obra especializada para serviços. Em boa parte das vezes, a população economicamente ativa não atende essas exigências, são trabalhadores ligados às antigas práticas agrícolas que não são absorvidos pela agricultura moderna; migrando à cidade, também não encontram colocação no mercado, ou ocupam subempregos, são questões discutidas na década de 1980 (BECKER, 1985; DAVIDOVICH, 1985), recorrentes na atualidade (BECKER, 2005; AZEVEDO, 2006).

Ao analisarmos as tabelas seguintes (Tabela 9, ;Tabela 10 eTabela 11), vemos que, que a PEA também aumentou década a década (exceto Sapezal, que não traz referências anteriores à 2000). A agricultura moderna é o motor da economia do Estado e desses municípios, mas a cada década, é menor o número da População Ocupada nas atividades rurais. O aumento da População Ocupada Urbana quase cobre a diferença da POR, entretanto, percentual não atinge o total da PEA para os períodos, indicando trabalhadores não integrando o mercado de trabalho.

Tabela 9: População Economicamente Ativa (PEA) - TOTAL

Unidade Territorial	1970	1980	1991	2000
Mato Grosso	186.720	384.826	807.156	1.159.136
Alta Floresta		8.479	28.834	23.516
Matupá			4.126	5.087
Sapezal				4.105
Sinop		7.643	17.653	35.973

Fonte: IBGE, 2015. Organização Doriane Azevedo

Tabela 10: População Ocupada Rural (POR -%)

Unidade territorial	1970	1980	1991	2000
Mato Grosso	64	41	24	17
Alta Floresta		66	40,38	20
Matupá			26	17,45
Sapezal				25
Sinop		57	12	8

Fonte: IBGE, 2015. Organização Doriane Azevedo

Tabela 11 população Ocupada Urbana (POU)

Unidade territorial	1970	1980	1991	2000
Mato Grosso	35	57	71	71
Alta Floresta		30	56	72
Matupá			70	72
Sapezal				69
Sinop		42	86	84

Fonte: IBGE, 2015. Organização Doriane Azevedo

Outro ponto relevante é entender que as altas taxas da PO em Mato Grosso e nas áreas de estudo não necessariamente indicam empregados no setor formal, agravando os problemas socioeconômicos que se irrompem nas cidades.

Modernização e crescimento da produção econômica, no campo e na cidade, que se caracterizam por um conjunto de questões ambientais, econômicas e sociais, como a

contínua exclusão social, e as estruturas físicas, tanto do campo quanto da cidade, que não a consideram, e o Estado, em suas diferentes instâncias (federal, estadual e municipal), que não consegue prover políticas públicas compensatórias.

5.3 Conflitos entre as Políticas Públicas e os Problemas Sociais e Ambientais

Alta Floresta demonstra as contradições entre as políticas governamentais – voltadas à agricultura, com recursos do FCO, principalmente na área da agricultura, com práticas que resultam no comprometimento do solo e da água por herbicidas e agrotóxicos, gerando graves problemas ambientais.

Figura 36: Contratações do FCO, Quantidade Contratado por Município, Mato Grosso - 2011. Fonte Anuários Estatísticos MT. Org. Doriane Azevedo/Elana Oliveira.

Recentemente, tornou-se área diretamente afetada pelas obras da Hidrelétrica Teles Pires, com prejuízos à atividade do turismo paisagístico e contemplativo da floresta amazônica, que é explorado no município, como frisou o Secretário Municipal Wanderley Trujillo, em 2014.

O garimpo ainda é uma realidade em Matupá, atraindo os assentados dos projetos de reforma agrária, completamente desassistidos pelas políticas incompletas e descontinuadas do Ministério da Agricultura/Incra. A degradação ambiental ainda pode ser observada no perímetro urbano da cidade, ao longo da antiga BR-080. Alguns dos ex-assentados ocupam, hoje, as áreas de livres de proteção ambiental, assim como os conjuntos habitacionais promovidos pelo governo do estado (no início dos anos 2000) e federal, de 2012. O mesmo aconteceu em Sapezal.

Em Sinop, já no final da década de 1990, parte da cidade projetada constituía-se de vazios urbanos, como decorrência dos altos preços dos terrenos praticados pela Colonizadora, ainda detentora de boa parte das terras, tanto no núcleo urbano, quanto na área rural, excluindo a população de baixa renda do núcleo projetado e urbanizado (ZANIRATO, 1999; SOUZA).

Para suprir o mercado de lotes urbanos para a classe de baixa e média renda, muitos proprietários de chácaras (adjuntas ao perímetro do núcleo projetado ou mais distantes) começaram a loteá-las. Alguns parcelamentos não tiveram quaisquer tipo de orientação técnica, surgindo áreas urbanas irregulares em Sinop, com outro

padrão urbanístico, caracterizados por lotes em dimensões reduzidas, sem infraestruturas básicas de saneamento, precário sistema viário e ausência de áreas livres e de equipamentos sociais. Outra solução alternativa para a falta de políticas habitacionais foram as ocupações irregulares que ocorreram próximas ou nas áreas de proteção ambiental do rio que abastece a cidade, configurando-se graves problemas ambientais na zona urbana. Vemos que a rigidez do projeto urbanístico de Sinop fê-lo ser alterado diante das questões sociais não enfrentadas pela municipalidade.

A maneira como foi desenvolvida a colonização nesta região, além do rápido crescimento econômico trouxe outros impactos ambientais sérios, como um acelerado desmatamento e quase extinção de várias espécies de madeiras de lei, típicas da floresta amazônica.

Em Sapezal, as maiores polêmicas estão em torno dos índios da etnia Pareci. Ao acordarem, com os produtores de soja da região no final da década de 1980, a abertura de estrada, tornando-se um 'atalho' que já se consolidou com a rota noroeste de exportação, para o escoamento da produção agrícola da região médio-norte em direção à hidrovia Madeira-Itacoatiara.

Cooptação dos índios pelos produtores de soja, para realizar "contrato de arrendamento das terras" entram em desacordo com o fato das Terras Indígenas não

poderem ser objeto jurídico de arrendamento, somada à destruição do bioma Cerrado.

Nesta parte, algumas das questões apresentadas nos auxiliam na compreensão da complexidade que para a formulação das políticas territoriais [públicas e privadas], assumem os aspectos físicos do espaço, as decorrências econômicas, e também sociais e ambientais, a partir das diferentes escalas espaciais, seja das áreas rurais e áreas urbanas, as regionais estaduais, nacionais e transnacionais. Nas políticas territoriais privadas, a análise do espaço em suas diferentes escalas é mostra-se incorporada à definição de suas estratégias na viabilização no modelo de desenvolvimento econômico. Nas políticas territoriais privadas, vemos como o Estado vem proporcionando condições para a reprodução desse modelo, mas limitado na organização do processo, minimizando impactos sociais e ambientais, e no provimento de políticas compensatórias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou evidenciar como, ao longo de quatro décadas, o protagonismo na promoção do processo de desenvolvimento territorial e urbano em Mato Grosso, passa-se do agente central - o Estado em suas instâncias federal e estadual -, para os agentes privados.

No início das pesquisas, mostrou-se importante a revisão da ação planejadora do Estado, e do conjunto das políticas territoriais, que aceleraram o processo de urbanização em Mato Grosso, imprimindo peculiaridades físicas nos espaços urbano e rural. Partimos das ações de planejamento (incompletas) das Superintendências de Desenvolvimento, por meio dos Planos, Programas e Projetos, passando pelos Planos Plurianuais (Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento). Entendia-se, então, as limitações do atual Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Observou-se a opção maciça por grandes projetos logísticos e de infraestrutura (corredores multimodais de exportação – rodovias, como a BR-163, ferrovias e hidrovias) , para adensar uma rede técnica incompleta, mas necessária ao escoamento da produção [da agroindústria] nacional e mato-grossense.

Repetia-se a fórmula dos altos investimentos em infraestrutura com recursos públicos e financiamentos nacionais e internacionais, e se relegavam, em segundo plano, os investimentos sociais e ambientais. Manifestavam-se as limitações do

Estado na organização do processo de desenvolvimento territorial, nas contradições internas da promoção das políticas compensatórias dos impactos socioambientais, decorrentes das grandes obras, e até mesmo da falta de articulação ente as políticas, por exemplo, de agricultura familiar e as ambientais. Tantas outras poderiam ser listadas.

Em paralelo, o estudo da ação dos agentes privados, inicialmente concentrada nos núcleos urbanos – Alta Floresta, Matupá, Sapezal e Sinop -, concebido por meio de planos e projetos urbanísticos, exigiu um exame multiescalar e temporal das ações desses agentes. Constatava-se então, como o processo de desenvolvimento territorial promovido pelo Estado, ainda na década de 1970, correspondia a uma indissociável atuação de agentes privados, s.

Recuperar o percurso da Indeco, Colonizadora Sinop, Agropecuária do Cachimbo e Amaggi foi imprescindível para perceber que esses agentes privados, ao definirem estratégias e implementar ações para organizar, consolidar e expandir seus microterritórios em Mato Grosso, definiam e construíam redes técnicas e políticas, em uma clara justaposição entre políticas territoriais públicas e privadas. Esses agentes extrapolam as fronteiras de seus microterritórios e passam a organizar suas redes técnicas - seja os núcleos urbanos, polos de organização do território e ponto de apoio para expansão dos projetos privados, seja uma rede de armazéns, fazendas, escritórios -, e políticas, como a atuação do Grupo Sinop no mercado imobiliário

(destacando o urbano) e o caso da Amaggi, em articulação direta com produtores, e também técnicos e gestores públicos na definição e organização de corredores de exportação. Ao definirem redes de infraestrutura regional e urbana, voltada essencialmente à produção e exportação de commodities, esses agentes privados passaram a assumir crescente protagonismo na articulação, formulação e condução das ações de planejamento em Mato Grosso, suplantando o protagonismo tradicionalmente atribuído ao Estado desenvolvimentista.

No regional, a análise dos indícios das transformações em curso – seja por meio da ampliação da área de produção da soja no estado, das obras públicas para ampliação ou melhoria nas infraestruturas rodoviárias, no setor energético, ou ainda das antecipações locacionais dos agentes privados implantando objetos de controle da produção, indicam uma intensificação do processo de urbanização em Mato Grosso – esse “espaço em transformação”, das suas estruturas de produção, da degradação ambiental. No urbano, a concentração desses impactos – positivos e negativos – exigem ainda mais intervenção planejada. O plano urbanístico, ao incorporar as condicionantes, em uma leitura processual, podem construir suportes físicos não limitados, como é o caso de Matupá, que se projetou a cidade, como também mecanismos que, articulados ao Plano/Projeto, podem, mesmo com a possibilidade de crescimento que se delineia em Matupá.

As estruturas instituições - municipais e estadual de Mato Grosso e, em alguma medida, federal -, apresentam um grau de fragilidade institucional – política, econômica e técnico-administrativa -, somada à complexidade das questões emergentes, a compatibilidade entre as ações, pouco vista entre as ações públicas. As políticas territoriais privadas são limitadas a objetivos específicos de seus grupos. Dos impactos decorrentes de suas ações, pouco ou nenhuma compensação será realizada. Diante das contradições internas, entre as políticas públicas, na ausência de articulação entre as ações públicas e privadas, podendo maximizar resultados positivos, por isso, mais que premente a reestruturação das ações do Estado. , em novas bases, retomando seu protagonismo na articulação entre iniciativas públicas e privadas.

7. REFERÊNCIAS

ABLAS, Luiz. **O “Estudo dos Eixos” como instrumento de planejamento regional**. In: GONÇALVES, Maria Flora, et al (org). Regiões e Cidades, Cidades nas regiões, o desafio urbano-regional – São Paulo: UNESP; ANPUR, 2003. Parte 01/11, p. 171-186.

AMORIM, Lenice; MIRANDA, Leodete. **Mato Grosso**: atlas geográfico. 2000.

André Maggi: Principal articulador da Hidrovia do Madeira-Amazonas. Tempo – A revista do Terceiro Milênio. São Miguel do Iguaçu – Paraná, nº 09. Abr/maio.1995

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional**. REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE, Banco do Nordeste Vol.30 n.2 abr -jun de 1999. Disponível em:< <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte011.html>> .Acesso em: 22.042002.

ARRUDA, Zuleica Alves; RODRIGUES, Arlete Moysés. **“Cidades Novas”**: da Expansão da Fronteira Agrícola ao Agronegócio – Novas Tendências no espaço norte mato-grossense. In: CONGRESSO: Setenta Anos da AGB: As Transformações do Espaço e a Geografia no Século XXI. CD-ROOM Evento: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. UFG, Goiânia-GO, jul.2004.

_____. **Cidades Novas, pequenas e globalizadas**: configurações espaciais em áreas de expansão do agronegócio. In: IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana, CD-ROOM Evento: IX SIMPURB. Manaus - AM,out.2005.

AZEVEDO, Doriane. **A urbanização mato-grossense**: uma reflexão a partir da relação urbano-rural. Anais X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26.03.2005. USP (CD-ROOM).

_____. **Rede Urbana Mato-grossense**: ações políticas, econômicas e de planejamento e configurações espaciais. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. 2007.

_____. **Quando antes da Política existia um Plano**: o urbanismo como premissa para uma política de habitação sustentável. Anais Seminário Nutaus – Outubro, 2012.. São Paulo: USP (CD-ROOM).

BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso**. Do Sonho à Utopia da Terra. Cuiabá: EdUFMT: Carlini&Caniato Editorial, 2008.

BECKER, Bertha K. **A fronteira em fins do século XX** – proposições para um debate sobre a Amazônia. Espaço e Debates. Ano III. Nº 13, São Paulo, 1985.

_____. **Os Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazônia**. Revista Território, ano IV, nº 06. Rio de Janeiro jan. /jun.1999.

_____. **Dinâmica urbana na Amazônia**. In: Diniz, Clélio Campolina; Lemos, Mauro Borges. Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMT, 2005.

BENÉVOLO, Leonardo. **Origens da Urbanística Moderna**. Lisboa: Editora Presença, 1994.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda Borges. **Do Extrativismo à Pecuária**: Algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso. 1870 a 1930. São Paulo: Scortecci, 2001.

BRAGA, Roberto, PATEIS, Carlos da Silva. **Criação de municípios**: uma análise da legislação vigente no estado de São Paulo. Revista de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ano IX. Nº 17. Campo Grande, Janeiro-Junho 2003. p. 7-14. ISSN 1519-4817.

BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos F. **Fundamentos, motivações e limitações da proposta dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”**. In: GONÇALVES, Maria Flora et al (org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo:UNESP: ANPUR, 2003. p 187-206.

BRASIL, Ministério da Agricultura, INCRA. Parcelamento de Imóveis Rurais e Colonização Particular. Brasília, 1981.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial – GTI **Documento Básico de Criação da Nova Superintendência de Desenvolvimento do Centro- Oeste (SUDECO)**. Brasília: Ministério da Integração, 2003b. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br>>. Acesso em: 02.12.2003.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial – GTI. **Documento Bases para a recriação da SUDENE**: Por uma política de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste.

Brasília: Ministério da Integração, 2003a. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br>>. Acesso em: 02.12.2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005. 78 p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano de desenvolvimento sustentável para a área de influência da BR-163**. Documento inicial para discussão. Grupo de Trabalho Interministerial. Brasília:MI, junho-2004c. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/pdf/desenvolvimentoregional/BR13DOCConsulta_a.pdf> Acesso em 07.11.2004.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional: Proposta Para Discussão**, 2004b. Disponível: <http://www.integracao.gov.br/pdf/desenvolvimentoregional.pdf>. Acesso em 07.11.2004

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Projeto diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro**. Brasília: MI; Belo Horizonte: FUNDEP/CEDEPLAR/UFMG. 2004a. Disponível: <http://www.integracao.gov.br/pdf/desenvolvimentoregional.pdf>. Acesso em 07.11.2004.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. II **Plano Nacional de Desenvolvimento**: Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste. 1975-1979. Brasília: [s.n], 1976.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio. **Repensando la cuestión regional brasileña**: tendencias, desafíos y caminos. . EURE (Santiago). [online]. dic. 2003, vol.29, nº. 88, p.29-53. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612003008800002&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0250-7161. Acesso em: 25 Out. 2005.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de. **A Descentralização formal**: O processo de descentralização pós constituição federal de 1988 nos municípios de pequeno porte demográfico da Zona da Mata de Minas Gerais. Tese (doutorado). FAU/USP. São Paulo, 2000.

CASTRO, Manoel Cabral de; DIAS, Guilherme Leite. **A colonização oficial no Brasil: erros e acertos na Fronteira Agrícola**. Série Relatórios de Pesquisa, n. 32. São Paulo: IPE/USP, 1986.

COLONIZADORA SINOP S.A. **Monografia elaborada pela Colonizadora S.A**, definindo a política da empresa, fixando normas gerais, evidenciando as necessidades da região, nesta primeira fase e de implantação orienta as solicitações governamentais, e por outro lado, servirá de apresentação da companhia. s/n, s/d

COLONIZADORA SINOP S.A **A Sinop nos caminhos do futuro**. Um passo de conquista na Amazônia. Sinop: Colonizadora SINOP, 1977.

COLONIZADORA SINOP, Equipe Técnica. **Informações sobre a Colonização na Gleba Celeste Mato Grosso**. Cuiabá: Colonizadora Sinop, 1974.

COLONIZADORA SINOP. Equipe Técnica . **Informações sobre a Colonização na Gleba Celeste Mato Grosso**. Cuiabá: Colonizadora SINOP, 1974.

COLONIZADORA SINOP. **Informações preliminares sobre a Colonização na Rodovia Cuiabá-Santarém e a viabilidade do Cultivo e Industrialização da Cana-de-açúcar**. s/d.

COLONIZADORA SINOP. **Monografia definindo a política da Empresa: normas gerais para primeira fase de implantação**. s/d.

CONSÓRCIO BRASILIANA. **Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs)**. Relatório Preliminar. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 1998. [CD-ROM].

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1994. (Série Princípios).

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Subsídios para uma política nacional de ordenamento territorial**. São Paulo: FFLCH, 2003.

COTRADE (Cooperativa Mista de Trabalho Multidisciplinar). **Desigualdades regionais em Mato Grosso**. Cuiabá: Assembléia Legislativa, 2003.

COUTINHO, Luciano. **O desafio urbano-regional de um projeto de nação**. In: GONÇALVES, Maria Flora et al (org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP:ANPUR, 2003. p. 37-56.

DALL'ÁQUA, Clarisse Torrens Borges. **Competitividade e participação**. Cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local. São Paulo: Annablume, 2003.

DAVIDOVICH, Fany. **Urbanização brasileira**: tendências, problemas e desafios. Espaço e Debates. Ano III. N. 13, São Paulo, 1985.

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO GRUPO ANDRÉ MAGGI. Rota do Desenvolvimento. Rondonópolis: Grupo André Maggi, 2007.

DINIZ Fº; Luis Lopes; BESSA, Vagner de Carvalho. **Território e política**: as mutações do discurso regionalista do Brasil. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/163.pdf>. Acesso em: 30.11.2004.

Egler, C. A (2007b). **A Pré-Amazônia Mato-Grossense no Contexto Nacional e Sul-Americano**. In Maitelli, G. T. & Zamparoni, C. A. (editores), Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: Impactos Ambientais. Cuiabá, MT : EDUFMT/Entrelinhas.

EGLER, Cláudio. **O Centro-Oeste como espaço de transformação**. Palestra. In: Programa de Instalação da Cátedra Pierre Monbeing em Geografia e Ciências do Solo. Departamento de Geografia, FFLCH/ USP, São Paulo, 19. out. 2005.

FERREIRA, João Carlos Vicente, SILVA, José de Moura e. **Cidades de Mato Grosso**: origem e significado de seus nomes. Cuiabá: J.C.V. FERREIRA, 1998.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação:Editora Buriti, 2001.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Planejamento e Políticas Públicas na Amazônia**: as experiências da SUDAM e SUFRAMA. In: KON, Anita. Planejamento no Brasil II. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999. p. 269-306.

GALVÃO, Antônio Carlos F., BRANDÃO, Carlos Antônio. **Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento"**. In: GONÇALVES, Maria Flora, et al (org.). Regiões e Cidades,

GORDINHO, Margarida Cintra. **João Ometto**: uma trajetória de vida. São Paulo: Marca D'água, 2001.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Os Ometto**: uma trajetória de vida. São Paulo: Marca D'água, 2001.

GREMAUD, Amaury Patrick; PIRES, Julio Manuel. **"Metas e Bases" e o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND(1970-1974)**. KON, Anita. Planejamento no Brasil II. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999. p. 269-306.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **O Planejamento Regional no Nordeste: Notas para uma avaliação**. KON, Anita. Planejamento no Brasil II. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999. p. 269-306.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo**. Cuiabá: UNICEN, 2002.

Hidrovia na Amazônia transportará grãos. Tempo – A revista do Terceiro Milênio. São Miguel do Iguaçu – Paraná, nº 09. Abr/maio.1995

HOBSBAWM, Eric. J. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

IBGE. Divisão Regional. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm>. Acesso em 30.11.2004a.

INCRA. (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Relação dos municípios segundo as microrregiões geográficas** - MRG e a respectiva correspondência com as antigas microrregiões homogêneas – MRH. Brasília-DF, 1997.

JOANONI NETO, Vitale (Org.). **Fronteiras da Crença**. Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: Carlini&Caniato Editorial: EdUFMT, 2007.

KON, Anita. **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

LAFER, Celso. **O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)**. In: MINDLIN, Betty. Planejamento no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003. p. 29-50.

LITTLE, Paul E. (org.). **Políticas ambientais: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003.

MATO GROSSO. **Comissão Fundiária do Estado**. Diagnóstico Geral da Situação Fundiária de MT. Cuiabá, 1980.

MATO GROSSO Secretaria de Planejamento. **Zoneamento Socioeconômico Ecológico**. 2000. Disponível em www.seplanmt.gov.br. Acesso em 08.out.2003.

MATO GROSSO. Perfil sócio-econômico de Mato Grosso 2010. Cuiabá: SEPLAN/MT, 2010.

MEIRELLES, João Carlos de Souza. **Modelo de Ocupação Integrada da Amazônia**. In: I Seminário Regional de Desenvolvimento rural Integrado. Manaus, 24 a 26.01.1977.

MELLO, Neli Aparecida de. **O eixo Araguaia-Tocantins: uma nova possibilidade de ordenamento territorial?** In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos. (Org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003. p. 635-650.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas públicas territoriais na Amazônia brasileira**. Conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento. 1970-2000. 2002. 556f Tese (doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. v. 1 e 2.

MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **A Política Brasileira de Associativismo Rural e Agroindustrial**. Brasília: INCRA, 1977.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Colonização na Amazônia Brasileira**. Cuiabá: INCRA, 1973.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Diagnóstico Fundiário Nacional**. Brasília: INCRA, s/d.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros**. Metodologia para aplicação da Lei nº 5.709, de 07 de outubro de 1971, e do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974. Brasília: INCRA, 1974.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; INCRA. Divisão de Colonização Particular – DPC. **Parcelamento de Imóveis Rurais e Colonização Particular**. Brasília: INCRA, 1981.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso**. Política e Mecanismos de Burla. 1892-1992. Cuiabá:Entrelinhas:EdUFMT, 2007.

MORI, Klara Kaiser. Brasil: **Urbanização e Fronteiras**. 1996, 294f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de **O modo capitalista de pensar e suas “soluções desenvolvimentistas” para os desequilíbrios regionais no Brasil**: reflexões iniciais. Revista do Departamento de Geografia n. 3. São Paulo: FFLCH/USP, 1984. ISSN 0102-4582.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de **BR-163 CUIABÁ-SANTARÉM**: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In.: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. 5ª ed. Campinas: Papirus, 1995.

OLIVEIRA, César Antônio. **Ponderações sobre o estudo de Economia Regional e Economia Ecológica**. Disponível em: <http://www.cesucbr.revista.ed=2.ESTUDO%20DE%20ECONOMIA%REGIONAL.PDF>, Acesso em: 24.01.2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Estudos sobre o Nordeste. v.1. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEDRÃO, Fernando. **Tendências históricas e vontade política na formação espacial do Brasil**. In: GONÇALVES, Maria Flora et al (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003, p 157-170.

PERROUX, François; FRIEDMANN, John, TIBERGEN, Jan. **Los polos de desarrollo y la planificación nacional, urbana y regional**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1975.

PIAIA, Ivane Inêz. **Geografia de Mato Grosso**. 3. ed. Ver. Amp. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

PIGNATTI, Marta Gislene. **As ONG's e a política ambiental**: um olhar sobre Mato Grosso. São Paulo: Annablume; UFMT, 2005.

PINTO, Georges José. **Município, descentralização e democratização do governo**. Revista Caminhos de Geografia 3(6). Jun/2002. Disponível em www.ig.ufu.br/revista/volume06/artigo01_vol06.pdf. Acesso em: 12.04.2004..

Pioneiro fundou cidade no extremo oeste matogrossense. Tempo – A revista do Terceiro Milênio. São Miguel do Iguaçu – Paraná, nº 09. Abr/maio.1995

PÓVOAS, Lenine C. **Mato Grosso: um convite à fortuna**. Rio de Janeiro: Guavira editores Ltda., 1977.

Produtores da Chapada dos Parecis querem encurtar a distância do frete até a Europa. Tempo – A revista do Terceiro Milênio. São Miguel do Iguaçu – Paraná, nº 09. Abr/maio.1995

REIS FILHO, Nestor Goulart **Urbanização e Teoria**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1967.

_____. **Notas sobre o urbanismo no Brasil**. Primeira parte: período colonial. Cadernos do LAP, n. 08, Série Urbanização e Urbanismo. São Paulo: Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP), Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. FAU-USP, jul-ago. 1995a.

_____. **Notas sobre o urbanismo no Brasil**. Segunda parte: séculos XIX e XX. Cadernos do LAP, n. 09, Série Urbanização e Urbanismo. São Paulo: Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP), Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. FAU-USP, set-out 1995b.

_____. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

_____. **Urbanização e Planejamento no Brasil 1960-1983**. Cadernos do LAP, n. 11, Série Urbanização e Urbanismo. São Paulo: Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP), Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. FAU-USP, jan.-fev. 1996..

GRUPO SINOP. Revista. **O passado nos orgulha e o futuro nos inspira**. Edição 04. 2013.

RIBEIRO, Miguel Ângelo C. **A Complexidade da Rede Urbana Amazônica**: três dimensões de análise. 1998, 335 f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

SANTOS, Ailton Dias dos et al. **O programa "Avança Brasil e o Plano Plurianual 2000-2003: para onde vai o desenvolvimento sustentável?**. In: LITTLE, Paul E. (org). Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências – São Paulo: Peirópolis; Brasília,DF:IIEB, 2003, p. 26-43.

SANTOS, Milton **Economia espacial**. Críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. Coleção Espaços. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997.

Sapezal quer conquistar agroindústrias. Campo e Lavoura. Mato Grosso, 31.03.1995.

SAWYER, Donald. **Urbanização da fronteira**. Rio de Janeiro, 1987.

SCHAEFER, José Renato. As Migrações Rurais e Implicações Pastorais. Um Estudo das Migrações Campo-Campo do Sul do País em Direção ao Norte do Mato Grosso. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SCHERER, Rebeca. **Aspectos políticos do urbanismo**. Revista Sinopses nº 02. São Paulo: FAU-USP, 1982. p. 125-138.

_____. **Da intervenção na cidade ao planejamento urbano**. Grupo de Estudos Urbanos. São Paulo: IEA/USP, abril-1991.

_____. **Notas sobre Planejamento e Método**. Cadernos do LAP. Nº 10, Série Urbanização e Urbanismo. São Paulo: Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP), Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. FAU-USP, nov.-dez. 1996.

SCHERER, Rebeca. **Sistematização Crítica ao Conjunto dos Trabalhos** – Contribuição para a abordagem interdisciplinar na área de urbanização e planejamento territorial e urbano. Tese (Livre Docência). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Universidade de São Paulo, 1994.

SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, Carlos Alberto Franco da Silva. **Grupo André Maggi**: corporação e rede em áreas de fronteira. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SINOP, Colonizadora. **Informações Preliminares sobre a Colonização na Rodovia Cuiabá-Santarém e a Viabilidade do Cultivo e Industrialização da Cana-de-açúcar**. s/n. s/d.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**. Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOARES FILHO, Britaldo Silveira. **Modelagem da Dinâmica de Paisagem de Uma Região de Fronteira de Colonização Amazônica**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola Politécnica. São Paulo, 1998.

SOUZA, Edison Antônio de Souza. **O poder na fronteira**: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

SOUZA, Edison Antônio de Souza. **Sinop**: História, imagens e relatos. Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004.

TAFNER JUNIOR, Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da. **Expansão da Fronteira Agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia**: A Trajetória dos Negócios da Família Ometto e seus desdobramentos no Mato Grosso. In: IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. FFLCH/USP, São Paulo. 09 a 11.10.2012.

TAGUCHI, Viviane. **O Voo de um Ometto**. Revista Dinheiro Rural. Edição 67. 06, 2010. Disponível em: <http://revistadinheiro rural.terra.com.br/secao/agronegocios/o-voo-de-um-novo-ometto>. Acesso em fevereiro de 2015.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

ZANIRATO, Rafaela. **Propostas urbanísticas para Sinop** – MT. Trabalho Final de Graduação (monografia). Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1999.

Entrevistas:

RIVA, Vicente da. **Entrevista I**. [ago. 2014]. Entrevistador: Doriane Azevedo. Alta Floresta, 2014. 1 arquivo .mp3 (84 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita, no Apêndice A desta monografia.

NOGUEIRA, Sergio. **Entrevista I**. [abril. 2015]. Entrevistador: Doriane Azevedo. Matupá, 2015. 1 arquivo .mp3 (120 min.).

CARVALHO, Luis Otávio. **Entrevista I**. [ago. 2014]. Entrevistador: Doriane Azevedo. Sinop, 2014. 1 arquivo .mp3 (54 min.).

MEIRELLES, José. **Entrevista I**. [abril. 2014]. Entrevistador: Doriane Azevedo. São Paulo, 2014. 1 arquivo .mp3 (150 min.).

FREEZE, Yeda. **Entrevista I**. [abril. 2015]. Entrevistador: Doriane Azevedo. Matupá, 2015. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

SACHETTI, Adilton. **Entrevista I**. [novembro. 2014]. Entrevistador: Doriane Azevedo. Matupá, 2015. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

SILVA, Xisto. **Entrevista I**. [março. 2015]. Entrevistador: Doriane Azevedo. Cuiabá, 2015. 1 arquivo .mp3 (190 min.).

Sites

www.amaggi.com.br

www.colonizadoraindeco.com.br

www.ibge.com.br

www.ipea.com.br

www.gruposinop.com.br

1. APÊNDICE

APÊNDICE A: Quadro Criação de Núcleos Urbanos – Mato Grosso – Décadas 1970, 1980, 1990, 2000 E 2010.

DÉCADA	NÚCLEO URBANO	ANO/PERÍODO CRIAÇÃO	NÚCLEOS URBANOS DE APOIO À / AGENTES	ANO EMANCIPAÇÃO (SEDE MUNICÍPIO)	REGIÃO/MUNICÍPIO DE ORIGEM	POPULAÇÃO URBANA			
						1980	1990	2000	2010
1970	NOVO SÃO JOAQUIM	1970	COLONIZAÇÃO PRIVADA (COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA ITAQUERÊ - EM TORNO MÁQUINA DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ)	1986	BARRA DO GARÇAS		2.567	4.149	3.717
	TAPURAH	1970	COLONIZAÇÃO PRIVADA (COLONIZADORA TAPURAH)	1988	DIAMANTINO		1.250	4.198	6.526
	CONFRESA	1970	COLONIZAÇÃO PRIVADA (COLONIZADORA FRENNOVA SAPEVA)	1991	SANTA TEREZINHA, LUCIARA, PORTO ALEGRE DO NORTE		5.018	6.209	16.224
	SÃO JOSÉ DO XINGU	1970	LIMITES DA FAZENDA BANG BANG / DIVERSOS	1991	LUCIARA, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA		1.672	3.245	3.791
	CURVELÂNDIA	1970	COLONIZAÇÃO SEMI-OFICIAL (PRODUÇÃO PECUÁRIA + INCRA)	1998	CÁCERES, MIRASSOL D'OESTE, LAMBARI D'OESTE		-	-	2.914
	JUARA	1971	COLONIZAÇÃO PRIVADA (SIBAL - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DA BACIA	1981	PORTO DOS GAÚCHOS		15.970	23.087	26.031

APÊNDICE A: Quadro Criação de Núcleos Urbanos – Mato Grosso – Décadas 1970, 1980, 1990, 2000 E 2010.

DÉCADA	NÚCLEO URBANO	ANO/PERÍODO CRIAÇÃO	NÚCLEOS URBANOS DE APOIO À / AGENTES	ANO EMANCIPAÇÃO (SEDE MUNICÍPIO)	REGIÃO/MUNICÍPIO DE ORIGEM	POPULAÇÃO URBANA			
						1980	1990	2000	2010
			AMAZÔNICA)						
	SANTA CARMEM	1972	COLONIZAÇÃO PRIVADA – COLONIZADORA SINOP	1991	SINOP, CLÁUDIA		1.381	2.148	3.071
	CANARANA	1972	COLONIZAÇÃO SEMI-OFICIAL(COOPERATIVAS - COOPERCOL / COOPERCANA + INCRA)	1979	BARRA DO GARÇAS		4.334	11.657	14.813
	VERA	1972	COLONIZAÇÃO PRIVADA – COLONIZADORA SINOP	1986	NOBRES, PARANATINGA, SINOP		2.320	8.294	7.349
	COLÍDER	1973	COLONIZAÇÃO PRIVADA ESPECIALMENTE PLANEJADO - PLANO/PROJETO URBANÍSTICO - (COLONIZADORA LÍDER)-	1979	CHAPADA DOS GUIMARÃES		14.569	19.423	25.065
	ITAÚBA	1973	COLONIZAÇÃO PRIVADA (EXPLORAÇÃO MADEIRA)	1986	COLÍDER, DIAMANTINO, SINOP		2.062	4.876	3.710
	SINOP	1974	COLONIZAÇÃO PRIVADA - ESPECIALMENTE PLANEJADA - PLANO/PROJETO URBANÍSTICO (SINOP - SOCIEDADE	1979	CHAPADA DOS GUIMARÃES, NOBRES		28.716	67.706	93.735

APÊNDICE A: Quadro Criação de Núcleos Urbanos – Mato Grosso – Décadas 1970, 1980, 1990, 2000 E 2010.

DÉCADA	NÚCLEO URBANO	ANO/PERÍODO CRIAÇÃO	NÚCLEOS URBANOS DE APOIO À / AGENTES	ANO EMANCIPAÇÃO (SEDE MUNICÍPIO)	REGIÃO/MUNICÍPIO DE ORIGEM	POPULAÇÃO URBANA			
						1980	1990	2000	2010
			IMOBILIÁRIA NOROESTE DO PARANÁ)-						
	BRASNORTE	1974	COLONIZAÇÃO PRIVADA POR MEIO DE LOTEAMENTO (GRUPO RODERJAN)	1986	DIAMANTINO	-	3.710	6.260	9.990
	CAMPO VERDE	1974	COLONIZAÇÃO PRIVADA POR MEIO DE LOTEAMENTO (CAMPO REAL)	1988	CUIABÁ, DOM AQUINO		2.848	13.065	25.512
	JURUENA	1974	COLONIZAÇÃO PRIVADA - (JURUENA EMPREENDIMENTOS DE COLONIZAÇÃO LTDA)	1988	DIAMANTINO		1.067	3.745	6.801
	CAMPINÁPOLIS	1975	COLONOS PRODUTORES (POSSEIROS)	1986	NOVA XAVANTINA		4.497	5.717	4.816
	NOVA CANAÃ DO NORTE	1976	COLONIZAÇÃO SEMI-OFICIAL (COLONIZADORA LÍDER + INCRA)	1986	COLÍDER, DIAMANTINO		5.981	4.903	6.817
	ÁGUA BOA	1976	EM TORNO DE ESTALAGEM	1979	BARRA DO GARÇAS		7.513	11.795	16.725
	ALTA FLORESTA	1976	COLONIZAÇÃO PRIVADA, ESPECIALMENTE PLANEJADA - PLANO/PROJETO URBANÍSTICO	1979	ARIPUANÃ	-	24.402	37.287	42.787

APÊNDICE A: Quadro Criação de Núcleos Urbanos – Mato Grosso – Décadas 1970, 1980, 1990, 2000 E 2010.

DÉCADA	NÚCLEO URBANO	ANO/PERÍODO CRIAÇÃO	NÚCLEOS URBANOS DE APOIO À / AGENTES	ANO EMANCIPAÇÃO (SEDE MUNICÍPIO)	REGIÃO/MUNICÍPIO DE ORIGEM	POPULAÇÃO URBANA			
						1980	1990	2000	2010
			(INDECO)						
	ALTO BOA VISTA	1976	EM TORNO DE COMÉRCIO (MARGENS DE ESTRADA SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – BARRA DO GARÇAS)	1991	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA		1.745	1.961	3.180
	SANTA TEREZINHA	1976 ⁷²	OCUPAÇÃO DE POSSEIROS ÁREA DA CODEARA ⁷³	1980	LUCIARA		1.763	3.358	2.976
	NOVA MUTUM	1977	COLONIZAÇÃO PRIVADA (PROJETO DE COLONIZAÇÃO MUTUM)	1988	DIAMANTINO, NOBRES		6.422	10.376	25.858
	MARCELÂNDA	1977	COLONIZAÇÃO PRIVADA (COLONIZADORA MAIKÁ)	1986	SINOP		5.544	9.161	7.418
	SORRISO	1977	COLONIZAÇÃO PRIVADA – PROJETADA (COLONIZADORA FELIZ)	1988	NOBRES, PARANATINGA, SINOP		9.124	31.529	58.363
	COMODORO	1977 ⁽¹⁾	COLONIZAÇÃO PRIVADA	1986	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE		4.069	8.865	12.568
	CLÁUDIA	1978	COLONIZAÇÃO PRIVADA PROJETADA	1988	SINOP, ITAÚBA, MARCELÂN		3.933	7.852	8.457

⁷² criação do distrito. Não se tem registro do período de criação do núcleo.⁷³ Cia de Desenvolvimento do Araguaia.

APÊNDICE A: Quadro Criação de Núcleos Urbanos – Mato Grosso – Décadas 1970, 1980, 1990, 2000 E 2010.

DÉCADA	NÚCLEO URBANO	ANO/PERÍODO CRIAÇÃO	NÚCLEOS URBANOS DE APOIO À / AGENTES	ANO EMANCIPAÇÃO (SEDE MUNICÍPIO)	REGIÃO/MUNICÍPIO DE ORIGEM	POPULAÇÃO URBANA			
						1980	1990	2000	2010
			(COLONIZADORA SINOP)		DIA				
	JUÍNA	1978	COLONIZAÇÃO OFICIAL PROJETADO (CODEMAT)	1982	ARIPUANÃ		25.822	30.470	33.969
	TERRA NOVA DO NORTE	1978	COLONIZAÇÃO MISTA PROJETADA (COOPERATIVA AGRÁRIA DE CANARANA + INCRA)	1986	COLÍDER		7.113	5.823	5.060
	VILA RICA	1978	COLONIZAÇÃO PRIVADA, PROJETADO – (COLONIZADORA VILA RICA)	1986	SANTA TERESINHA		4.589	10.030	13.977
	NOVA GUARITA	1978/9	COLONIZAÇÃO MISTA (COOPERCANA ⁷⁴ + INCRA)	1991	TERRA NOVA DO NORTE, COLÍDER		2.935	1.960	1.937
	PEIXOTO DE AZEVEDO	1979	COLONIZAÇÃO MISTA (COOPERATIVA MISTA DE CANARANA + INCRA) / CONSTRUÇÃO BR-163 + GARIMPO +	1986	COLÍDER, SINOP		13.585	20.180	19.799
	PRIMAVERA DO LESTE	1979	COLONIZAÇÃO PRIVADA POR MEIO DE LOTEAMENTO	1986	POXORÉO, CUIABÁ, BARRA DO GARÇAS		9.758	36.539	49.308

74 Coopercana – Cooperativa Agropecuária Mista de Canarana Ltda.

APÊNDICE A: Quadro Criação de Núcleos Urbanos – Mato Grosso – Décadas 1970, 1980, 1990, 2000 E 2010.

DÉCADA	NÚCLEO URBANO	ANO/PERÍODO CRIAÇÃO	NÚCLEOS URBANOS DE APOIO À / AGENTES	ANO EMANCIPAÇÃO (SEDE MUNICÍPIO)	REGIÃO/MUNICÍPIO DE ORIGEM	POPULAÇÃO URBANA			
						1980	1990	2000	2010
			URBANO						
	PARANAÍTA	1979	COLONIZAÇÃO PRIVADA PROJETADA – INDECO (+ GARIMPO)	1986	ALTA FLORESTA		9.213	11.081	5.654
	GAÚCHA DO NORTE	1979	COLONIZAÇÃO PRIVADA, POR MEIO DE LOTEAMENTO URBANO/RURAL (COLONIZADORA GAÚCHA)	1995	PARANATINGA		450	1.467	2.199
	NOVO MUNDO	1979	COLONIZAÇÃO PRIVADA, APOIO ATIVIDADE GARIMPEIRA (MINERADORA OURO NOVO)	1995	GUARANTÃ DO NORTE		2.595	1.909	2.636
	SANTO ANTÔNIO DO LESTE	1979	COLONIZAÇÃO PRIVADA POR MEIO DE LOTEAMENTO – APOIO ÁREA RURAL	1998	NOVO SÃO JOAQUIM		-	-	2.119
	NOVA MONTE VERDE	1980	COLONIZAÇÃO PRIVADA POR MEIO DE LOTEAMENTO	1991	ALTA FLORESTA, APIACÁS, JUARA		3.546	2.197	3.973
	COLNIZA	1980	COLONIZAÇÃO PRIVADA (COLONIZADORA COMÉRCIO INDÚSTRIA LTDA)	2000	ARIPUANÃ		-	-	15.011
	NOVA UBIRATÃ	1980	COLONIZAÇÃO PRIVADA	1995	VERA, SORRISO		1.449	1.635	5.935

APÊNDICE A: Quadro Criação de Núcleos Urbanos – Mato Grosso – Décadas 1970, 1980, 1990, 2000 E 2010.

DÉCADA	NÚCLEO URBANO	ANO/PERÍODO CRIAÇÃO	NÚCLEOS URBANOS DE APOIO À / AGENTES	ANO EMANCIPAÇÃO (SEDE MUNICÍPIO)	REGIÃO/MUNICÍPIO DE ORIGEM	POPULAÇÃO URBANA			
						1980	1990	2000	2010
			(COMIPIL - COMÉRCIO DE IMÓVEIS PINHEIRO LTDA						
	CAMPOS DE JÚLIO	1980 (DÉCADA DE)	COLONIZAÇÃO PRIVADA, APOIO PRODUÇÃO DE SOJA	1994	COMODORO		783	1.963	3.991
	NOVA BANDEIRANTES	1980 (DÉCADA DE)	COLONIZAÇÃO PRIVADA, PROJETADA (COLONIZADORA BANDEIRANTES)	1991	ALTA FLORESTA, JUARA		3.610	1.872	4.060
	NOVA LACERDA	1980 (DÉCADA DE)	CRIADO POSSEIROS (PÓS REGULARIZAÇÃO TÍTULOS ÁREAS RURAIS)	1995	COMODORO, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE		1.094	1.834	2.996
	SANTA CRUZ DO XINGU	1980 (DÉCADA)	COLONIZAÇÃO PRIVADA (COLONIZADORA E REPRESENTAÇÕES DO BRASIL S/A)	1999	SÃO JOSÉ DO XINGU		-	-	1.251
	FELIZ NATAL	1980 (INÍCIO DÉCADA DE)	PRÓXIMO RIO FELIZ NATAL (PROXIMIDADE AGROPECUÁRIA CONSUL + SINOP)	1995	VERA		1.735	5.123	8.123
	NOVA NAZARÉ	1981	COLONIZAÇÃO OFICIAL (ASSENTAMENTOS REGIONAIS – INCRA)	1999	ÁGUA BOA		-	-	1.112
	CAMPO NOVO DO	1981	FAZENDEIROS SULISTAS	1988	DIAMANTINO		9.161	14.713	25.581

APÊNDICE A: Quadro Criação de Núcleos Urbanos – Mato Grosso – Décadas 1970, 1980, 1990, 2000 E 2010.

DÉCADA	NÚCLEO URBANO	ANO/PERÍODO CRIAÇÃO	NÚCLEOS URBANOS DE APOIO À / AGENTES	ANO EMANCIPAÇÃO (SEDE MUNICÍPIO)	REGIÃO/MUNICÍPIO DE ORIGEM	POPULAÇÃO URBANA			
						1980	1990	2000	2010
	PARECIS		(PROJETO DE LOTEAMENTO EM DOAÇÃO DE PATRIMÔNIO)						
	GUARANTÃ DO NORTE	1982	COLONIZAÇÃO MISTA (PAC - PROJETO DE ASSENTAMENTO DE COLONOS – INCRA E COTREL ⁷⁵)	1986	COLÍDER		14.647	19.365	23.917
	CARLINDA	1981	COLONIZAÇÃO OFICIAL (ASSENTAMENTO REFORMA AGRÁRIA- INCRA)	1991	ALTA FLORESTA		6.386	3.074	4.569
	MATUPÁ	1984	COLONIZAÇÃO PRIVADA, ESPECIALMENTE PLANEJADA - PLANO/PROJETO URBANÍSTICO (GRUPO OMETTO – AGROPECUÁRIA CACHIMBO S/A)	1988	GUARANTÃ DO NORTE, PEIXOTO AZEVEDO		7.108	8.786	10.929
	COTRIGUAÇU	1984	COLONIZAÇÃO PRIVADA, (COTRIGUAÇU COLONIZADORA DO ARIPUANÃ S/A)	1995	JURUEMA		1.659	3.707	5.132
	TABAPORÃ	1984	COLONIZAÇÃO PRIVADA (GRUPO COMERCIAL GI-	1991	PORTO DOS GAÚCHOS		5.631	6.214	5.279

APÊNDICE A: Quadro Criação de Núcleos Urbanos – Mato Grosso – Décadas 1970, 1980, 1990, 2000 E 2010.

DÉCADA	NÚCLEO URBANO	ANO/PERÍODO CRIAÇÃO	NÚCLEOS URBANOS DE APOIO À / AGENTES	ANO EMANCIPAÇÃO (SEDE MUNICÍPIO)	REGIÃO/MUNICÍPIO DE ORIGEM	POPULAÇÃO URBANA			
						1980	1990	2000	2010
			PARANÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS)						
	UNIÃO DO SUL	1984	COLONIZAÇÃO PRIVADA (COLONIZAÇÃO COLONIZADORA PARALELO 16)	1995	CLÁUDIA, SANTA CARMEM		1.610	2.771	2.339
	CONQUISTA D'OESTE	1985	ÁREA RURAL PONTES E LACERDA (POSSEIROS)	1999	PONTES E LACERDA		-	-	2.053
	QUERÊNCIA	1985	COLONIZAÇÃO SEMI-OFFICIAL COOPERATIVA MISTA DE CANARANA	1991	CANARANA, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA		2.046	3.920	5.972
	SAPEZAL	1987	COLONIZAÇÃO PRIVADA, ESPECIALMENTE PLANEJADA - PLANO/PROJETO URBANÍSTICO – CIDEZAL (GRUPO AMAGGI)	1994	CAMPO NOVO DO PARECIS		4.086	5.493	15.120
	APIACÁS	1988 ⁽⁷⁶⁾	COLONIZAÇÃO PRIVADA /(INDECO)	1988	BARRA DOS GARÇAS		3.462	4.465	6.357
	CASTANHEIRA	1988 ⁽⁷⁷⁾	ROTA DE PASSAGEM PARA JUÍNA, ARIPUANÃ, JURUENA E COTRIGUAÇU	1988	JUÍNA	-	3.629	3.680	3.921

76 ibidem

77 ibidem

APÊNDICE A: Quadro Criação de Núcleos Urbanos – Mato Grosso – Décadas 1970, 1980, 1990, 2000 E 2010.

DÉCADA	NÚCLEO URBANO	ANO/PERÍODO CRIAÇÃO	NÚCLEOS URBANOS DE APOIO À / AGENTES	ANO EMANCIPAÇÃO (SEDE MUNICÍPIO)	REGIÃO/MUNICÍPIO DE ORIGEM	POPULAÇÃO URBANA			
						1980	1990	2000	2010
1990	IPIRANGA DO NORTE(*)	1993	COLONIZAÇÃO OFICIAL (PROJETO DE ASSENTAMENTO – INCRA)	2005	TAPURAH		-		3.475
	RONDOLÂNDIA	1998 ⁽⁷⁸⁾	(SEM REGISTRO)	1998	ARIPUANÃ		-	-	950
	NOVA SANTA HELENA	1998 ⁽⁷⁹⁾	PROJETOS DE COLONIZAÇÃO PRIVADA	1998	ITAÚBA, CLÁUDIA		-	-	2.000
	VALE DO SÃO DOMINGOS	1999 ⁽⁸⁰⁾	SEM REGISTRO	1999	PONTES E LACERDA		-	-	713
	BOM JESUS DO ARAGUAIA	1999 ⁽⁸¹⁾	COLONIZAÇÃO OFICIAL (PAC - INCRA)	1999	ALTO DA BOA VISTA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA		-		2.632
	SERRA NOVA DOURADA	1999 ⁽⁸²⁾	(SEM REGISTRO)	1999	ALTO BOA VISTA, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA		-	-	813
	ITANHANGÁ(*)	1990 ⁽⁸³⁾	COLONIZAÇÃO OFICIAL (INCRA)	2000	TAPURAH		-		3.165

Fonte: Mato Grosso, 2000; www.ipedata.gov.br; Anuário Estatístico MT, 2010. Organização: Doriane Azevedo.

⁷⁸ ibidem

⁷⁹ ibidem

⁸⁰ ibidem

⁸¹ sem registro – ano de criação do município

⁸² idem

⁸³ ibidem